



Relatório e Contas 2020



Metropolitano de Lisboa



Índice

1.	Mensagem do Presidente	4
2.	Natureza do Relatório	9
3.	Síntese de Indicadores	10
4.	Organização	11
4.1	Missão, Visão, Valores e Carta do Cliente.....	11
4.2	Estrutura de Governance.....	13
4.3	Órgãos Sociais	14
4.4	Participações financeiras do Metropolitano de Lisboa.....	16
5.	Análise de Contexto	18
5.1	Enquadramento macroeconómico.....	18
5.2	Linhas Estratégicas.....	23
6.	Desempenho	28
6.1	Modelo de Negócio.....	28
6.2	Gestão de risco.....	29
6.3	Desempenho da Atividade.....	32
6.4	Desempenho do negócio	53
6.5	Análise Económico-financeira.....	61
7.	Proposta de Aplicação de Resultados.....	74
8.	Anexos	75
8.1	Cumprimento de Orientações Legais	75
8.2	Declarações Finais	91
8.3	Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho de Administração, n.º 5, art.º 447 do CSC).....	92
8.4	Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho Fiscal, n.º 5, art.º 447 do CSC).....	93
8.5	Demonstrações Financeiras.....	94
8.6	Demonstrações Orçamentais	139

Índice de Quadros

Quadro 1 – Principais Indicadores de Atividade e Financeiros	10
Quadro 2 – Identificação dos Membros do CA do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	15
Quadro 3 – Identificação dos Membros do Conselho Fiscal – 2020.....	15
Quadro 4 – Membros da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Mandato 2019–2021	16
Quadro 5 – Análise de riscos à corrupção	30
Quadro 6 – Evolução da procura	54
Quadro 7 – Evolução da oferta.....	55
Quadro 8 – Taxa de realização da oferta	55
Quadro 9 – Evolução das receitas de transporte	57
Quadro 10 – Evolução das receitas complementares.....	58
Quadro 11 – Produção de cartões Lisboa Viva	59
Quadro 12 – Indicadores de atividade – estações.....	60
Quadro 13 – Resultados.....	61
Quadro 14 – Rendimentos Operacionais.....	62
Quadro 15 – Gastos Operacionais.....	63
Quadro 16 – Gastos Operacionais (COVID-19).....	63
Quadro 17 – Gastos com Pessoal.....	64
Quadro 18 – Resultados Financeiros.....	64
Quadro 19 – Variação de caixa e seus equivalentes.....	65
Quadro 20 – Atividade de Financiamento.....	66
Quadro 21 – Despesa de investimento.....	67
Quadro 22 – Evolução do Investimento.....	67
Quadro 23 – Ativo Total.....	68
Quadro 24 – Passivo e Capital Próprio	69
Quadro 25 – <i>Rating</i> do ML.....	70
Quadro 26 – Estrutura do Passivo Remunerado	71
Quadro 27 – Indicadores de Produtividade.....	73
Quadro 28 – Objetivos de Gestão.....	75
Quadro 29 – Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE.....	76
Quadro 30 – Evolução da taxa média anual de financiamento e juros suportados	77
Quadro 31 – Passivo (corrente e não corrente) e variação do endividamento.....	77
Quadro 32 – Prazo Médio de Pagamentos.....	77
Quadro 33 – Dívidas Vencidas.....	77
Quadro 34 – Identificação dos membros do Conselho de Administração	78
Quadro 35 – Acumulação de Funções	79
Quadro 36 – Estatuto do Gestor Público	79
Quadro 37 – Remuneração Anual.....	79
Quadro 38 – Benefícios Sociais.....	79
Quadro 39 – Encargos com Viaturas	80
Quadro 40 – Gastos Anuais associados a Deslocações em Serviço	80
Quadro 41 – Identificação do Conselho Fiscal.....	80
Quadro 42 – Remuneração Anual do Conselho Fiscal	80
Quadro 43 – Identificação do Revisor Oficial de Contas	81
Quadro 44 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas	81
Quadro 45 – Identificação do Auditor Externo	81



Quadro 46 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Auditor Externo.....	81
Quadro 47 – Gastos com Comunicações.....	82
Quadro 48 – Gastos anuais associados a viaturas (01-03-2019 a 31-12-2019).....	82
Quadro 49 – Otimização de gastos operacionais.....	85
Quadro 50 – Detalhe da perda de receita tarifária atribuível à COVID-19.....	86
Quadro 51 – Detalhe da perda de receita não tarifária atribuível à COVID-19.....	86
Quadro 52 – Disponibilidades no IGCP.....	87
Quadro 53 – Disponibilidades na Banca Comercial.....	87
Quadro 54 – Informação divulgada <i>site</i> do SEE.....	88
Quadro 55 – Quadro resumo – Cumprimento de Orientações Legais I.....	89
Quadro 56 – Cumprimento de Orientações Legais II.....	90

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 – Empresas do Grupo ML.....	16
Ilustração 2 – Análise SWOT.....	23
Ilustração 3 – Organograma.....	28

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Disponibilidade média mensal do material circulante.....	39
Gráfico 2 – Fiabilidade de material circulante, considerando todas as ocorrências (média 12 meses).....	40
Gráfico 3 – Indisponibilidade média mensal da infraestrutura principal (valores em horas).....	40
Gráfico 4 – Fiabilidade de infraestrutura principal (média de 12 meses).....	41
Gráfico 5 – Receitas acumuladas – Ano 2020.....	57
Gráfico 6 – Evolução dos Gastos Totais.....	65
Gráfico 7 – Distribuição do endividamento.....	72
Gráfico 8 – Maturidade do Financiamento.....	72
Gráfico 9 – Taxa de juro implícita.....	73



1. Mensagem do Presidente

A todos os interessados.

Apresentamos neste documento o Relatório e Contas do Metropolitano de Lisboa referente ao ano de 2020 aonde referimos com detalhe a atividade desenvolvida e os resultados obtidos.

O ano de 2020 ficará para sempre na memória de todos.

E infelizmente pelos piores motivos pessoais, familiares e profissionais, colocando cada um de nós em situações extremas para as quais não estávamos mentalmente preparados.

O ano de 2020 viveu-se num contexto conturbado com um surto pandémico que nos inflige duramente, situação que se encontra, ainda, a decorrer em 2021, à data de produção deste documento. Esperamos, contudo, que 2021 seja o início do fim desta pandemia.

Fomos obrigados a aprender a viver e trabalhar de forma diferente, com repercussões muito negativas na economia nacional (e internacional) que também se viu forçada a adaptar-se às atuais circunstâncias de combate ao Vírus SarsCov19. Novos cuidados de saúde, sociais e relacionais com grandes alterações no nosso dia-a-dia de trabalho, familiar e de ócio, foram algumas das diferentes medidas que todos tivemos que adotar.

Em 2020, após um momento inicial de avaliação e incerteza iniciámos fortes medidas de higienização e limpeza de todos os espaços de trabalho e de uso pelos nossos clientes e, assim, continuámos mês a mês, procurando sempre melhorar e ampliar o âmbito da nossa ação.

A nível interno, foram implementadas uma série de medidas, com vista à proteção dos colaboradores, tais como a criação de equipas “espelho”, repartidas entre trabalho presencial e equipas em reserva no seu domicílio em esquema rotativo, a implementação e generalização do regime de teletrabalho, o desfasamento de horários de trabalho, o reforço da limpeza e higienização das instalações, adequação dos espaços comuns à nova realidade, tendo em consideração o distanciamento social recomendado, limitação do número de presenças em cada espaço, introdução de sinalética, distribuição de máscaras, gel e luvas, medição diária de temperatura a todos os trabalhadores e a todos os prestadores de serviço, entre outras ações também de especial importância para combater a propagação do vírus COVID – 19.

A todo o momento e no combate ao surto da SARS-COV-2, O Metropolitano de Lisboa foi dando cumprimento integral às orientações emanadas pela Direção Geral de Saúde e Governo em matéria de saúde pública e de regras de utilização dos transportes públicos. E, no âmbito das medidas adotadas a empresa viu reconhecida a eficácia da higienização e da limpeza das suas estações e do material circulante, em auditorias independentes realizadas pela SGS, que culminaram com a obtenção do selo “Viaje com confiança”.

Ao nível das estações e dos clientes, foi colocada sinalética em toda a rede do Metro relativa à obrigatoriedade do uso da máscara e correta utilização da mesma, à necessidade de manter o distanciamento social recomendado, à importância da lavagem das mãos e do uso de gel desinfetante, tendo sido efetuadas diversas campanhas de comunicação sobre essas matérias. Reforçou-se a disponibilização de gel em todas as estações para utilização pelos clientes e colocaram-se à venda máscaras nas máquinas de *vending*, gel e luvas a preços simbólicos. Outras ações foram desenvolvidas, tais como parcerias com a PSP, tendo em vista manter o distanciamento nos cais e no interior dos comboios.



No tocante à utilização do Metropolitano de Lisboa, verificou-se uma significativa diminuição da procura e, conseqüentemente, da receita. A oferta foi sendo alvo de monitorização permanente a fim de se ajustar às necessidades que se iam verificando.

Assim, face ao contexto social verificado, e considerando as validações de títulos de transporte realizadas, o Metropolitano de Lisboa transportou 90,6 milhões de passageiros. Este indicador corresponde a menos 93,2 milhões de passageiros relativamente ao ano de 2019, em que foram transportados 183,8 milhões de passageiros, correspondendo a uma variação negativa de -50,7%.

Apesar deste contexto adverso e com enormes dificuldades, o Metropolitano conseguiu dar continuidade aos projetos que tinha em curso e prosseguiu a implementação de outros.

No tocante ao Plano de Recuperação dos Ativos, da Rede e de implantação de acessibilidades plenas, o Metropolitano de Lisboa reabilitou a estação Olivais, instalou três novos elevadores na estação Colégio Militar e recuperou parte das suas instalações, reabriu o átrio norte da estação Areeiro, completamente renovado e dotado de acessibilidade plena, procedeu à substituição integral do ascensor da estação do Rato, deu início ao processo de substituição de escadas mecânicas na estação Baixa Chiado, bem como outros trabalhos em diversas estações, criação de instalações sanitárias públicas com acessibilidade plena, tratamento de patologias estruturais, remodelação dos sistemas de bombagem, refrescamento e instalação de novos equipamentos de telecomunicações, entre outros.

Na área das instalações técnicas é de salientar a instalação e revisão de vários sistemas SADI, sistema de apoio à deteção de incêndios em várias estações da rede, a renovação do SSIT – Sistema de supervisão de instalações técnicas e do CITV – Circuito interno de televisão, sistemas fundamentais para o controlo e supervisão da rede do Metropolitano de Lisboa.

Ainda no âmbito dos projetos de introdução de acessibilidades demos continuidade, igualmente, à empreitada de remodelação da estação de Arroios com o objetivo de proceder ao alargamento do cais para comportar seis carruagens. Recorde-se que a obra de remodelação e de ampliação da estação Arroios da linha Verde do Metropolitano de Lisboa teve início em julho de 2017 mas, por motivos de incumprimentos contratuais do empreiteiro, o Metropolitano de Lisboa, em janeiro de 2019, rescindiu o contrato respetivo, tendo lançado um novo concurso, em fevereiro do referido ano, e procedido à sua adjudicação e assinatura do contrato em setembro desse mesmo ano, estando previsto que a abertura da estação ocorra no segundo semestre de 2021.

No que ao projeto de Modernização da Rede do Metropolitano de Lisboa diz respeito, e na sequência do concurso lançado, em setembro de 2018, para a substituição do atual sistema de sinalização por um sistema CBTC – e para aquisição de 14 novas unidades triplas, bem com a adaptação de 70 unidade triplas existentes ao novo sistema de sinalização (CBTC), o Metropolitano de Lisboa procedeu à assinatura do contrato em fevereiro de 2020. A aquisição deste novo material circulante e do sistema de sinalização CBTC para as linhas Azul, Amarela e Verde, afigura-se essencial para o reforço da oferta e melhoria da qualidade de serviço prestado, sendo considerado o projeto mais relevante do Metropolitano de Lisboa. Infelizmente, a litigância concorrencial impossibilitou durante largos meses o desenvolvimento deste projeto.

No que respeita ao material circulante, continuámos, durante o ano de 2020, a proceder à sua recuperação, procurando anular os atrasos de manutenção de anos anteriores. Durante este ano demos início aos contratos de reabilitação dos sistemas de portas em toda a frota de material circulante de exploração. Nos comboios ML90 está prevista a substituição do antigo mecanismo de acionamento pneumático por um novo mecanismo de acionamento elétrico. Nas restantes frotas ML95, ML97 e ML99 está em curso a grande revisão dos



mecanismos existentes. Estas alterações têm um investimento global de 7,4 milhões de euros ao longo de três anos.

Ainda em 2020 o Metropolitano de Lisboa deu continuidade ao investimento, iniciado em 2018, dos sistemas tecnológicos para uma futura alteração muito significativa do sistema de bilhética, o qual terá impactos relevantes na melhoria e na facilidade de acesso dos clientes à nossa rede. Em 2020 procedemos também à introdução de facilidades de pagamento dos Passes Municipais, Metropolitanos e Familiares na rede de máquinas automáticas do ML e de pagamento por cartão *Contactless*. Esperamos, no decorrer de 2021, iniciar novos desenvolvimentos na área da bilhética, bem como o projeto de implementação de um sistema de digitalização da informação ao cliente.

Em termos financeiros, o Metropolitano de Lisboa manteve, em 2020, a notação de *rating* de longo prazo em BBB *investment grade*, com Outlook estável, relativamente ao ano transato, medida que teve em conta o nivelamento da avaliação do Metropolitano de Lisboa com a notação da República.

Paralelamente procurou-se, internamente, dar seguimento à implementação de medidas que consolidem a robustez da gestão nomeadamente pela criação sistemas de controlo internos entre os quais salientamos as ferramentas de apoio à Contratação e ao *Compliance*, a consolidação do Regulamento Geral de Proteção de Dados, a alteração do Código de Ética e de Conduta, a reformulação do Sistema de Gestão de Risco, a utilização generalizada na empresa da assinatura digital qualificada e a atualização da base informática SAP.

Através da subscrição em 2019 da carta de resposta à *Call to Action* Anticorrupção das Nações Unidas o Metropolitano de Lisboa passou a ter atribuído o selo anticorrupção, o que representa o reforço do seu compromisso público e da adoção de medidas no combate à corrupção em cumprimento do ODS 16.

Ainda nesse contexto, o Metropolitano de Lisboa integrou, em março de 2020, a Plataforma Portuguesa para a Integridade (PPI) no âmbito da APEE (Associação Portuguesa para a Ética e Integridade).

Também de especial relevo, o Metropolitano de Lisboa deu continuidade à política de rentabilização do seu património. Esperamos que as negociações com a Câmara Municipal de Lisboa para a aprovação do plano urbanístico para os terrenos do antigo Parque de Material e Oficinas de Sete Rios, terminem no início de 2021, de modo a permitir a concretização da sua alienação ainda em 2021.

Por seu turno, no âmbito do património artístico, completou-se o levantamento do acervo de obras de arte originais, permitindo deste modo, o conhecimento exato da quantidade e qualidade do património artístico pertença do Metropolitano de Lisboa.

Já em relação à Expansão da Rede, o Metropolitano de Lisboa prosseguiu os trabalhos relativos ao projeto de prolongamento Rato/Cais do Sodré, que culminaram com o lançamento, em janeiro de 2019, do concurso para a Construção dos Toscos dos Lotes Rato/Santos e Santos/Cais do Sodré, no âmbito do Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa.

Em maio de 2020, o Metropolitano de Lisboa celebrou o contrato para o Lote 1, encontrando-se a realizar estudos geológicos e em fase final de vistorias de todos os imóveis das áreas por onde passará o novo túnel.

O concurso do Lote 2 sofreu um ligeiro atraso pelo facto de não termos recebido propostas num primeiro concurso, obrigando à realização de novo concurso, com correção do preço base. A empreitada foi adjudicada em setembro de 2020 e o contrato celebrado nesse mesmo ano.



Relativamente ao lote 3, referente à empreitada de construção dos tórcos dos viadutos do campo Grande, o respetivo concurso foi lançado em janeiro de 2020, tendo já sido alvo de adjudicação e de assinatura do respetivo contrato em novembro de 2020. A consignação ocorrerá no primeiro trimestre de 2021.

Já em fevereiro de 2021, o Metropolitano de Lisboa obteve os vistos prévios favoráveis do Tribunal de Contas para os lotes 2 e 3.

As adjudicações relativas a estas empreitadas ocorreram no estrito cumprimento e respeito pelo regime fixado no Código dos Contratos Públicos, decorridos os prazos legais e a tramitação subsequente legalmente estabelecida.

No tocante ao lote 4 para o projeto para o lançamento do concurso dos acabamentos e sistemas dos Lotes 1 e 2, prevê-se que o mesmo seja realizado em 2021.

Ainda no referente a futuras expansões, o ML iniciou os estudos do prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara, tendo em 24 de dezembro de 2020 obtido o acordo do SEM ao Estudo de Viabilidade. No decorrer do ano de 2021 decorrerão os trabalhos de estudos e projetos, com vista a apresentar o Estudo de Impacto Ambiental às autoridades respetivas.

O Metropolitano de Lisboa, mediante acordo celebrado com as Câmaras de Lisboa, Oeiras, Loures e Odivelas, também se encontra a realizar os estudos referentes ao LIOS – Linha Intermodal Ocidental e Oriental Sustentável e a um novo Sistema de Transporte em Sítio Próprio/Metro Ligeiro de Superfície, na Área Metropolitana Norte, ligando em Odivelas, Infantado e Loures.

Por outro lado, o Metropolitano de Lisboa prosseguiu, em 2020, a implementação de um conjunto de medidas com vista ao aumento da eficiência energética, alinhadas com o compromisso da mobilidade sustentável, e com o PISA 2030 – Plano Integrado de Sustentabilidade Ambiental.

Numa fase de grande incerteza para o Metropolitano de Lisboa, proveniente da acentuada diminuição da procura de clientes e face à necessidade de novas abordagens que a permitam contrariar, bem como à implementação de medidas adequadas aos novos desafios decorrentes da evolução pandémica, foi criado na estrutura orgânica da empresa, o Centro de Inovação e Desenvolvimento Sustentável que permitirá dar resposta aos referidos desafios, promovendo uma cultura da inovação, com vista ao desenvolvimento sustentável da empresa.

Ao nível da gestão do capital humano foram definitivamente integrados no efetivo do Metropolitano de Lisboa, com efeitos reportados a dezembro do corrente ano, os trabalhadores da Ferconsult, S.A., empresa subsidiária do Metropolitano de Lisboa que detém 100% do seu capital e especializada nas áreas de Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes.

Respondendo às necessidades de reforço do efetivo verificadas em 2020, o Metropolitano de Lisboa reforçou o quadro de pessoal com 27 profissionais, através da admissão de 9 Agentes de Tráfego, 3 Oficiais Eletromecânicos, 2 Técnicos de Eletrónica, 6 Oficiais de Via, 2 Oficial Eletricista, 5 Técnicos Superiores. Cumpre salientar a continuidade na valorização da importância da contratação coletiva, enquanto instrumento indispensável à promoção da paz social e à melhoria do bem-estar dos trabalhadores.

Com vista à distribuição de funções dos trabalhadores da Ferconsult incorporados no Metropolitano de Lisboa, foi criada a Direção de Coordenação de Empreendimentos que tem como atribuições liderar a equipa de coordenação de empreendimentos e gerir os projetos em curso e em estudo no domínio da expansão, modernização e reabilitação das estações.



No tocante à Metrocom, S.A., empresa que explora os espaços comerciais existentes na rede do Metro e igualmente detida a 100% do seu capital pelo Metropolitano de Lisboa, a mesma prosseguiu a sua atividade com uma gestão prioritariamente focada na mitigação do impacto da crise pandémica, tendo focado a sua atividade na transformação e no reposicionamento do negócio. É, também, de destacar, o arranque da obra de remodelação da zona comercial da estação do Campo Grande.

Em 2021 o Metropolitano de Lisboa continuará empenhado em reforçar o seu papel na AML enquanto operador e agente estruturante da mobilidade na cidade.

Prova disso é o nível de satisfação dos nossos clientes que sofreu um aumento significativo em 2020, de acordo com o Inquérito de Satisfação do Cliente efetuado em 2020, apresentando o melhor índice da última década.

Aos trabalhadores do ML as palavras serão de reconhecido agradecimento pela forma profissional que sempre mantiveram ao garantir neste ano difícil, a atividade diária do ML, como serviço essencial que é, garantindo mesmo nos piores momentos da Pandemia, o seu contributo para a manutenção de um transporte essencial na mobilidade sustentável da cidade e na área metropolitana de Lisboa.

Um agradecimento é, também, devido a todos aqueles que com ela colaborando, na segurança, na limpeza, na manutenção de parte dos órgãos vitais contribuíram diariamente para fazer do Metropolitano de Lisboa uma empresa de referência, fundamental no serviço público de transportes.

Por último, é devido um agradecimento aos titulares dos órgãos sociais e suas equipas pelo empenho que sempre evidenciaram, disponibilizando-se, no quadro das respetivas competências, para apoiar o Conselho de Administração, de modo a alcançar os objetivos referidos no presente relatório, assegurando o normal funcionamento da empresa.

Lisboa, 22 de junho de 2021

O Presidente do Conselho de Administração

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos



2. Natureza do Relatório

O presente relatório pretende ser uma exposição fiel e clara da evolução e desempenho da atividade do Metropolitano de Lisboa (ML) durante o ano de 2020. Neste sentido, este é um documento anual que descreve as demonstrações financeiras da empresa no ano em referência, bem como as principais atividades relativas à estratégia adotada, gestão e desempenho dos principais vetores de negócio da empresa.

Adicionalmente, o Relatório e Contas pretende dar resposta às “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2020”, emanadas no Ofício-Circular SAI_DGTF/2021/173-DSPE, de 12 de janeiro de 2021, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, bem como, melhorar a perceção que os *stakeholders* têm relativamente à atividade desenvolvida pelo ML, enquadrando a mesma com os objetivos estratégicos definidos no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o período em análise, e justificando os principais desvios observados nesse mesmo período.

A informação aqui apresentada procura traduzir o empenho, a dedicação e o esforço contínuo da empresa na implementação de medidas que potenciem a criação de valor, traduzida numa melhor prestação do serviço público e promoção da mobilidade sustentável.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações subsequentes e com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.



3. Síntese de Indicadores

Quadro 1 – Principais Indicadores de Atividade e Financeiros

INDICADORES DE ATIVIDADE		2020	2019	Var. 2020/2019		PAO 2020	Taxa de Realização
				Abs	%		
Indicadores de PROCURA							
PT (Passageiros Transportados) ¹	10 ³	90 567	183 801	(93 235)	(50,7)	195 274	46,4%
PKT (Passageiros x km) ¹	10 ³	433 114	880 985	(447 871)	(50,8)	944 015	45,9%
Indicadores de OFERTA							
Ckm (Carruagens x km)	10 ³	26 373	27 623	(1 250)	(4,5)	27 855	94,7%
LKO (Lugares x km)	10 ⁶	3 376	3 536	(160)	(4,5)	3 566	94,7%
Qualidade de Serviço							
Regularidade	%	96,9	98,7	-	(1,8) p.p.	n.a.	-
Taxa de Ocupação	%	12,8	24,9	-	(12,1) p.p.	26,5	(13,7) p.p.
INDICADORES DE RH							
Nº de efetivos a 31.Dez	Un.	1 513	1 452	61	4,2	1 578	95,9%
Número médio de efetivos	Un.	1 467	1 435	32	2,2	1 565	93,7%
Massa Salarial	m€	56 787	55 926	861	1,5	59 782	95,0%
Indemnizações por Rescisão	m€	0	0	0	-	100	0,0%
ESTRUTURA ACIONISTA							
Total do Capital Social	M€	3 414,0	3 093,6	320	10,4	3 529,7	96,7%
Cap. Social detido pelo Estado	%	100	100	0	0,0 p.p.	100	-
SITUAÇÃO PATRIMONIAL							
Ativo não corrente	M€	5 591,5	5 437,9	154	2,8	5 570,0	100,4%
Ativo corrente	M€	105,0	79,2	26	32,5	131,6	79,8%
Total Ativo	M€	5 696,5	5 517,1	179	3,3	5 701,6	99,9%
Capital Próprio	M€	1 504,8	1 251,0	254	20,3	1 638,4	91,8%
Passivo	M€	4 191,7	4 266,1	(74)	(1,7)	4 063,2	103,2%
Total Capital Próprio e Passivo	M€	5 696,5	5 517,1	179	3,3	5 701,6	99,9%
INVESTIMENTOS							
Infraestruturas de Longa Duração	M€	16,4	9,7	7	69,8	53,2	30,9%
Outros Investimentos	M€	5,0	4,3	1	17,1	92,3	5,4%
DESPESA DE INVESTIMENTO²	M€	21,4	13,9	7	53,7	145,5	14,7%
INDICADORES DE ESTRUTURA							
Passivo Remunerado	M€	3 378,0	3 440,0	(62)	(1,8)	3 237,0	104,4%
Autonomia Financeira %	%	26,42	22,67	-	3,7 p.p.	28,74	(2,3) p.p.
Solvabilidade %	%	35,90	29,32	-	6,6 p.p.	40,32	(4,4) p.p.
INDICADORES FINANCEIROS							
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	41	47	(6)	(12,8)	35,0	117,1%
Volume de Negócios	M€	66,8	118,8	(52)	(43,8)	121,2	55,1%
EBITDA (corrigido) ³	M€	(30,61)	(0,23)	(30)	13 504,2	21,27	-143,9%
Margem do EBITDA (corrigido)	%	(45,82)	(0,19)	-	(45,6) p.p.	17,56	(63,4) p.p.
Rendimentos Operacionais (corrigidos) ³	M€	90,27	122,94	(33)	(26,6)	151,8	59,5%
Gastos Operacionais (corrigidos) ³	M€	120,88	123,17	(2)	(1,9)	130,5	92,6%
Gastos Operacionais (corrigidos) por Passageiro Transportado	€	1,33	0,67	1	99,2	0,67	199,7%
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais (corrigidos)	%	74,67	99,82	-	(25,1) p.p.	116,30	(41,6) p.p.

¹ Valores de 2019 atualizados pela implementação de nova ferramenta associada à bilhética (SAP Analytics Cloud).

² A despesa de investimento apenas considera valores de investimento líquidos de TPE's e de Encargos financeiros.

³ Corrigido de provisões, ajustamentos, imparidades e aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento e equiv. patrimonial / subsidiárias, e outras rubricas *non-cash*.

4. Organização

4.1 Missão, Visão, Valores e Carta do Cliente

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. é uma entidade com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se por estatutos próprios e pela lei aplicável às empresas públicas.

Missão

Prestar um Serviço de Transporte Público de Passageiros, em modo metro, orientado para o cliente, promovendo a mobilidade sustentável.

Visão

Ser o operador de transporte público estruturante e garante da mobilidade urbana de Lisboa, segundo os melhores padrões de qualidade, segurança e eficácia económica, social e ambiental.

Valores

Inovação e Desenvolvimento

- Procura contínua de novos serviços e produtos, assentes na evolução tecnológica ao serviço do cliente.

Responsabilidade

- **Ambiental:** ao nível do rendimento energético e garantia da proteção ambiental, decorrentes da atividade desenvolvida;
- **Social:** ao nível da mobilidade daqueles que se deslocam na Área Metropolitana de Lisboa;
- **Económica:** garantia da sustentabilidade da empresa, numa perspetiva empresarial e laboral.

Qualidade

- Através da criação de valor e utilidade do serviço ao cliente.

Rigor e Integridade

- Promoção de práticas exigentes do ponto de vista da ética e dos comportamentos, quer em termos empresariais, quer em termos individuais, enquanto Organização que se rege por princípios de honestidade, transparência, iniciativa social e responsabilidade ambiental;
- Cumprimento de processos rigorosos como suporte do serviço prestado, garantindo a sua fiabilidade e confiança.

Competência e Segurança

- Manter e reforçar a imagem e credibilidade da Empresa como fator de afirmação externa e interna;
- Garantir a segurança integrada de pessoas e bens.



Carta do Cliente

O Metro de Lisboa assume a sua missão com os seus clientes no cumprimento da “Carta do Cliente” na qual a Empresa assume os seguintes compromissos:

Oferta de serviço de transporte:

- Propor os desenvolvimentos da rede que melhor correspondam às necessidades de mobilidade na área metropolitana de Lisboa;
- Implementar horários de comboios que respondam eficazmente à procura existente.

Segurança:

- Promover e aplicar as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte;
- Em permanente colaboração com as forças da autoridade, assegurar a implementação das medidas necessárias para garantir a segurança dos clientes nos comboios e estações.

Regularidade:

- Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações da circulação, seja por motivos decorrentes da própria operação seja por fatores externos.

Informação e apoio ao cliente:

- Disponibilizar de uma forma clara, perceptível e rigorosa, em espaços próprios de estações e comboios e nos demais suportes de comunicação com o cliente, toda a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço.

Disponibilidade dos equipamentos:

- Assegurar que os equipamentos existentes nas estações – designadamente elevadores, escadas e tapetes rolantes, equipamentos de venda e canais de acesso – se encontram em perfeitas condições de funcionamento, promovendo, quando tal não aconteça, a respetiva reparação no menor espaço de tempo possível.

Limpeza e conservação:

- Garantir que as estações, comboios e equipamentos se encontram em bom estado de conservação e limpeza, sendo, para o efeito, regularmente vistoriados e limpos.

Recursos humanos:

- Garantir a formação inicial e contínua dos recursos humanos ao serviço do Metro, para que executem o seu serviço de forma competente e profissional, assegurando a condução dos comboios em condições de segurança conforto e atendendo os clientes com qualidade e rigor.

Acessibilidades:

- Em colaboração com as entidades competentes, assegurar que o serviço prestado possa ser facilmente utilizado por todos, implementando as medidas necessárias para permitir a acessibilidade daqueles clientes cuja mobilidade se encontre, por algum modo, reduzida; para estes últimos, está a ser desenvolvido um programa gradual de implementação de acessibilidades nas estações ainda não preparadas para o efeito.



Sugestões e reclamações:

- Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações;
- Assegurar a análise cuidadosa das reclamações, promovendo internamente as devidas medidas de correção e melhoria, providenciando em tempo útil a respetiva resposta.

A colaboração dos clientes é fundamental para atingir os índices de qualidade propostos. A utilização do Metro pressupõe o respeito por parte dos clientes de regras simples que permitirão uma melhor qualidade do serviço prestado, com benefícios para todos. Assim, os clientes devem:

- Viajar com título de transporte válido e apresentá-lo a um agente do Metro sempre que for solicitado;
- Validar sempre o título de transporte, à entrada e saída das estações. Se não o fizer, o cliente incorre numa situação de transgressão;
- Não fumar nas instalações e comboios do Metro. Se o fizer, o cliente estará a incorrer em infração prevista e punida por lei;
- Respeitar as normas existentes relativas ao transporte de animais, bicicletas e outros objetos particulares que, pelo seu volume ou conteúdo, possam causar incómodo ou constituir perigo;
- Passar os canais de acesso com cuidado, esperando que as portas se encerrem após a passagem do cliente anterior, antes de validar o seu título;
- Não entrar ou sair dos comboios após o aviso sonoro e luminoso de fecho de portas;
- Permitir que os canais de acesso às estações e lugares dos comboios destinados a clientes com mobilidade reduzida sejam utilizados apenas por aqueles a que se destinam;
- Ajudar a manter as estações e comboios limpos, utilizando os recipientes existentes para a recolha de lixo;
- Comportar-se de um modo responsável e cumpridor, seja relativamente a outros clientes, seja em relação aos agentes ao serviço do Metro, respeitando sempre as indicações que estes transmitam.

4.2 Estrutura de Governance

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E., enquanto operador de transporte estruturante para a mobilidade na área metropolitana de Lisboa, pretende contribuir para o desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados. A estrutura de *governance* do Metropolitano de Lisboa desenvolve-se de forma integrada.

A empresa dispõe de um Sistema de Gestão aplicando os seguintes princípios que traduzem a Política de Gestão em vigor:

- A satisfação do cliente como objetivo central;
- Uma liderança empenhada e comprometida;
- Responsabilidades partilhadas e claramente definidas;
- O envolvimento e qualificação das colaboradoras e dos colaboradores;
- A gestão da Organização como um sistema composto por processos interrelacionados;
- A melhoria contínua do desempenho;
- A tomada de decisões de forma sustentada;
- O estabelecimento de relações de parceria com os Fornecedores;
- A gestão dos impactes ambientais;
- O cumprimento integral dos requisitos aplicáveis;
- O controlo dos perigos e riscos;
- A inovação como fator diferenciador da qualidade do serviço prestado.



4.3 Órgãos Sociais

São órgãos sociais do Metropolitano de Lisboa o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e o Conselho Consultivo, nos termos dos Estatutos da Empresa.

Os membros do Conselho de Administração são nomeados por Resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes (cf. n.º 1 do artigo 4.º dos seus Estatutos). O mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de três anos e é renovável, até ao máximo de três renovações e todos são membros executivos.

A fiscalização é constituída por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não seja membro daquele órgão. O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e um suplente, sendo um deles o Presidente.

Os membros do Conselho Fiscal são nomeados por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes, por um período de três anos, renovável até ao máximo de três vezes.

O Revisor Oficial de Contas tem um mandato com a duração de três anos, renovável por uma única vez. Decorrido o prazo mínimo de dois anos sobre o termo do prazo de renovação, pode voltar a ser designado o mesmo ROC.

A existência do Conselho Consultivo está prevista nos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, como opcional, mas não foi efetuada a sua nomeação.

A remuneração dos administradores do Metropolitano de Lisboa resulta da classificação prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro, com as alterações previstas no Decreto-Lei 18/2016, de 13 de abril.

O artigo 28º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro determina no seu ponto 1 que “A remuneração dos gestores públicos integra um vencimento mensal que não pode ultrapassar o vencimento mensal do primeiro-ministro”, acrescida de um abono mensal para despesas de representação no valor de 40% do respetivo vencimento, pago 12 vezes ao ano. Os administradores auferem apenas uma remuneração e não beneficiam de qualquer abono adicional em virtude da acumulação de funções.

Os membros executivos do Conselho de Administração auferem, ainda, as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a. Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
- b. O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro);
- c. Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 €.

A nomeação do Conselho Fiscal para o mandato 2017-2019, bem como o estatuto remuneratório dos seus elementos foram determinados pelo Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério do Ambiente, de 11 de janeiro de 2017, entrando em funções a 1 de janeiro de 2017. À data do presente relatório ainda não houve nomeação por despacho conjunto do Governo de novos membros do Conselho Fiscal, pelo que se mantém em funções o Conselho Fiscal designado para o triénio 2017-2019.



A remuneração anual ilíquida do Revisor Oficial de Contas é a constante do contrato de prestação de serviços celebrado entre o Metropolitano de Lisboa e a Sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, a qual cumpre o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da Empresa, de acordo com o estabelecido nos artigos 58.º e 59.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

A atual Sociedade de Revisores Oficiais de Contas decorreu de proposta apresentada pelo Conselho Fiscal ao membro do Governo responsável pela área das Finanças, tendo sido nomeada para o triénio 2019-2021 pelo Despacho Conjunto entre o Secretário de Estado do Tesouro e o Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade em 15 de outubro de 2019.

O atual Conselho de Administração, para o mandato 2019-2021, foi nomeado pela R.C.M. n.º 56/2019, de 28 de fevereiro (D.R. 1.ª série – n.º 53, de 15 de março de 2019), entrando em funções a 1 de março de 2019.

Quadro 2 – Identificação dos Membros do CA do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Formação Académica	Pełouros
2019-2021	Presidente	Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	PADE – AESE - Escola de Negócios MBA em Gestão Internacional - Universidade Católica Portuguesa Licenciatura em Engenharia Civil - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Gabinete da Secretaria Geral (GSG) Direção de Capital Humano (DCH) Direção de Tecnologias de Informação (DTI) Gabinete de Auditoria Interna (GAI) Gabinete de Valorização do Património (GVP) Gabinete Jurídico e Contencioso (GJC) Grupo para a Inovação (GPI) (extinto: RCA de 15.10.2020/Del. CA 1544866)
2019-2021	Vogal	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	- Doutoramento - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; - Mestrado - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; - Pós-Graduação - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães - Licenciatura em Engenharia Civil - Universidade de Coimbra, Fac. de Ciências e Tecnologia, Coimbra	Direção de Coordenação (DC) (extinto: RCA de 03.12.2020/Del. CA 1550508) Direção de Coordenação de Empreendimentos (DCE) (criado na RCA de 03.12.2020/Del. CA 1550508) Direção de Manutenção (DMT) Direção para a Expansão da Rede (DER) (extinto: RCA de 03.12.2020/Del. CA 1550508) Direção de Empreendimentos (DEM) (extinto: RCA de 03.12.2020/Del. CA 1550508) Direção de Logística (DLO) Direção de Segurança e Vigilância (DSV)
2019-2021	Vogal	Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	- Licenciatura em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa - Pós-Graduação em Análise Financeira pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa - Especialização em Corporate Finance pela Cass Business School - Especialização em Leadership (essentials e transitions) pela Harvard Business School	Direção Financeira (DFI) Direção de Clientes (DCL) Direção de Operações (DOP) Centro de Inovação e Desenvolvimento Sustentável (CIDS) (criado na RCA de 15.10.2020/Del. CA 1544866, por extinção da Direção de Ambiente e Qualidade (DAQ), através da RCA de 15.10.2020/Del. CA 1544866)

Quadro 3 – Identificação dos Membros do Conselho Fiscal – 2020

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de mandatos
			Forma (1)	Data		
2017-2019	Presidente	Dr. José Carlos Pereira Nunes	DC SETF e SEAMB	11/01/2017	1.362,01	2 ⁽¹⁾
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Cristina Maria Pereira Freire	DC SETF e SEAMB	11/01/2017	1.021,51	1
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	DC SETF e SEOPTC	11/01/2017	1.021,51	1
2017-2019	Vogal Suplente	Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	DC SETF e SEOPTC	11/01/2017	-	2

(1) De acordo com o Despacho Conjunto de 11 de Janeiro de 2017 do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente.

À data do presente relatório ainda não houve nomeação por despacho conjunto do Governo de novos membros do Conselho Fiscal, pelo que se mantém em funções o Conselho Fiscal designado para o triénio 2017-2019.

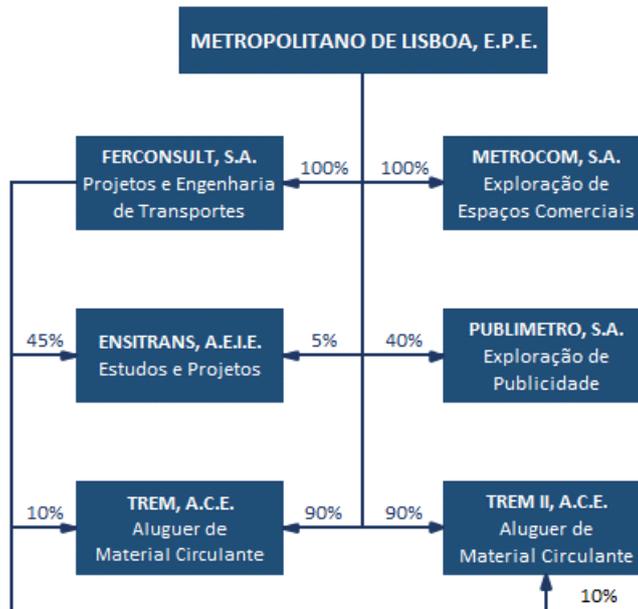


Quadro 4 – Membros da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Mandato 2019–2021

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade	
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data			Data do contrato
2019-2021	ROC Efetivo	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda., representada por: Dr. José Luís Areal Alves da Cunha	74	20161409	Despacho	15/10/2019	15/10/2019	5	5
		Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., representada por:	23	20161381					
	ROC Suplente	Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	1056	20160668					

4.4 Participações financeiras do Metropolitan de Lisboa

Participações do Metropolitan de Lisboa em 31 de dezembro de 2020:

Ilustração 1 – Empresas do Grupo ML


O Grupo METRO é formado pelo Metropolitan de Lisboa, E.P.E. e pelas suas subsidiárias, entidades sobre as quais o Metropolitan de Lisboa exerce um controlo, que se consubstancia no poder de definir as políticas financeiras e operacionais dessas entidades, de forma a obter benefícios decorrentes das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto.

Assim, o Metropolitan de Lisboa detém a totalidade do capital da subsidiária FERCONSULT, S.A. – Projetos e Engenharia de Transportes, empresa especializada nas áreas de Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, que atua nos mercados nacional e internacional.

O Metropolitan de Lisboa detém direta e indiretamente, através da sua participada FERCONSULT, uma participação de 50% do capital da empresa ENSITRANS, A.E.I.E., cujo objeto principal consiste no desenvolvimento de estudos e projetos.

O Metropolitano de Lisboa detém direta e indiretamente, através da sua participada FERCONSULT, uma participação na TREM, ACE de (100% do capital da empresa) e na TREM II, ACE (100% do capital da empresa) cujo objeto principal consiste na aquisição e locação de equipamento ferroviário para o ML.

Pertence, também, ao Grupo METRO a empresa METROCOM, S.A. – Exploração de Espaços Comerciais, cujo objeto é promover e comercializar espaços adequados, existentes na rede de metro de Lisboa, gerir os contratos, nomeadamente no que respeita a lojas, escritórios, vitrinas, programar e organizar novas formas de comercialização de produtos nas estações e demais espaços da rede como eventos ocasionais (feiras de livros e outras) e ações promocionais.

O Metropolitano de Lisboa detém, ainda, participações no capital da PUBLIMETRO, S.A., (40%), empresa de exploração publicitária de meios, nos veículos e nos espaços Metro.



5. Análise de Contexto

5.1 Enquadramento macroeconómico

ANÁLISE EXTERNA

A análise anual ao contexto externo, elaborada no presente relatório integrado, é efetuada de acordo com a metodologia PESTAL, utilizando, para o efeito, uma análise com base nos seguintes vetores:

a. Política

O mundo mudou com a pandemia de COVID-19 e toda a ação política se centrou na resposta a dar à crise sanitária e à crise económica subsequente.

O Governo português, tal como muitos outros governos, procurou compensar através de apoios sociais pessoas e empresas que, fruto da pandemia, se encontravam em sérias dificuldades económicas.

Da parte da União Europeia foi lançado um programa de apoio à economia que se traduz, em Portugal, no “Programa de Resiliência e Recuperação”. No âmbito das medidas deste programa e particularmente na componente 10 – Mobilidade Sustentável foi prevista a expansão do Metropolitano de Lisboa.

A recuperação económica, na opinião de muitos especialistas e políticos, pretende-se mais sustentável. A palavra de ordem é que o financiamento para a recuperação tem de ter em consideração a decisão da União Europeia, e nacional, de atingir a neutralidade carbónica em 2050.

A nível global, vivemos, assim, um momento onde nunca como agora, as questões ambientais estão na ordem do dia, sendo necessária a adoção de uma política global de promoção da utilização progressiva do transporte público, sobretudo o transporte com propulsão a energia elétrica.

b. Económica

A pandemia Covid-19 causou uma contração sem precedentes na atividade económica. Assim, desde meados de março de 2020 que as medidas adotadas pelo Governo, no contexto de pandemia de salvaguarda da saúde pública, teve impacto no comportamento do mercado de trabalho. A taxa de desemprego atingiu os 6,8%, em 2020, tendo aumentado 0,3 p.p. relativamente a 2019 (o mais baixo desde 2004), contrariando a tendência de descida dos anos anteriores.

Portugal, em 2019, tinha superado o objetivo de 75%, no âmbito da Estratégia Europeia de Emprego, para a taxa de emprego dos 20 aos 64 anos, quando atingiu os 76,1%. No entanto, em 2020, em resultado do impacto da crise sanitária no mercado de trabalho, esta taxa diminuiu 1,4 p.p. para um total de 74,7%. Também neste contexto, a população ativa registou um decréscimo de 1,7% (menos 87,5 mil pessoas), em relação ao ano anterior, depois de três anos consecutivos de crescimento.

Em 2020, e depois de sete anos de crescimento consecutivo, o PIB registou uma contração de 7,6%, superior à queda de 6,8% na Zona Euro, e contrastando com o crescimento de 2,2% registado em 2019. O Instituto Nacional de Estatística, apontou esta descida como “a mais intensa da atual série de Contas Nacionais”. Resultou de perturbações na oferta, devido à suspensão atividades, encerramento total ou parcial de empresas e fronteiras, e na procura, em especial devido à forte contração no turismo, para além da queda no consumo privado, devido às medidas de confinamento e à elevada incerteza que se instalou.



Os impactos desta pandemia também se refletiram na procura do transporte público. Assim, em 2020, o ML transportou menos 93,2 milhões de passageiros face ao ano anterior, que se traduziu em -50,7% no total de passageiros transportados, contrariando a tendência crescente registada nos anos anteriores (contra os 8,2% de 2019).

A nível das receitas de títulos ocasionais e passes, em 2020, o ML registou uma quebra de -53,7 milhões de euros, o correspondente a -51,6%, em comparação com 2019. Destacam-se o recebimento de verbas a título de pagamento por conta asseguradas pela AML e as verbas no âmbito do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (“PART”). Considerando os valores de Pagamentos por Conta, a variação da receita passa a -25,2%, representando uma quebra em termos absolutos de -28,1 milhões de euros, face a 2019.

c. Social

A pandemia de SARS-CoV2 trouxe feitos devastadores não só à economia, mas a todo um modo de vida enraizado na população.

Para além de restrições à mobilidade impostas em períodos de confinamento, a generalização do uso do teletrabalho em funções compatíveis e o encerramento de espaços de lazer e de lojas fez com que a mobilidade da população se reduzisse fortemente. Adicionalmente verificou-se uma forte quebra no turismo e criou-se a imagem dos transportes públicos poderem ser uma fonte de contágio.

A soma de todos estes fatores levou a uma acentuada redução da procura do transporte público.

Ainda como consequência da pandemia começou a assistir-se a uma migração do centro de Lisboa para a periferia e para cidades de menor dimensão. Algumas empresas e o próprio setor público prepararam-se para manter o teletrabalho em certas situações.

Neste momento ainda é cedo para se perceber se esta alteração é conjuntural ou estrutural.

As preocupações ambientais passaram a ser um tema central na nossa sociedade, pelo que se espera que a procura por modos de transporte mais sustentáveis e pelo uso do transporte público possam vir a provocar um aumento da procura no período pós-pandemia.

A confiança dos nossos clientes no serviço prestado manteve-se alta, tendo o Inquérito Anual de Satisfação do cliente obtido o melhor resultado desde que há registo.

d. Tecnológica

As novas tecnologias, principalmente ao nível do digital, têm provocado uma verdadeira disrupção nos diversos modelos de negócio, ao qual o setor dos transportes não é exceção.

A pandemia veio acelerar fortemente este processo, ao nível tecnológico, mas sobretudo ao nível da disponibilidade das pessoas para o seu uso.

As APP para *smartphones* generalizaram-se e servem, não apenas de suporte para modelos de mobilidade partilhada, como o “*car sharing*” ou o “*bike sharing*” mas, também, servem de suporte para informação em tempo real para os modos de transporte ditos tradicionais, como o ML.



Também ao nível da bilhética, serão, cada vez mais, frequentes soluções de aquisição de títulos de transporte por multibanco, telemóvel ou *online*, sendo obrigatório que o ML acentue a integração destas novas tecnologias.

A evolução tecnológica tem vindo a possibilitar evoluções relevantes ao nível da eficiência energética, permitindo, por exemplo, a otimização da gestão de recursos naturais.

e. Ambiental

As alterações climáticas provenientes do aumento global da temperatura já se começaram a fazer sentir, aumentando a frequência de fenómenos extremos, designadamente a seca, chuva torrencial ou ciclones.

O Metropolitano de Lisboa possui uma estrutura resiliente para os impactos diretos destes fenómenos, ainda que haja uma preocupação permanente face a eventuais riscos de inundação.

O Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas (PMMAC) que o Metropolitano de Lisboa acompanhou, na fase da sua elaboração, sintetiza os riscos, atuais e futuros, em termos climatéricos para a AML, identificando zonas críticas e medidas de mitigação.

No entanto, para além da influência direta, estes fenómenos podem vir a tornar mais escassos os recursos essenciais, quer na energia elétrica, quer ao nível da água, implicando que a gestão destes elementos seja cada vez mais eficiente.

Em 2020 registou-se uma redução significativa de consumo de água (18,9%) face a 2019 e, a nível dos materiais utilizados, manteve-se a preocupação com a sua redução e o aumento de materiais recicláveis tornou-se um imperativo. Foi reforçada a transição digital dos processos da empresa com ganhos evidentes no consumo de papel (-36,8%).

No futuro, importa perceber qual a componente deste uso mais eficiente dos recursos é estrutural e qual se deve ao momento pandémico.

f. Legal

A evolução dos requisitos legais aplicáveis ao ML, quer da legislação nacional, quer da comunitária, tem vindo a tornar-se mais exigente em termos de obrigações, nomeadamente, a nível ambiental e na obrigatoriedade de reporte.

Ao nível da proteção de dados, a legislação, que entrou em vigor em 2018, criou novos desafios e obrigou as empresas a adaptarem-se às novas exigências legais. O ML passou a dispor de um DPO e introduziu todas as alterações necessárias para garantir o cumprimento cabal da legislação em vigor.

Por outro lado, a revisão do contrato de concessão, atualmente em curso, exigirá um maior nível de rigor ao ML, não só ao nível do reporte mas, sobretudo, no controlo das exigências de qualidade do serviço público prestado.

A existência de um contrato de concessão adequado, mesmo que exigente, poderá ajudar a empresa a focar-se nos seus objetivos, garantindo o alinhamento organizacional e permitindo, de forma mais fácil, separar o essencial do acessório.

A pandemia trouxe um conjunto de obrigações legais, quer em termos da organização do trabalho, quer em termos do serviço ao cliente, que compeliu a empresa a adaptar-se, por forma a garantir o seu cabal cumprimento. De entre estas destacam-se as obrigações relacionadas com o teletrabalho e com a restrição a 2/3 da utilização da capacidade do comboio.



ANÁLISE INTERNA

A par da análise ao contexto externo é elaborada também uma análise ao contexto interno da organização. Esta análise é feita para os seguintes vetores:

ORGANIZAÇÃO

O Metropolitano de Lisboa possui uma organização estável, em vigor desde 1 de abril de 2017, que corresponde à data em que foi reposta a autonomia orgânica da empresa (ver Organograma na página 28).

Em 2020 foi criado o Centro de Inovação e Desenvolvimento Sustentável com o intuito de imprimir uma maior dinâmica de inovação na empresa alicerçada na garantia de sustentabilidade. Consequentemente foram extintos a Direção de Ambiente e Qualidade e o Gabinete para a Inovação.

No final do ano, fruto da integração dos trabalhadores oriundos da Ferconsult e da necessidade de adequar a organização aos projetos de expansão da rede, foi criada a Direção de Coordenação de Empreendimentos que integrou as anteriores Direção de Empreendimentos e a Direção da Expansão da Rede para além das competências existentes na Ferconsult.

Estas alterações deram início a um conjunto de ajustes que o Conselho de Administração pretende implementar até ao final de 2021 com vista a adequar a organização do ML face aos desafios que se avizinham.

PROCESSOS

Os processos de trabalho e a forma como são desenvolvidas as atividades no Metropolitano de Lisboa encontram-se definidos e documentados, entre outros, nos Manuais de Processo.

Dada a estabilidade da atividade do Metro, a experiência já existente e a prática de ter processos sempre baseados nas melhores práticas nacionais e internacionais e sustentadas pelo conhecimento e acompanhamento por via do *benchmarking* de organizações internacionais, como a UITP, a ALAMYS ou o COMET, leva a que os processos de trabalho sejam, na sua grande maioria, eficazes e eficientes. Tal não significa que a procura da melhoria contínua não se mantenha enquanto desiderato da organização e não traga os seus resultados.

As alterações aos processos decorrem basicamente por três vias:

- Alterações legislativas ou regulamentares que obrigam a introduzir alterações nos métodos de trabalho;
- Alterações tecnológicas que permitem ganhos de eficiência com a adoção de novas tecnologias;
- Novas necessidades do cliente nomeadamente face a alterações de contexto.

Em 2020, e face à pandemia, houve necessidade de promover alguns ajustes aos processos, para que se adequassem a novas formas de trabalho e a uma menor interação com o Cliente, embora não se tenham verificado alterações significativas nos fluxos dos processos.

RECURSOS HUMANOS

Ao nível dos recursos humanos, de uma forma geral, existem as competências necessárias para a realização das atividades previstas.

A elevada idade média dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, situação transversal às diferentes categorias profissionais, mas, particularmente crítica em área com competências específicas associadas ao sistema da empresa, constitui uma dificuldade identificada, cuja resolução assenta numa estratégia de



recrutamento de novos trabalhadores para os próximos 5 a 10 anos, que permita a adequada transferência de conhecimentos e experiências profissionais e, também, a atualização e a valorização das competências profissionais dos trabalhadores em geral, assente na aprendizagem de novas tecnologias presentes nos projetos em curso de expansão e de modernização do ML.

Em 2020 deu-se continuidade, assim, ao processo iniciado em 2018 de recrutamento de novos colaboradores para as áreas comercial e de manutenção, mas também de técnicos superiores para outras áreas chave da empresa.

O absentismo continua a ser o problema mais impactante na empresa, ao nível dos recursos humanos, dada a escassez de recursos. Ainda assim, e em ano de pandemia, o valor baixou face ao ano anterior.

RECURSOS MATERIAIS

A legislação em vigor, nomeadamente o Código da Contratação Pública e a necessidade de autorização da tutela, através de Portarias de Extensão de Encargos para contratos plurianuais, tornam os processos aquisitivos mais demorados do que o desejável.

Em 2020 foi necessária a aquisição de produtos específicos de combate à COVID-19, equipamento informático necessário à generalização do teletrabalho e a contratação de prestações de serviço de limpeza e verificação de boas práticas, com grande celeridade tendo sido possível acautelar todas essas necessidades em tempo útil.

RECURSOS FINANCEIROS

Em 2020, o ML registou um decréscimo do volume de negócios de -43,8% (-51,9 milhões de euros) face a 2019, resultante fundamentalmente da diminuição da procura (-50,7%), que se traduziu num decréscimo de 43,8 milhões de euros em Rendimentos de Serviço Público, como consequência da pandemia COVID-19.

A performance económica do ML revela o efeito da pandemia no negócio, apresentando um EBITDA corrigido, negativo, no valor de 30,6 milhões de euros, assim como um Resultado Operacional negativo de 32,7 milhões de euros.

INFRAESTRUTURA

A infraestrutura é algo essencial para o cumprimento da missão do Metropolitano de Lisboa, sendo a sua disponibilidade um fator crucial para a qualidade do serviço prestado.

As atividades de manutenção corrente e de grandes intervenções, garantem o funcionamento dessa mesma infraestrutura, prolongando a sua vida útil.

No ano de 2020, fruto da pandemia e da necessidade de proteger os trabalhadores com a criação de equipas espelho nos períodos de confinamento, houve necessidade de ajustar os planos de manutenção.

Consequentemente a disponibilidade do material circulante foi de 81,4%, inferior ao valor de 2019 (87,7%) mas substancialmente superior aos 71% verificados em 2018.

No entanto, este aumento de indisponibilidade é substancialmente inferior à queda, de cerca de 50%, da taxa de ocupação média, cujo valor médio, em 2020, foi de cerca de 12,8% (comparando com os 25% de 2019).



No que diz respeito à infraestrutura principal, em 2020, esteve menos de 12 horas indisponível enquanto, em 2019, esse valor ultrapassou as 27 horas.

RISCOS E OPORTUNIDADES

Na sequência da análise ao contexto externo e interno é feita uma análise de riscos e oportunidades estratégicas que se encontram traduzidos na seguinte análise SWOT:

Ilustração 2 – Análise SWOT



5.2 Linhas Estratégicas

Tendo como objetivo fomentar uma cultura de inovação no Metropolitano de Lisboa, o Conselho de Administração resolveu lançar o programa MetroTech Innovation Hub com o apoio de três consultores de reconhecida experiência na matéria e tendo criado o Centro de Inovação e Desenvolvimento Sustentável para dinamizar o projeto.

Este programa assenta em 4 fases: Lançamento do sistema de inovação do ML, Ganhar os colaboradores, Montagem do processo de inovação do ML, Resultados.

Este processo foi iniciado em 2020 basicamente em três dimensões:



- Criar a estrutura de base do sistema de inovação, nomeadamente em termos documentais e de instrumentos de gestão.
- Dinamizar a comunidade de trabalho para as metodologias da inovação.
- Abrir a empresa ao exterior através da *open innovation* estabelecendo parcerias e protocolos de colaboração com universidades, politécnicos e centros tecnológicos.

O projeto mais relevante do Metropolitano de Lisboa durante os próximos anos será o prolongamento da atual rede do Metro desde a estação Rato até à estação Cais do Sodré. Consiste na construção de cerca de 2 km em túnel, e de dois novos viadutos no Campo Grande, com cerca de 500 m, garantindo as novas ligações das linhas Amarela e Verde.

Serão, também, construídas duas novas estações de metro em áreas consolidadas da cidade – Estrela e Santos – e será remodelada a estação Cais do Sodré, que constitui uma das mais importantes interfaces de Lisboa, cuja área de influência será alargada com a construção de um novo átrio e de novos acessos à superfície e de ligação com o comboio. Todas as estações terão acessibilidade plena, assegurada através de elevadores que ligarão os cais à superfície.

A desconexão das atuais linhas Amarela e Verde vai permitir uma oferta e uma distribuição dos clientes na rede do Metropolitano de Lisboa mais equilibrada.

Associado ao projeto, e com financiamento nacional já garantido, encontra-se a aquisição de novo material circulante e a implementação do novo sistema de sinalização do tipo CBTC (*Communications Based Train Control*) em ATO (*Automatic Train Operation*).

A instalação de um novo sistema de sinalização aumentará o nível de segurança da operação pelo controlo contínuo da velocidade e pela localização mais precisa do comboio, introduzindo eficiências no sistema, reduzindo-se o consumo de energia de tração, através da otimização da gestão de deriva, energia de travagem regenerativa e gestão da frequência permitindo também o aumento da velocidade comercial.

O projeto de expansão da rede tem como principais objetivos:

- Promover a transferência modal para modos de transporte menos poluentes, contribuindo para a descarbonização do setor dos transportes;
- Melhorar a integração das redes de transporte públicas metropolitanas e urbanas, com impacto na mobilidade no centro da cidade e de quem acede a Lisboa, com destaque para a linha de Cascais e para a margem sul do rio Tejo, promovendo a multimodalidade e permitindo uma rápida distribuição em Lisboa;
- Alargar a cobertura territorial da rede de metro e melhorar o atual serviço, aumentando a capacidade/oferta e a procura do metro e permitindo uma circulação mais cómoda e rápida por anulação da necessidade de transbordo na rede numa parte significativa das viagens;
- Reestruturar a rede, unindo os eixos que registam a maior procura na rede ML e com características semelhantes, consolidando o serviço no núcleo central da cidade e possibilitando futuras expansões da rede sem comprometer o serviço sustentável no centro;
- Reduzir a poluição atmosférica e o congestionamento rodoviário e melhorar a saúde pública e a qualidade de vida de quem vive e trabalha em Lisboa;
- Tornar a Área Metropolitana de Lisboa mais competitiva ao proporcionar uma melhor mobilidade a todos os cidadãos, incluindo os que têm mobilidade condicionada – a força motriz para se aceder a direitos fundamentais e possibilidades diversas.



Os projetos de infraestruturas de transportes têm um potencial de desenvolvimento socioeconómico com vários efeitos multiplicadores que extrapolam, em larga medida, os lucros financeiros diretamente a imputáveis aos mesmos. A garantia de acessibilidade congrega questões de equidade territorial, mas também de posicionamento do município em termos de atratividade para o investimento privado e criação de emprego.

O impacto deste projeto de expansão da rede do Metropolitano de Lisboa e infraestruturas não se cinge às zonas urbanas que serão servidas por novas estações Estrela e Santos. Trata-se de um projeto que trará grandes vantagens e que se estende, igualmente, por toda a Área Metropolitana de Lisboa.

Efetivamente, quem beneficia diretamente do projeto é a população que reside, trabalha ou estuda na área de influência das futuras estações Estrela e Santos, de todas as estações da rede atual que farão parte da futura linha circular (19 estações) e ainda aqueles que acedem à rede ML, nomeadamente através das principais interfaces desta mesma linha (Cais do Sodré, Entrecampos e Campo Grande). Assim, beneficiam também as pessoas que se deslocam dos concelhos de Oeiras, Cascais, Cacilhas, Seixal e Montijo, até ao Cais do Sodré e das linhas de Sintra/Azambuja e do Sul/Setúbal, até Entrecampos.

Este Plano de Expansão irá contribuir estrategicamente para o desenvolvimento socioeconómico na medida em que todo o sistema de transportes terá uma melhoria, ao desenvolver-se uma forte conectividade assente numa eficaz multimodalidade, com um serviço na área central da cidade de melhor qualidade e com mais capacidade.

Para além disso, tratando-se de um serviço público, promove a inclusão social, a utilização da rede por pessoas com mobilidade condicionada e a consequente melhoria da sustentabilidade do sistema.

Com o aumento da procura verificado no início de 2019, incrementado com a entrada em vigor do PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, o Metropolitano de Lisboa aumentou, nesse ano, a velocidade de circulação na hora de ponta para aumentar a oferta de transporte dando, assim, resposta ao aumento da procura verificada nesse ano.

Assim, após a implementação do PART, o Metropolitano de Lisboa introduziu novos horários de comboios nas linhas Amarela, Vermelha e Azul, às horas de ponta da manhã e da tarde, situação que possibilitou o aumento da velocidade para 60 km/h, com o consequente aumento da frequência dos comboios e a inerente redução dos tempos de espera.

Com estas medidas o Metropolitano de Lisboa viu reconhecido o esforço que tem vindo a desenvolver, desde 2017, para dar resposta adequada às exigências e às expectativas dos seus clientes, reforçando a sua posição como transportador estruturante na Área Metropolitana de Lisboa, o que se traduz numa melhoria do seu desempenho global, designadamente na qualidade do serviço que diariamente presta, contribuindo para a consolidação de formas de mobilidade urbana mais sustentáveis, com efeitos positivos na descarbonização, na redução do congestionamento e na sinistralidade.

Contudo, em 2020, face ao surto da Covid-19, classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e que alastrou também ao nosso País, o Metropolitano de Lisboa atualizou os seus planos de contingência e a implementou medidas para responder, nomeadamente, às recomendações e práticas adequadas no âmbito da prevenção e controlo da infeção pelo SARS-Covid-19, correspondendo às orientações da Direção-Geral da Saúde, de modo a diminuir os respetivos efeitos sociais e económicos.

Nestes termos, e face ao surto pandémico verificado, e mesmo tendo o Metropolitano de Lisboa adotado um plano de resposta relativamente às suas atividades com vista a assegurar a continuidade das operações, com as menores perdas possíveis, a empresa registou, no ano em apreço, uma diminuição da procura e,



consequentemente, da receita. A oferta foi sendo alvo de monitorização permanente a fim de se ajustar às necessidades que se iam verificando.

Considerando as validações de títulos de transporte realizadas, o Metropolitano de Lisboa transportou 85,6 milhões de passageiros. Este indicador corresponde a menos 88 milhões de passageiros relativamente ao ano de 2019, em que foram transportados 174 milhões de passageiros, correspondendo a uma variação negativa de -50,7%.

Como muito relevante destacamos o futuro prolongamento da linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara com previsão de abertura ao público até 2030. O prolongamento da linha Vermelha entre S. Sebastião e Alcântara, cuja estação se constituirá como um novo importante interface de transportes, articulando com os serviços ferroviários suburbanos contribuirá, decisivamente, para a melhoria significativa da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa. Conta com um investimento de 300 M€, valor que não inclui a aquisição de novo material circulante.

Este investimento prevê a extensão adicional da rede do Metro de Lisboa em 3,7 km: 3,3 km em túnel + 0,4 km em viaduto, além da construção de 4 novas estações: Amoreiras, na zona do cruzamento das Avenidas Conselheiro Fernando de Sousa e Engenheiro Duarte Pacheco; Campo de Ourique, situada na Rua Tomás da Anunciação; Infante Santo, situada no arruamento com o mesmo nome; Alcântara, em viaduto sobre a Avenida de Ceuta.

Ainda como estratégias não menos prioritárias para o Metropolitano de Lisboa encontram-se igualmente previstos os estudos dos prolongamentos da linha Amarela entre Telheiras e Benfica e da linha Vermelha entre Aeroporto e Entre Campos.

Acresce, também, a realização, pelo Metropolitano de Lisboa, mediante acordo celebrado com as Câmaras de Lisboa, Oeiras, Loures e Odivelas, dos estudos referentes ao LIOS – Linha Intermodal Ocidental e Oriental Sustentável e de um novo Sistema de Transporte Coletivo em Sítio Próprio/Metro Ligeiro de Superfície, na Área Metropolitana Norte, ligando em Odivelas, Infantado e Loures.

Estão em causa 24,4 quilómetros de uma nova linha que pretende criar ligações rápidas com as linhas ribeirinhas de elétrico e de comboio da Linha de Cascais e Linha do Norte, bem como a expansão da linha vermelha em Alcântara. O objetivo deste projeto é assegurar uma ligação rápida e estruturante de transporte público pesado entre as respetivas zonas ribeirinhas e as principais interfaces em Lisboa. O investimento estimado na infraestrutura, parque de material e oficinas e material circulante é de 440 milhões de euros (este valor inclui material circulante e infraestruturas). O projeto está dividido em duas partes: LIOS Ocidental e LIOS Oriental.

A LIOS Ocidental, com cerca de 10,4 km e 17 paragens, liga o concelho de Oeiras (Cruz Quebrada, interface com a CP) ao concelho de Lisboa, na zona de Alcântara, futuro interface com o prolongamento da Linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa e com a futura Estação da CP da Linha de Cintura. Este troço servirá as seguintes zonas: Cruz Quebrada, Jamor, Linda-a-Velha, Miraflores e Algés, no concelho de Oeiras, e as zonas do Restelo, Ajuda, Alto de Santo Amaro e Alcântara, em Lisboa.

A LIOS Oriental, com cerca de 14 km e 24 paragens, ligará os concelhos de Lisboa, em Santa Apolónia, a Loures, em Sacavém, com interface com a mesma estação da CP. Este troço servirá as freguesias de Lisboa nas suas zonas ribeirinha de São Vicente, Penha de França, Beato, Marvila, Parque das Nações e, em Loures, as freguesias de Moscavide, Portela, Sacavém e Prior Velho.

O Sistema de Transporte Coletivo em Sítio Próprio / Metro Ligeiro de Superfície fará a ligação entre Loures e a rede do Metropolitano de Lisboa em Odivelas, numa extensão de 12 km, utilizará um material circulante mais



ligeiro do que a ferrovia, operando numa plataforma segregada do resto do tráfego, com vias reservadas. Estas características permitem o reforço da oferta de transporte num menor prazo de tempo, pela sua maior rapidez de execução e menores valores de investimento e custos de operação colmatando assim a ausência de um modo de transporte de elevada capacidade neste corredor de procura suburbana.

O metro ligeiro de superfície Loures – Odivelas servirá as freguesias de Loures, Santo António dos Cavaleiros e Frielas, no concelho de Loures, com cerca de 11 paragens num total de 8,4 km (traçado ainda suscetível de alterações, embora não significativas). E ainda as freguesias de Póvoa de Santo Adrião, Olival Basto, Odivelas, Ramada e Caneças, no concelho de Odivelas, com cerca de 7 paragens num total de 4,0 km (traçado ainda suscetível de alterações, embora não significativas), localizando-se os dois terminos no concelho de Loures. Esta linha irá estender-se num corredor em “C”, que ligará o Hospital Beatriz Ângelo ao Infantado, com interface e transbordo para Lisboa na Estação de Metropolitano em Odivelas. Conta com um investimento de 250 M€.

Nota: Todos os investimentos referentes à expansão da rede e do LIOS referenciados encontram-se previstos no PNI 2030 – Plano Nacional de Investimento, no PRR 2021-2026 – Plano de Recuperação e Resiliência, no PRE 2020-2030 – Plano de Recuperação da Economia e/ou no PEES 2020-2021 – Programa de Estabilização Económica e Social



6. Desempenho

6.1 Modelo de Negócio

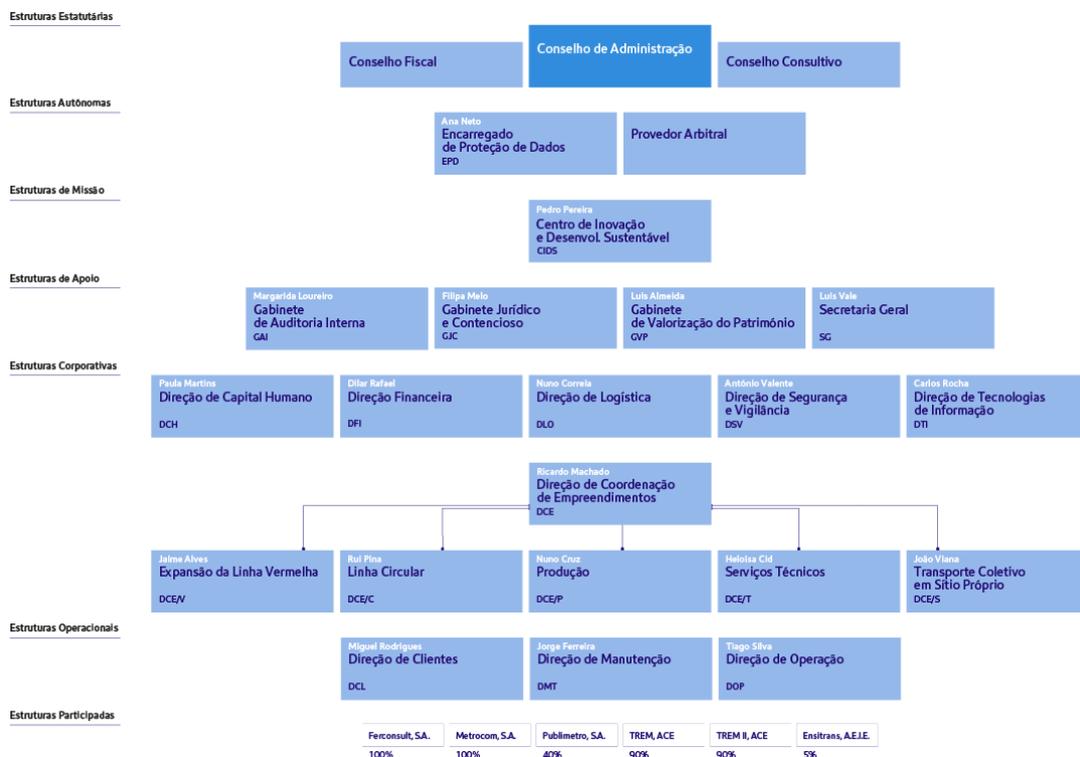
O Metropolitano de Lisboa presta serviços de transporte público de passageiros por metropolitano na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes em regime de concessão. Para o efeito desenvolve atividades conexas como sejam a construção e a manutenção da infraestrutura.

Explora, ainda, de forma comercial, os espaços existentes na rede, através da cedência de espaços para lojas, máquinas de *vending* e outros, através da Metrocom, S.A. e venda de serviços de publicidade, através da Publímetro, S.A..

Detém a Ferconsult, S.A., com uma participação de 100%. Esta empresa prestou, até final de 2020, serviços de consultoria e de apoio técnico nomeadamente sob a forma de elaboração de projetos ou preparação de peças concursais.

Através da nomeação do Conselho de Administração para o mandato 2019–2021 pela R.C.M. n.º 56/2019, de 28 de fevereiro (D.R. 1ª série – n.º 53, de 15 de março de 2019), o atual Conselho de Administração entrou em funções a 01 de março de 2019.

Ilustração 3 – Organograma



6.2 Gestão de risco

Em 2020 o Metropolitano de Lisboa apostou no Sistema de Gestão de Risco (SGR), tendo elaborado o Manual de Risco (com aplicação residual às suas participadas Metrocom e Ferconsult), criado o Comité de Risco e desenvolvido internamente uma ferramenta informática de suporte ao SGR.

O processo de gestão de risco assenta na metodologia COSO¹ (Enterprise Risk Management – Integrating with Strategy and Performance, junho 2017) que tem por base um ciclo contínuo de acompanhamento e gestão de riscos, devendo assegurar que todos os riscos relevantes e que possam ter um impacto significativo no ML são considerados neste processo.

Dos riscos identificados em 2020, destacam-se os seguintes (sem ordenação por avaliação):

- Saúde pública
- Envolvente política, social e macroeconómica
- Segurança das TI
- Gestão da expansão da rede
- Security
- Gestão das infraestruturas e equipamentos
- Fraude de passageiros
- Absentismo
- Catástrofe natural
- Gestão da dívida, crédito e financiamento

Para além da visão macro do SGR existem subsistemas de gestão de risco.

Destaca-se, a este respeito, entre outros, o subsistema da expansão da rede do Metropolitano para o prolongamento entre a estação Rato e a estação Cais do Sodré, incluindo as novas ligações nos viadutos do Campo Grande.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) assume-se como outro subsistema de gestão de risco relevante, tendo, em 2020, sido elaborada a sua 6.ª edição, que incluiu a participada Ferconsult.

No PPRCIC são identificadas as Áreas que podem estar sujeitas à prática de atos de corrupção, os principais riscos daí decorrentes, os controlos internos implementados que visam a mitigação e prevenção desses riscos, os respetivos impactos e a probabilidade de ocorrência.

A metodologia seguida para a identificação dos riscos elencados no PPRCIC, que englobam a corrupção, conflitos de interesse, manipulação de informação e apropriação indevida de ativos, é a recomendada pela *Association of Certified Fraud Examiners (ACFE)* no “*Fraud Risk Manual*”, adaptada à realidade do Metropolitano de Lisboa.

No exercício de 2020, destaca-se a realização dos seguintes trabalhos de auditoria no Metropolitano de Lisboa:

- Auditoria às MAVT (Máquinas Automáticas de Venda de Títulos);
- Auditoria ao processo de recolha de valores nas MAVT das estações do ML (em curso).

Foram ainda efetuadas ações de acompanhamento (*follow-up*) à implementação de recomendações de relatórios de auditoria aprovados pelo Conselho de Administração, nomeadamente da auditoria ao contrato celebrado

¹ *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission.*



com a Publmetro; da auditoria à dependência de fornecedores únicos no âmbito da DMT; da auditoria aos fundos (de maneio, fixos de caixa e de devolução); da auditoria ao controlo de acessos em locais de trabalho: PMO II e III e edifícios da Av. Sidónio Pais e da Av. Fontes Pereira de Melo; da auditoria à execução do contrato de fornecimento de serviços de refeição e da auditoria às MAVT (concluída em 2020).

Neste contexto, das 20 existentes, 11 direções de estrutura foram objeto das ações de auditoria e/ou de follow-up acima indicadas, representando um total de 55%¹ de direções alvo de análise de riscos de corrupção.

A redução da percentagem, resultante do quadro *infra*, está principalmente justificada pelo facto do Plano Anual de Auditoria ter sido elaborado em momento anterior à alteração orgânica da empresa, que ocorreu no último trimestre e que aumentou o número de direções de estrutura, que não puderam ser contempladas no referido Plano.

Quadro 5 - Análise de riscos à corrupção

GRI 205-1	2020	2019
Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	55% 11	82% 14
Nº de casos de corrupção identificados	0	0
Direções da estrutura (n.º)	20	17

O Metropolitano de Lisboa deu cumprimento às seguintes obrigações legais:

A. Relatório anual sobre prevenção da corrupção, gestão de conflito de interesses, *whistleblowing* registo de ofertas e *Compliance*

Como referido anteriormente, o Metropolitano de Lisboa possui um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRIC) desde 2009, encontrando-se em vigor a 6.ª edição (2020), dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) de 1 de julho de 2009. O PPRIC está disponível na página da Internet da empresa.²

Anualmente é elaborado e devidamente publicitado um Relatório de Execução do PPRIC, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE, onde é indicado o grau de implementação no ano transato das medidas elencadas no mesmo Plano. Em 2020, foi elaborado e aprovado o Relatório de Execução do PPRIC referente a 2019, tendo sido remetido para o CPC bem como para os órgãos de tutela, superintendência e controlo, nos termos da Lei. O referido Relatório encontra-se disponível na página da Internet do Metropolitano de Lisboa³.

Ainda relacionado com o CPC, foi divulgada internamente a Recomendação relativa à Gestão de Conflitos de Interesse no Setor Público, de 08.01.2020.

No sentido de reforçar a cultura organizacional de prevenção e gestão de conflito de interesses foi dado seguimento ao projeto de subscrição voluntária de declarações de inexistência de conflito de interesses (DICI), tendo sido monitorizadas as DICI de 2020, incluindo as decorrentes de novas comissões de serviço. Aliás, esta

¹ O valor em 2020 foi de 65% das direções abrangidas até ao último trimestre do ano, altura em que se verificou a alteração orgânica da empresa, que determinou a redução da percentagem aqui indicada, pelo aumento do número de direções de estrutura (de 17 para 20).

²https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2020/10/PPRIC_ML_FC_2020.pdf

³<https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2020/06/Relat%C3%B3rio-de-Execu%C3%A7%C3%A3o-de-2019-do-Plano-de-Preven%C3%A7%C3%A3o-de-Riscos-de-Corrup%C3%A7%C3%A3o-e-Infra%C3%A7%C3%B5es-Conexas.pdf>



obrigação de subscrição passou a estar prevista, desde 2020, no Código de Ética e de Conduta do ML (alterado¹ e divulgado² nesse ano), em alinhamento com a Recomendação do CPC acima referida.

Ainda no contexto do conflito de interesses foi aprovado, em 2020, o procedimento de registo de ofertas e respetiva divulgação, que inclui a obrigação legal decorrente da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho³, sobre o registo de ofertas institucionais.

Por outro lado, a Empresa dispõe de um mecanismo de *whistleblowing* (Canal de Ética), que tem como objetivo contribuir para promover a transparência da organização. Trata-se de um canal direto de comunicação de suspeitas de fraudes, de conflitos de interesse e/ou de práticas de corrupção, de acordo com as boas práticas de GRC (*Governance, Risk Management & Compliance*). Vai, assim, ao encontro do previsto na recente Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União. A este respeito, não foram recebidas quaisquer comunicações relevantes em 2020, tendo sido preparado um plano de comunicação interna para refrescamento da existência do canal.

Por último, no âmbito do *Compliance*, destaca-se a existência de uma ferramenta informática desenvolvida internamente, que permite monitorizar o cumprimento legal, tendo-se verificado, em 2020, uma elevada taxa de cumprimento (95,8%)⁴.

B. Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)

O Regulamento relativo à Proteção de Pessoas Singulares no que diz respeito ao Tratamento de Dados Pessoais e à Livre Circulação desses Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27.04.2016), doravante RGPD, mereceu, desde a sua entrada em vigor, uma atenção especial por parte do Metropolitano de Lisboa. Com efeito, para além do Encarregado de Proteção de Dados (DPO)⁵, existe um Grupo de Trabalho interno, com representantes das Áreas com maior impacto na proteção de dados (em particular, de Clientes e de Trabalhadores).

O Plano de implementação do RGPD teve o devido seguimento em 2020. Neste âmbito, foi promovido *network* com outras empresas do Setor Público Empresarial para balanço dos trabalhos desenvolvidos e procura de melhores práticas.

¹ Para além dos conflitos de interesse foram incluído no CEC revisto o tema da confidencialidade (de dados pessoais e de informação empresarial).

² <https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2020/03/C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-e-de-Conduta-do-Metropolitano-de-Lisboa.pdf>

³ Resolução Conselho de Ministros n.º 184/2019, de 03 de dezembro que aprova o Código de Conduta do Governo, aplicável aos gestores públicos por força do respetivo artigo 11.º.

⁴ Valor apurado em 31.12.2020.

⁵ Nomeado em *outsourcing* e, em 2020, com as funções estendidas às participadas Ferconsult e Metrocom.



6.3 Desempenho da Atividade

O ano de 2020, como referido e sabido por todos, foi um ano totalmente inesperado e desafiante.

A Empresa reinventou-se na procura de dar resposta aos vários desafios, nunca deixando de responder às suas obrigações e objetivos, desenvolvendo modelos de funcionamento e operação que permitiram a continuidade dos vários trabalhos e projetos em curso.

Não obstante uma melhor descrição nos pontos abaixo, importa realçar várias ações e medidas implementadas ao longo do ano, com o objetivo de responder aos desafios colocados pela Pandemia.

Em primeiro lugar, e apesar da significativa redução da procura, o Metro manteve os seus níveis de oferta próximo do habitualmente praticado, por forma a maximizar a distância social dentro dos seus comboios.

Em segundo lugar, de forma a manter os seus trabalhadores mais protegidos, a Empresa reduziu todos os serviços ao mínimo necessário, tendo, por um lado, colocado todos os trabalhadores cujas funções o permitiam em regime de teletrabalho e, por outro, dispensado um conjunto de trabalhadores operacionais.

Paralelamente, foram implementadas inúmeras medidas, como:

- Campanha interna de sensibilização dos trabalhadores através de afixação de cartazes, colocação de informação no Portal, envio de *emails* a todos os trabalhadores, sobre:
 - Os hábitos de higiene necessários;
 - Os procedimentos a seguir em casos suspeitos;
 - Os procedimentos a seguir em caso de familiares infetados ou em quarentena;
 - As orientações a seguir no caso de regresso de áreas com transmissão comunitária ativa;
- Campanhas externas para os clientes, com foco nas recomendações para garantir uma viagem mais segura;
- Campanha informativa sobre o selo SGS (Testes microbiológicos);
- Colocação de sinalética em todas as estações e comboios, com o objetivo de informar os clientes das medidas necessárias de proteção, distanciamento, etc.;
- Identificação dos trabalhadores cuja situação clínica conhecida possa ser considerada como um grupo de risco, de forma a fazer incidir nesse grupo uma maior proteção e monitorização pelos SSST;
- Identificação de funções corporativas core que não podem ser suspensas, para efeitos de ponderação do regime de teletrabalho ou outro;
- Identificação das áreas de isolamento em todos os edifícios e estações;
- Constituição dos *kits* para as áreas de isolamento;
- Envio de líquido desinfetante para as estações e edifícios administrativos;
- Distribuição de máscaras e luvas para todas as áreas de isolamento;
- Processo de aquisição dos materiais necessários, nomeadamente, líquido desinfetante, caixas de toalhetes desinfetantes, termómetros, luvas, contentores de resíduos, sacos de plástico com fecho.
- Distribuição de máscaras, luvas e gel desinfetante a todos os trabalhadores;
- Reforço de limpeza nas estações e nos edifícios;
- Reforço da limpeza dos comboios;
- Desinfeção das áreas com maior contacto manual nas estações, como, ecrãs tácteis, teclados, corrimãos, máquinas de venda, botões dos elevadores, ...;
- Disponibilização de gel desinfetante para os clientes em todas as estações;



- Digitalização de procedimentos internos e junto dos clientes, destacando-se os processos social + e Navegante família;
- Auditorias periódicas relativamente à limpeza dos espaços públicos;
- Acompanhamento diário das orientações e informações da DGS;
- Troca de informações com Metropolitanos de todo Mundo relativamente às medidas de prevenção tomadas;
- Constituição de um Grupo de Trabalho Permanente (GAP) para atualização constante do Plano de Contingência, que é evolutivo face à atualidade da situação.

A. Produção

1. Renovação de Instalações Sociais

Corresponde aos projetos para renovação das instalações sociais do ML, ao nível das PMO's, do Edifício Laranjeiras e do Edifício Sede na Av. Fontes Pereira de Melo. Dos desenvolvimentos ocorridos em 2020, destacam-se:

- Contrato 16/2020 – Empreitada de substituição do *Chiller* Complexo de Carnide a assinatura de contrato realizou-se em 19/03/2020, a consignação em 13/04/2020, data de conclusão contratual em 22/06/2020. Prorrogação de prazo, sem custos para o ML, até 28/07/2020. Receção Provisória realizada com ressalvas em 28/07/2020.
- Contrato 103/2019 – Empreitada de remodelação do piso 2 do edifício administrativo do PMOIII a assinatura de contrato realizou-se em 28/08/2019. A consignação realizou-se em 11/09/2019. A data de conclusão contratual a 25/03/2020. Concedida prorrogação de prazo sem custos para o ML até 24/04/2020. Receção provisória com ressalvas realizada a 29/04/2020.
- Empreitada para instalação de cobertura sobre a via R15/torno de rodas em fossa no PMOIII: Foi concluído o projeto e o processo de concurso, estando o lançamento do processo de concurso previsto para Fevereiro de 2021.
- Empreitada para a infraestruturização de fontes fixas de emissões gasosas do edifício oficial do PMOIII: Foi concluído o projeto em 25/11/2020, estando em curso a preparação do processo de concurso para lançamento durante o primeiro trimestre de 2021.
- Projeto de remodelação do Piso 0 do edifício administrativo do PMOIII: Desenvolvimento do projeto.
- Projeto de instrumentação e reparação das patologias do arruamento e talude do PMOII: Desenvolvimento do projeto, estando previsto o lançamento de concurso e execução da empreitada durante o ano de 2021.
- Projeto de instrumentação e reparação das patologias do edifício de via do PMOII: Desenvolvimento do projeto, estando previsto o lançamento de concurso e execução da empreitada de instrumentação do edifício durante o ano de 2021.
- Projeto de instrumentação das patologias do edifício social do PMOII: Desenvolvimento do projeto, estando previsto o lançamento de concurso e execução da empreitada durante o ano de 2021.
- Projeto de instrumentação e reparação das patologias da laje do piso -4 do Edifício Laranjeiras: Desenvolvimento do projeto, estando previsto o lançamento de concurso e execução da empreitada durante o ano de 2021.
- Projeto de instrumentação e reparação das patologias do edifício sede na Av. Fontes Pereira de Melo: Desenvolvimento do projeto.



- Projeto de instalação de cobertura sobre a área de estacionamento das composições no PMOII para instalação de painéis fotovoltaicos: Elaboração de Estudo Prévio, o qual foi apresentado em 09/12/2020.

2. Renovação de Sistema de Conforto

Dos trabalhos desenvolvidos em 2020, destacam-se:

- Contrato 151/2019 – Empreitada de Remodelação do Sistema de AVAC do Auditório da Estação Alto dos Moinhos, do Metropolitano de Lisboa E.P.E. – PROC. N° 075/2019-DLO-ML
 - ✓ Data Consignação – 28.01.2020
 - ✓ Data de Conclusão Contratual – 26.06.2020
 - ✓ Prorrogação de Prazo, sem custo ML – 07.09.2020
 - ✓ Data de Conclusão Real – 17.09.2020.
- Contrato 121/2019 – Empreitada de Modernização das Escadas Mecânicas n°s 1, 3 e 5, da Estação Baixa-Chiado – Acesso ao Largo do Chiado, das Linhas Azul e Verde, do Metropolitano de Lisboa E.P.E. – Proc. n.º 040/2019-DLO/ML
 - ✓ Data Consignação – 30.10.2019
 - ✓ Data de Conclusão Contratual – 26.06.2020
 - ✓ Prorrogação de Prazo, sem custo ML – 12.11.1010
 - ✓ Data de Conclusão Real – 26.22.2020.
- Contrato 12/2020 – Metrocom – Empreitada de Conceção / Construção do Sistema de AVAC e de Desenfumagem e de Construção do Sistema de Iluminação da Zona Comercial da Estação Campo Grande do Metropolitano de Lisboa E.P.E. – PROC. N° 119/2019 – DLO/METROCOM
 - ✓ Data de Consignação – 29.05.2020
 - ✓ Data de Conclusão contratual – 25.11.2020
 - ✓ Prorrogação de Prazo, sem custos para o ML – 01.02.2021
 - ✓ Data de Conclusão Real – 01.02.2021.

3. Renovação de Sistemas de Segurança

Dos processos em curso no âmbito da Renovação de Sistemas de Segurança durante 2020, destacam-se:

- Empreitada de Aquisição e Instalação do Sistema Automático de Detecção de Incêndio nas estações de Alto dos Moinhos, Laranjeiras, Praça de Espanha e Avenida, da linha azul do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Contrato 129/2019-ML”, assinatura do contrato ocorreu em 11 de novembro de 2019 e consignação em 13 de janeiro de 2020;
 - ✓ Execução dos trabalhos da empreitada;
 - ✓ Realizada a receção provisória em 23 outubro de 2020;
 - ✓ Execução da correção das ressalvas;



- Empreitada de Aquisição e Instalação do Sistema Automático de Detecção de Incêndio para a estação dos Olivais da linha vermelha do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Contrato 25/2020, assinatura do contrato ocorreu em 6 de abril de 2020 e consignação em 20 de julho de 2020;
 - ✓ Execução dos trabalhos da empreitada;
 - ✓ Realizada a receção provisória em 7 janeiro de 2020;
 - ✓ Execução da correção das ressalvas;
- Empreitada de Aquisição e Instalação do Sistema Automático de Detecção de Incêndio para as estações dos Anjos, Intendente, Cidade Universitária e Entre Campos do Metropolitano de Lisboa E.P.E. – Contrato 46/2020-ML”, assinatura do contrato ocorreu em 30 de julho de 2020 e consignação em 3 de agosto de 2020;
 - ✓ Execução dos trabalhos da empreitada;
- Empreitada de Aquisição e Instalação do Sistema Automático de Detecção de Incêndio para a estação da Baixa Chiado do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. N.º 88/2020-DLO”, O processo de concurso será lançado no mês de fevereiro de 2021, processo concluído para lançamento de concurso pela DLO.

4. Remodelação de Estações

No âmbito das Remodelações de Estações da Rede ML, destacam-se as seguintes Empreitadas:

- Emp.ª 075/2018 – Corresponde ao projeto tratamento de patologias e instalação de elevadores da Estação Colégio Militar/Luz, cujas empreitadas se iniciaram em 2019. Dos desenvolvimentos ocorridos em 2020, destacam-se:
 - ✓ A receção provisória, com ressalvas, da empreitada de fornecimento e instalação de elevadores foi efetuada em 25/05/2020, tendo os novos elevadores entrados em exploração na mesma data;
 - ✓ A receção provisória, com ressalvas, da empreitada de construção civil e instalações especiais foi efetuada em 07/09/2020.
 - ✓ Contrato 102/2019 – Empreitada de Reformulação do Átrio Norte da Estação Areeiro, da Linha Verde, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
 - ✓ A abertura à exploração do Átrio Norte da estação Areeiro foi efetuada no dia 28 de agosto de 2020, com a inclusão de 3 elevadores bem como a renovação dos acabamentos e dos equipamentos relativos aos sistemas ML.
- Contrato 119/2019: Execução da Empreitada de Ampliação e Reformulação da Estação Arroios, da Linha Verde, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
 - ✓ Esta empreitada teve início em janeiro de 2020, com previsão de conclusão até ao final do ano de 2021.



5. Renovação de Instalações de Apoio ao Serviço Público

Dos processos em curso no âmbito da Renovação das Instalações de Apoio ao Serviço Público durante 2020, destacam-se:

- Empreitada de Remodelação do Posto de Tração da Estação Terreiro do Paço do Metropolitano de Lisboa E.P.E.” – Proc. N.º 068/2019-DLO/ML – Contrato 105/2019:
 - ✓ Assinatura de contrato ocorreu em 3 de setembro de 2019 e consignação em 30 de setembro de 2019;
 - ✓ Execução dos trabalhos da empreitada;
 - ✓ Realizada a receção provisória em abril de 2020;
 - ✓ Execução da correção das ressalvas;

- Empreitada de Remodelação do Posto de Tração da Estação São Sebastião II do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. N.º 074/2019-DLO/ML – Contrato 47/2020:
 - ✓ Assinatura de contrato ocorreu em 16 de julho de 2020 e consignação em 11 de Setembro de 2020;
 - ✓ Execução dos trabalhos da empreitada;

- Empreitada de Remodelação do Posto de Tração do PMOII do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
 - ✓ Elaboração do projeto de execução (projeto suspenso em janeiro de 2021 até melhor definição, conforme instruções do CA);

- Empreitada de Normalização da Imagem ML no Exterior das Estações (1.º Lote) do Metropolitano de Lisboa E.P.E.” – Proc. N.º 052/2020-DLO/ML – Contrato N.º 71/2020-ML:
 - ✓ O processo de concurso foi lançado em 21/07/2020, entrega de propostas ocorreu a 20/08/2020;
 - ✓ Assinatura de contrato ocorreu em 01 de outubro de 2020 e consignação em 7 de Outubro de 2020;
 - ✓ Execução dos trabalhos da empreitada;
 - ✓ Realizada a receção provisória a 08 de janeiro de 2021 (em execução a correção das ressalvas);

- Colocação de passadeiras em betão e ilhas/passadiços para apoio à descida de maquinistas no troço 1 – Ramal acesso PMO I.
 - ✓ Conclusão em 15/01/2020.

6. Acessibilidades

Plano de Promoção de Acessibilidades PPA – Estações Entre Campos e Cidade Universitária

Este Projeto insere-se num vasto plano de adaptação e modernização de um conjunto inicial de 14 estações, que o ML tem vindo a concretizar, tendo em vista alcançar o princípio de “Acessibilidade e Mobilidade para Todos” estabelecido no DL 163/2006, de 8 de agosto:

- Tornar as estações do ML, acessíveis aos utentes de reduzida mobilidade.
- Melhoria da qualidade do serviço prestado.

Este objetivo passa essencialmente pela:

- Instalação de elevadores entre os vários níveis: superfície, átrio e cais;
- Execução/remodelação de instalações sanitárias por forma a incluir um módulo dedicado a PMR.

Dos desenvolvimentos ocorridos em 2020, destacam-se:

- Desenvolvimento e conclusão dos projetos de execução das duas estações e das respetivas Revisões de Projeto.
- Desenvolvimento das peças processuais para lançamento do Concurso Público para a Empreitada de Obra, que engloba as duas estações (lançamento realizado a 02.02.2021).

B. CBTC e Novo Material Circulante

No que respeita ao projeto de modernização da rede foram selecionados os candidatos para o fornecimento do novo material circulante e do novo sistema automático de comboios. Em março de 2019, o Metropolitano de Lisboa pode anunciar publicamente que procedeu à qualificação de quatro candidatos, no âmbito do concurso limitado por prévia qualificação para a «Aquisição de material circulante e de sistema automático de comboios para a rede do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (1.ª Fase)», procedimento que prevê a aquisição de material circulante e o fornecimento de um sistema destinado à modernização do Metropolitano de Lisboa.

O concurso limitado por prévia qualificação foi lançado no final de setembro de 2018, em cerimónia presidida pelo Senhor Primeiro Ministro e o prazo para apresentação de candidaturas decorreu até 14 de novembro desse ano. No dia 08 de fevereiro de 2020 o Metropolitano de Lisboa celebrou o contrato para a aquisição de um novo sistema de sinalização ferroviária e a aquisição de novas unidades triplas ao Agrupamento Stadler Rail Valencia, S.A.U./ Siemens Mobility Unipessoal, Lda., pelo valor de 114,5 milhões de euros.

A 12 de fevereiro de 2020, o ML foi notificado da ação de impugnação intentada pelo Agrupamento Thales/CRRC Tangshan. Esta impugnação, nos termos da lei, determinou a suspensão automática dos efeitos da adjudicação do contrato ao Agrupamento Stadler/Siemens, paralisando, assim, o processo de aquisição que já se encontrava em curso.

O ML foi notificado a 18 de novembro de 2020 pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa da sentença que julgou extinta a instância, nos termos do artigo 277.º, alínea d) do CPC, relativamente aos processos intentados pelo Agrupamento Thales/CRRC Tangshan, na sequência da desistência, apresentada por aquele Agrupamento, relativamente aos referidos processos.



O ML deu de imediato sequência ao contrato, assinado a 8 de fevereiro de 2020, fazendo a sua submissão ao Tribunal de Contas (TC) para fiscalização prévia, tendo o visto sido concedido em 4 de maio de 2021 através do ofício DECOP - 16984/2021.

Este projeto prevê a aquisição de 14 novas unidades triplas (42 carruagens) e a contratação de um sistema internacionalmente designado de CBTC - *Computer Based Train Control*. Estas novas aquisições representam um profundo salto qualitativo na operação, na programação e na gestão da rede do Metro. A aquisição do novo material circulante proporcionará:

- Melhoria da oferta de comboios e serviços do ML;
- Supervisão técnica remota do comboio em linha.
- Sistemas de segurança e vídeo vigilância mais modernos;
- Maior conforto para os clientes e maior ergonomia para o maquinista;
- Melhoria da acessibilidade para clientes de mobilidade condicionada;
- Sistema de comunicação com os clientes com informação variável e flexível;

O sistema CBTC previsto neste investimento irá permitir:

- A condução e supervisão automática do comboio em nível GoA2
- Controlo contínuo do movimento dos comboios, garantindo a não ultrapassagem de pontos de paragem e dos limites de velocidade em cada ponto da rede;
- Substituição do sistema de controlo de passagem de sinais proibitivos, instalado nos anos 70 e já obsoleto e sem fabrico;
- Registos técnicos e operacionais que facilitem o diagnóstico de avarias e análise de incidentes.

Este sistema, associado aos novos comboios, permitirá, igualmente, um aumento da frequência e da regularidade do serviço público de transporte prestado pelo Metropolitano de Lisboa, garantindo, de um modo mais eficaz, a oferta de comboios, em número e frequências mais adaptados às necessidades do serviço público e com segurança acrescida.

O Metropolitano de Lisboa prevê como data limite da entrada em funcionamento do novo sistema de sinalização e equipamento o ano de 2025, com entrega prevista do novo material circulante entre 2023 e 2024.

C. Sistemas e equipamentos

Relativamente aos sistemas e equipamentos da empresa, em 2020 foram desenvolvidos os seguintes projetos e lançados os respetivos concursos públicos:

- Renovação dos bancos de toda a frota de material circulante, com a substituição gradual dos bancos;
- Revisão de portas de passageiros do ML95, ML97 e ML99;
- Modernização das escadas mecânicas nº 3, 4, 9 e 10 da Estação Olaias;
- Aquisição de grupos de baterias para iluminação de emergência, sistemas de deteção automática de incêndios (SADI), centrais telefónicas (CTF), sistemas de supervisão de instalações técnicas (SSIT) e UPS do fecho da rede;
- Manutenção de elevadores, escadas mecânicas / tapetes rolantes das linhas azul, amarela, verde, vermelha e oficinas;



- Serviços de manutenção dos sistemas de ventilação principal, bombagem e AVAC das estações, e troços das linhas verde e vermelha;
- Instalação de equipamentos de aferrolhamento dos motores de agulha MD2000/SIEMENS;
- Implementação da funcionalidade de pagamento eletrónico sem contacto -*Contactless*- em todas as MAVT da rede ML;
- Aquisição de serviços de comunicações fixas para ligação à rede telefónica pública e acesso de dados à SIBS;
- Manutenção preventiva e corretiva aos terminais de pagamento eletrónico do Sistema de Bilhética;
- Execução dos trabalhos no âmbito da renovação do sistema de videovigilância;
- Execução dos trabalhos no âmbito da renovação do sistema de supervisão de instalações técnicas;
- Aquisição da prestação de serviços de manutenção do Centro de Despacho ML do SIRESP.
- Manutenção dos sistemas de iluminação das estações Cais do Sodré, Rossio, Alameda 1 e 2 e respetiva galeria de correspondência;
- Recuperação e manutenção dos painéis de Néon instalados em Carnide;
- Elaboradas as peças do procedimento para a aquisição de veículo esmerilador para manutenção de via;
- Elaboradas as peças do procedimento para a manutenção dos sistemas de iluminação das estações Odivelas, Sr. Roubado, Lumiar, Quinta das Conchas, Alfovelos e Amadora Este.

D. Desempenho operacional do material circulante

O ano de 2020 ficou caracterizado pela pandemia, que ainda atravessamos, e que se repercutiu na disponibilidade do material circulante. A 31 de dezembro do ano transato, a disponibilidade atingiu valores próximos do objetivo de qualidade (90%), condição de operação que não ocorria desde novembro de 2015.

Gráfico 1 - Disponibilidade média mensal do material circulante

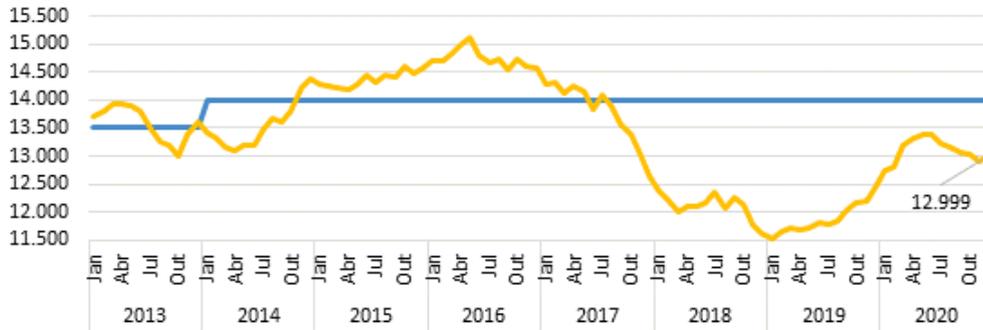


A fiabilidade do material circulante reflete a inflexão da linha de decrescimento, ocorrido desde maio de 2016. Apesar das dificuldades encontradas, motivadas pelo surto pandémico, é demonstrado o esforço, desenvolvido ao longo de todo o ano de 2020, de recuperação das condições de manutenção e de funcionamento do material circulante.



O gráfico que se segue representa a evolução da fiabilidade (MKBF – *Mean Kilometers Between Failures*) medida em quilómetros percorridos entre qualquer falha da composição, quer tenha ou não consequência no seu serviço comercial.

Gráfico 2 – Fiabilidade de material circulante, considerando todas as ocorrências (média 12 meses)



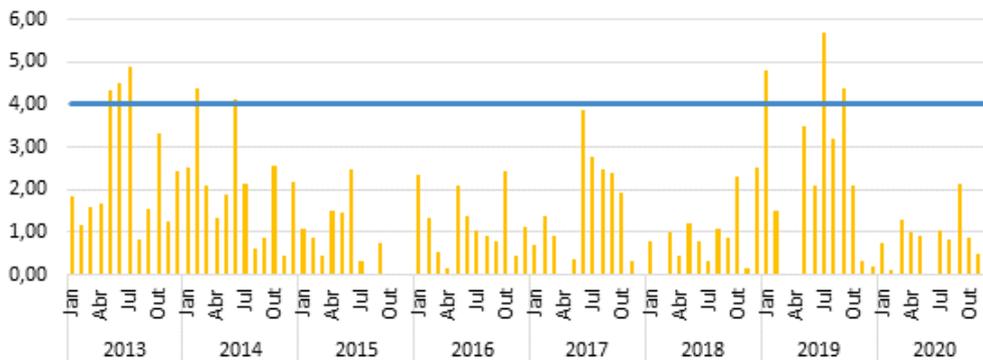
Mais expressivo do impacto da fiabilidade na operação diária, o intervalo médio entre falhas com supressão de comboios revelou, ao longo de 2020, a estabilização desse indicador operacional, fortemente dependente do comportamento técnico dos equipamentos de portas. No final do período de análise, a fiabilidade média (com supressão de comboios) foi de 35.407 km.

E. Desempenho operacional da infraestrutura principal

O ano de 2020 foi caracterizado pelo registo de valores baixos de perturbações na exploração.

Evidenciam-se três dos principais fatores que motivaram a perturbação na exploração: i) a instabilidade no posicionamento do aparelho de via de São Sebastião da linha Azul ocorrido entre maio e agosto; ii) a ocorrência de um problema intermitente de comunicações no encravamento de sinalização de Odivelas ocorrido em setembro; iii) incidente ocorrido em setembro na Praça de Espanha resultante da perfuração da galeria.

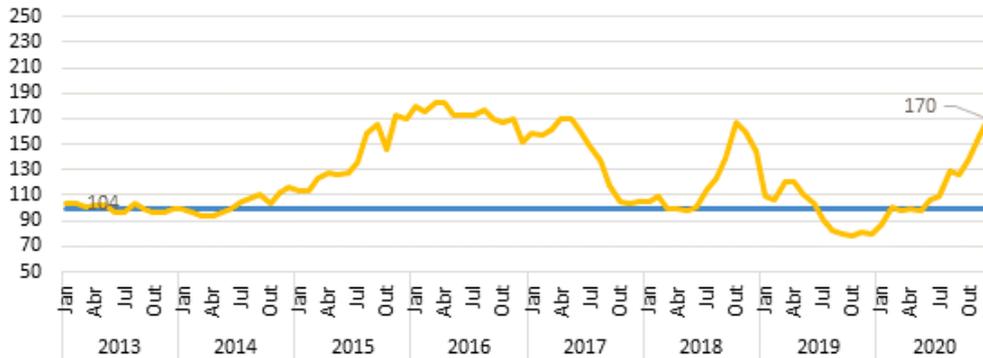
Gráfico 3 – Indisponibilidade média mensal da infraestrutura principal (valores em horas)



A fiabilidade da infraestrutura principal mantém valores estabilizados e com tendência crescente acima do objetivo estabelecido para o sistema de gestão de qualidade. A figura seguinte representa a evolução da fiabilidade (MTBF – *Mean Time Between Failures*) medida em horas de utilização a infraestrutura principal entre qualquer falha com perturbação da circulação de comboios.



Gráfico 4 – Fiabilidade de infraestrutura principal (média de 12 meses)



F. Clientes

a. Gestão de Clientes e Estações

À semelhança do que já foi dito, o surto de Sars-Cov-2 vivido desde o início de 2020, influenciou de forma drástica toda a atividade da empresa, com especial incidência nas áreas diretamente ligadas à operação, nomeadamente a área de gestão de clientes.

Atento às orientações emanadas pela Direção Geral de Saúde e Tutela, o ML introduziu um conjunto de medidas de reforço das condições de segurança dos seus clientes, bem como dos seus trabalhadores a prestar funções nas estações.

Assim, a partir do início de março, foram sendo introduzidas diversas alterações nos modelos de guarnecimento das estações, bem como nos serviços disponibilizados nas estações, ajustando a oferta diária às especificidades dos diversos dias do mês (maior volume de vendas no final e início de cada mês), bem como às medidas preconizadas pelo governo, de modo a travar a evolução pandémica verificada.

Os níveis acentuados de quebra da procura verificada ao longo do ano, permitiram, sem depreciar significativamente os níveis de serviço percebidos pelos nossos clientes, reduzir o número de postos habitualmente guarnecidos com trabalhadores do ML, mantendo, no entanto, sempre em funcionamento, nos horários habituais e todos os dias do ano, os serviços habitualmente prestados em Postos de Venda, Espaços Cliente, Espaços Navegante e Espaços de Produção dos cartões Lisboa Viva Urgente.

À data de hoje, por condições de segurança sanitária permanecem apenas encerrados o “Espaço Bebê”, situado na estação Alameda, e as Instalações sanitárias, anteriormente abertas ao público.

Ao nível dos Recursos Humanos as alterações introduzidas permitiram criar rotações profiláticas nos horários dos trabalhadores, possibilitando em determinadas alturas mais críticas do ano, manter em sistema rotativo, equipas em casa / equipas a desempenhar funções presenciais.

O acompanhamento dos casos positivos verificados nas estações e as ações imediatas de desinfecção dos postos de trabalho, foram fatores determinantes para o cumprimento em pleno dos níveis de serviço programados ao longo de todo o horário habitual em exploração.

Ao longo da pandemia, para proteção dos trabalhadores e clientes foram implementadas as seguintes ações:



- Implementação de sistemas de controlo da afluência às estações, nomeadamente entre as 07h e as 9h, nas estações com maior procura (Entre Campos, Cais do Sodré e Jardim Zoológico,) com o apoio da PSP e vigilantes, de modo a identificarem e dissuadirem a criação de situações de aglomerações nos cais ou do incorreto uso de máscara;
- Implementação de sinalética e mensagens de proteção individual nas estações, visando o cumprimento de distâncias de segurança no acesso às máquinas de venda, na utilização de escadas rolantes ou de distribuição dos passageiros nos cais de embarque e respetivos bancos;
- Aplicação mensal, através de nebulização, de produto Zoono, nas zonas de maior contacto pelos nossos clientes (corrimãos, máquinas de venda, MB, canais de acesso, botões de elevador, pontos de ajuda e outros pontos de risco). Trata-se de uma solução de desinfeção com ação mecânica, criada para garantir uma proteção duradoura (até 30 dias) contra cargas microbianas de largo espectro (bactérias, vírus e fungos), com reflexos diretos ao nível da saúde, por via da redução drástica de propagações indesejadas;
- Reforço diário de limpeza e desinfeção dos pontos de maior contacto dos clientes com os equipamentos existentes nas estações;
- Disponibilização em todas as estações de dispensadores de álcool gel para utilização dos nossos clientes;
- Criação de salas de isolamento por estação, para confinamento temporário de casos suspeitos, se necessário;
- Disponibilização a todos os trabalhadores com contacto direto com o público de material de proteção individual: viseiras, máscaras, luvas, toalhetes e gel desinfetante
- Implementação de metodologia de controlo diário da temperatura dos trabalhadores.

Pese embora a generalidade da atividade da área de Clientes nas estações se tenha orientado para minimizar os impactos da pandemia e consequente restabelecimento dos níveis de segurança habitualmente percecionados pelos nossos clientes, em 2020 foi ainda possível concluir-se alguns projetos, entre os quais se destacam:

- No âmbito do plano de promoção das acessibilidades das estações, a entrada em funcionamento dos elevadores das estações: Rato, Colégio-Militar/Luz e Areeiro, bem como a reparação das escadas rolantes das estações Parque e Baixa Chiado;
- A disponibilização do sistema de pagamento *contactless* em todas as máquinas de venda automática de títulos;
- A instalação e entrada em funcionamento de dois “Kiosks Viva” na estação Alameda para disponibilização ao momento, através da utilização pelo cliente do seu cartão de cidadão, do respetivo cartão Lisboa Viva Urgente;
- O desenvolvimento em articulação com o IMT de testes visando a entrada em funcionamento de uma plataforma de comunicação de contraordenações emitidas aos passageiros que viagem sem título de transporte válido e posterior cobrança coerciva pela Autoridade Tributária;
- O início do processo de remoção de autocolantes e limpeza de superfícies grafitadas, em toda a rede de metro.

b. Apoio ao Cliente e Marketing

Atendendo ao contexto de pandemia, algumas das iniciativas desenvolvidas tiveram como objetivo melhorar as condições do serviço de atendimento e de apoio ao Cliente:

- Novo sistema de senhas | Espaços Cliente e Lisboa Viva urgente



Tendo como objetivo melhorar o atendimento e a gestão dos serviços, foi implementado um novo sistema de gestão de filas de espera, associado à aplicação móvel Próximo, que permite retirar senha remotamente, receber avisos do estado da fila de espera e chamada de vez.

Este sistema é importante no contexto de pandemia, pois permite planeamento prévio, limita a necessidade de interação com as dispensadoras e a permanência no local antes da chamada para atendimento.

- Criação de *BackOffice* de validação remota de processos

Com esta iniciativa passou a ser possível proceder à criação de agregado familiar para adesão ao passe família de forma totalmente remota e possibilitou ainda proceder à validação do direito de acesso aos descontos 4/18 e Sub23, antes da deslocação presencial aos serviços, reduzindo consideravelmente o tempo de atendimento necessário.

No que diz respeito a atualizações e implementações no *site*, considerando o Decreto-Lei n.º83/2018, de 19 de outubro, o Metro iniciou os trabalhos de adaptação, constituindo um grupo de trabalho dedicado ao projeto, e despoletando diversos contactos com a AMA – Agência para a Modernização Administrativa, entidade reguladora da acessibilidade web.

Destaca-se, igualmente, a realização do Estudo de Satisfação do Cliente, que decorreu de acordo com os critérios de qualidade definidos na EN 13816 e NP 4415. A Satisfação Global obtida através das várias componentes de serviço foi pontuada com 7,52 pontos, numa escala de 0 a 10, evidenciando uma melhoria da satisfação dos clientes (+2,3%), tendo este resultado sido o mais elevado de sempre.

Decorreram, em paralelo, estudos de Cliente Mistério através de auditorias ao serviço prestado, de acordo com os critérios de qualidade definidos na norma NP EN 13816 – Qualidade de Serviço no Transporte Público de Passageiros. Face ao enquadramento vivido (Covid-19), foram realizadas auditorias específicas e relacionadas com as condições de higiene e segurança em estações/comboios (limpeza), sendo os dados apresentados, de modo geral, positivos com uma taxa de cumprimento correspondente a 89,9%.

Ainda ao nível da realização de estudos, o ML estabeleceu uma parceria com a Associação Salvador, com o objetivo de auditar, na ótica do Cliente com deficiência motora, determinados parâmetros de serviço, bem como obter uma perspetiva global e inequívoca sobre a qualidade do serviço prestado.

c. Comunicação

Embora 2020 tenha sido manifestamente marcado pela pandemia, tendo como consequência o cancelamento de projetos que contribuem para a notoriedade da marca, nomeadamente a dinamização das estações ou a angariação de eventos e filmagens, foram desenvolvidas algumas ações dirigidas aos clientes, das quais se destacam:

- 72.º Aniversário de constituição do Metropolitano de Lisboa: realização de concertos de música e espetáculos de marionetas nas estações Cais do Sodré e São Sebastião;
- Dia dos Namorados: encenações teatrais nas estações Jardim Zoológico, Marquês de Pombal, Alameda e Baixa Chiado, em que um casal, interpretado por palhaços, recriou um amor que acontece à primeira vista, mas à distância.
- Festival Cumplicidades: Festival Internacional de Dança Contemporânea de Lisboa que trouxe até ao metro uma mostra da sua arte, com três atuações estações Alameda, Marquês de Pombal e Cais do Sodré.



- Exposição sobre a Coleção Moderna/ Gulbenkian: mostra itinerante sobre as obras da Coleção do Fundador do Museu, presente nas estações Baixa-Chiado e Oriente, entre março e agosto.
- Dia Internacional dos Museus: difusão de um concerto de música clássica em todas as estações da rede através do sistema sonoro existente, a 18 de maio.
- Exposição fotográfica de Alfredo Cunha: mostra da exposição de fotografia de Alfredo Cunha, intitulada “A cidade que não existia – Amadora 1970-2020”, na estação Amadora.

Ao longo do ano foram desenvolvidas várias **campanhas** de comunicação, bem como o lançamento de novos projetos:

- Comunicação de forma periódica sobre as medidas adotadas pela Empresa no combate ao Covid-19 relativamente às ações de limpeza e de desinfeção, nomeadamente através da aplicação do produto Microbe Shield Z-71 da marca Zoono, nas estações e comboios;
- Divulgação do “selo de confiança”, fruto da parceria com a SGS, que garante a verificação das boas práticas na implementação das medidas de higienização, através da realização periódica de testes microbiológicos;
- Campanhas de sensibilização, de prevenção e de boas práticas sobre a Covid-19: campanha informativa “Por si e pelos outros” e “Viagem mais segura”: campanhas com o objetivo de alertar os clientes para a importância do cumprimento das recomendações da DGS na utilização do metro no atual contexto da pandemia causada pela COVID-19 e a adoção de boas práticas durante a viagem.
- Campanha de divulgação do P.I.S.A - Plano Integrado de Sustentabilidade Ambiental 2030: no âmbito da assinatura do Compromisso Lisboa Capital Verde Europeia 2020, o Metro apresentou 15 ações que incidem ao nível da energia, água, qualidade do ar e ruído, economia circular, comunicação e cidadania.
- Lançamento da Rádio NiTfm no sistema sonoro das estações da rede Metro, fruto da parceria com esta rádio;
- Campanha comercial “Tudo tem o seu momento”: campanha com o objetivo de evitar, no regresso de férias, as filas nos serviços de atendimento presencial, tendo em conta das medidas de desconfinamento publicamente anunciadas e a retoma gradual da economia.
- Campanha de divulgação dos resultados do Inquérito de Satisfação do Cliente, realizado em Outubro de 2020;
- Campanhas informativas sobre produtos comerciais:
 - Abertura de postos Lisboa Viva urgente temporários;
 - Kiosk VIVA na estação Alameda, que permitem a emissão de cartões LV na hora;
 - Adesão e renovação *online* dos perfis 4_18 e Sub23, processo que permite a validação remota de processos que previamente eram tratados em regime exclusivamente presencial;
 - Implementação do Sistema *Contactless* nas MAVT;
 - Novo sistema de senhas nos Espaços Clientes e Postos Lisboa VIVA urgentes / APP Próximo®;
- Campanha de divulgação da loja *online* de produtos do Metro;
- Lançamento da página oficial de Twitter.



G. Inovação e Sistemas de Informação

A este nível destacam-se, pela sua relevância, os seguintes trabalhos:

- **(Aplicação Geral)** Evolução da Plataforma SAP R/3 para a nova Plataforma SAP HANA (Base de Dados). Esta evolução tecnológica permitiu a implementação de novas funcionalidades bem como preparar a transformação do ambiente aplicacional para um paradigma Webased (Fiori)
- **(CA/DOP/DCL/DMT)** Evolução de indicadores do movimento de passageiros na plataforma SAP BW/4HANA. Foram implementados um conjunto de novos indicadores, sendo de realçar, pelo seu impacto, a implementação de um novo indicador de carga de passageiros por composição (permite analisar o número de passageiros por composição e entre troços)
- **(Aplicação Geral)** Implementação dos módulos de formação e avaliação desempenho na Plataforma SAP SuccessFactors
- **(DFI)** Implementação do sistema de Faturação Eletrónica (emissão e receção faturas)
- **(Aplicação Geral)** Implementação de um novo Portal de assiduidade e de melhorias no processo de desmaterialização de assiduidade.
- **(GAI)** Implementação no SAP de uma plataforma de gestão de riscos.
- **(DCL/DMT/DFI/DTI)** Continuação do desenvolvimento e renovação do sistema central de Bilhética para a nova plataforma tecnológica, disponibilizada pela INDRA e designada por "Core2", incluindo a renovação das máquinas semiautomáticas de venda de títulos.
- **(DOP)** Implementação de um conjunto de novas funcionalidades na plataforma PLAGO, o que permitiu alargar a utilização a outras categorias profissionais da Direção de Operações.
- **(Aplicação Geral)** Evolução da infraestrutura tecnológica da solução VPN (Virtual Private Network) e aquisição de hardware/software para permitir dispor das condições necessárias para a implementação do regime de teletrabalho.

H. Segurança de pessoas e bens

No exercício do ano de 2020, o Metropolitano de Lisboa planeou um plano de ação conjunta com o Regimento de Sapadores Bombeiros, que teve de ser interrompido a 10 de março, devido à pandemia.

Foi apresentado à ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, o plano de Segurança Interno, com medidas de autoproteção, e com modelo previamente discutido.



Na vertente da vigilância, com o início de novos contratos para o Lote 1 e 3 e Lote 2, em janeiro e outubro de 2021, respetivamente, foi possível implementar novos serviços com um maior enfoque à visibilidade e segurança das instalações. Estes serviços, em termos genéricos, são suportados por rondas durante um período mais alargado e em circulação no interior dos comboios e instalações com vista a manter os níveis de segurança dos nossos clientes.

Infelizmente, devido à situação de Pandemia que o país atravessa este processo acabou por não se concretizar por completo devido à necessidade fixação dos vigilantes que compunham as rondas para o guarnecimento das estações pela necessidade de dispensa dos outros agentes do ML.

Ao nível securitário foi possível estreitar junto da Divisão de Segurança a Transportes Públicos da PSP uma melhor coordenação nas ações de segurança e de Fiscalização. Esta proximidade permitiu uma parceria que permitiu ao ML manter um forte controlo sobre as regras

Através da implementação das metodologias adequadas, o Metropolitano de Lisboa deu cumprimento a 100% do requisito legal SCIE no que respeita à manutenção anual dos Extintores e das Bocas-de-incêndio

De realçar a renovação do CITV (circuito interno de televisão) com a instalação de sistema atualizado de gestão do sistema de videovigilância da rede (CITV) e instalação de sistema de deteção de descida à via.

Foi igualmente iniciado um programa, a 4 anos, de atualização dos sistemas automáticos de deteção de incêndios nos edifícios e estações da rede.

I. Património

No âmbito da Valorização do Património do Metropolitano de Lisboa, em 2020 relevam-se as seguintes atividades:

1. Valorização dos terrenos de Sete-Rios, antigas instalações do Parque de Material e Oficinas, denominadas de PMO I.

O ano de 2020 pautou-se por significativos avanços ao nível da Unidade de Execução Urbanística que está a ser preparada para aqueles terrenos, sendo este um processo complexo dadas as implicações que tem, desde a componente urbanística até ao modelo financeiro da mesma, permitindo, ao nível de equipamentos, que Lisboa passe a ter naquela zona da cidade um verdadeiro “*Transport Hub*”, privilegiando o transporte público de passageiros. Entre os vários estudos lançados no ano e que compõem a Unidade de Execução, merecem destaque os estudos de tráfego, do ruído e de impacte ambiental. A perspetiva é que o ano de 2021 consagre a aprovação da Unidade de Execução pelas entidades competentes, após a qual, se encetará o processo de alienação daqueles terrenos, permitindo deste modo ao Metropolitano de Lisboa garantir um substancial encaixe financeiro.

2. Levantamento e registo de obras de arte originais, propriedade do metropolitano de lisboa.

A efetivação do levantamento e registo, em base de dados, do acervo de originais de obras de arte ML e múltiplos artísticos (serigrafias e objetos), propriedade do ML, dos quais não havia um registo ou levantamento completo, foi concluída, o que permitiu ao ML ficar a conhecer a qualidade e quantidade do seu acervo artístico, concluindo-se assim a primeira fase do processo de inventariação do acervo artístico do ML.



3. Valorização da propriedade sita na Av. Fontes Pereira de Melo, Lisboa, antiga sede social do Metropolitano de Lisboa.

Com o intuito de evitar a degradação do imóvel da Fontes Pereira de Melo, o que passa pela rentabilização do imóvel potenciando o seu uso, efetuou-se um estudo volumétrico para alteração de uso e aferição do potencial construtivo, o qual foi submetido à DGPC, atendendo a que o referido edifício é património classificado.

Em sede de parecer a DGCP, foi identificada a necessidade do ML desenvolver mais estudos que permitam dotar o DGCP de elementos adicionais para a sua análise. O ML necessitará de desenvolver um estudo de mercado, para melhor definir o tipo de uso, que constituirá a base para um pedido de Informação prévia (PIP).

4. Valorização da propriedade ML sita na Alameda das Linhas de Torres

O ML é proprietário de uma moradia localizada na Alameda das Linhas de Torres em Lisboa que se encontra devoluta, tendo sido iniciado o processo de elaboração de um PIP para valorização desse património, tendo por base o respetivo Plano Diretor Municipal e a respetiva capacidade construtiva máxima do local.

5. Gestão, conservação e manutenção dos imóveis que constituem o património imobiliário do ML

No âmbito das suas competências, o Gabinete de Valorização do Património (GVP) gere a manutenção e conservação um vasto conjunto de imóveis, pautando a sua intervenção através de ações, quer ao nível das infraestruturas, quer dos equipamentos, por forma a garantir a operacionalidade e funcionalidade dos mesmos.

Neste âmbito, existem dois tipos de imóveis sob gestão direta do GVP, os que são usados pelos serviços do ML, caso dos imóveis da Av. Sidónio Pais, Av. Fontes Pereira de Melo, PMOIII (Pontinha), PMOII (Calvanas), PMO I (Sete-Rios) e Edifício das Laranjeiras, e os que estão sob arrendamento, como é o caso dos cerca de 3 dezenas de apartamentos e do edifício da Av. Barbosa du Bocage, restando dois imóveis devolutos, caso da Vivenda da Alameda das Linhas de Torres e de uma loja no Lumiar.

Por último, para além do edificado descrito, o ML tem sob a sua gestão um conjunto de imóveis, constituídos por terrenos, cuja gestão passa pela sua valorização, promovendo a potenciação do seu uso, sendo que ao nível da sua manutenção, a mesma se caracteriza no essencial pela manutenção de vedações e desmatações arbóreas.

6. Gestão de espaços interiores

No âmbito da gestão dos espaços interiores dos edifícios ocupados pelos colaboradores, foram asseguradas as necessidades de limpeza, de equipamentos, de localização e alterações de posição geográfica nos respetivos edifícios e entre edifícios. Em 2020 merece especial destaque o processo de prevenção COVID 19, o qual teve diversas ações que, integradas no plano de contingência, proporcionaram a melhoria da proteção dos locais de trabalho e dos trabalhadores. Salienta-se o forte esforço ao nível da limpeza, com o reforço de equipas e aumento das intervenções de limpeza, na criação de zonas de isolamento, na implementação de *layouts* de encaminhamento e de afastamento social, na colocação de proteções nos locais de maior concentração de trabalhadores, sendo o caso do refeitório um deles, bem como a colocação de sistemas de desinfeção. Releva-se ainda a implementação de um sistema de proteção de superfícies, através da pulverização de um produto de longa duração de inibição ao vírus.



7. Gestão da frota automóvel

Em 2020 foi efetuado um esforço na atualização e modernização da frota automóvel do ML, com abate de veículos antigos e recurso prioritário à aquisição de veículos elétricos, numa política de gestão da frota virada para o ambiente.

Perspetiva-se que em 2021, toda a frota operacional esteja totalmente renovada, garantindo uma melhor operacionalidade dos piquetes e manutenção da rede do ML.

De salientar, no âmbito do COVID-19, a implementação de um sistema de proteção de superfícies de viaturas, à semelhança do verificado nos edifícios, bem com o reforço da limpeza e desinfeção das mesmas.

8. Gestão dos espaços verdes

Ao nível dos espaços verdes foi implantado um sistema de gestão do sistema de rega mais eficiente, na linha da estratégia de preocupação ambiental, permitindo uma maior poupança no consumo de água.

Paralelamente foi implementado um sistema de controlo de limpeza e desmatação, por forma a garantir uma efetiva prevenção em matéria de incêndio.

9. Atividades culturais

A nível cultural promoveu-se a preparação de uma estação para instalação de modelo experimental com o objetivo de disponibilizar uma *app* para a identificação e explicação das obras de arte nas estações.

J. Comunicação

O Metropolitano de Lisboa consubstanciou, ao longo do ano de 2020, um conjunto de ações através da implementação de estratégias de comunicação que ajudaram a organização a aumentar os seus níveis de desempenho e de eficiência, com resultados mais sustentáveis e um aumento da sua reputação, prevendo e identificando um conjunto de ações, medidas e projetos dirigidos aos *stakeholders*, imprensa e restante público, de forma segmentada ou geral.

Conseguiu-se, de forma estratégica e planificada, proporcionar uma maior visibilidade da marca, garantindo o fortalecimento da imagem externa da empresa, fomentando progressivamente o relacionamento com a imprensa e com os seus *stakeholders* institucionais, em matérias genéricas e respeitantes à modernização e à expansão da rede, designadamente a Tutela técnica e financeira, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Associações de comerciantes das zonas de influência de algumas estações, Comissão de Utentes dos Transportes Públicos, entre outros.

Ao longo do ano em apreço, o Metropolitano de Lisboa marcou presença em diversos eventos/conferências do setor, na sua maioria em formato digital face ao contexto pandémico que se verificou, partilhando e apreendendo as novas tendências do mercado.

A nível externo, foram, igualmente, organizadas cerimónias institucionais que contaram com a presença da Tutela, tais como assinaturas de contratos, reabertura de átrios, lançamento de novos produtos no que concerne a inovação do sistema de transportes, equipamentos e bilhética, entre outros.

De assinalar, igualmente, o projeto de preparação e implementação de um *microsite* sobre a expansão e modernização da rede do Metropolitano de Lisboa. Nesta matéria, foi desenvolvida a arquitetura e *layout* do



site, bem como os respetivos conteúdos, e um plano de comunicação específico para divulgação do mesmo aquando da sua implementação.

O Metropolitano de Lisboa procedeu igualmente ao refrescamento da sua página na WEB institucional (Empresa), conferindo uma apresentação gráfica e de conteúdos mais apelativa na ótica do utilizador.

A nível interno, a empresa organizou diversas cerimónias institucionais que contaram com a presença da Tutela, das quais se destacam as comemorações do 72.º aniversário de fundação do Metropolitano de Lisboa se assinalaram em janeiro de 2020 e, ainda, reuniões periódicas de Diretores e de Quadros, com vista à atualização e partilha de informação, no âmbito da estratégia da empresa, muitas delas via Web dadas as restrições resultantes da Pandemia.

Ainda a nível interno, foi igualmente instituído o procedimento de atendimento ao cliente e público em geral, a seguir no tratamento dos contactos externos rececionados no ML relativamente a pedidos de esclarecimentos, informação e reclamações relativas à modernização e expansão da rede, essencial para a boa imagem desta empresa.

Relativamente aos contactos com a imprensa, é de destacar a participação do Metropolitano de Lisboa, em diversos programas televisivos de informação que proporcionaram uma imagem positiva da empresa.

Em 2020 o Metropolitano de Lisboa foi alvo de 6.234 notícias, presentes em 281 órgãos de comunicação social e que deram origem a um AVE no valor de 112.826.864€ e a um ROI de 89.349.017€.

O número de artigos positivos/informativos representou 87% da totalidade das notícias no período em análise. O meio com mais notícias foi o canal televisivo "TVI24". Do total de notícias, 61% foram publicadas em meios *online*, 27% em meios audiovisuais e 12% em meios de imprensa escrita. Relativamente à classe das fontes, destacam-se os meios de informação geral, com 90% do total de notícias.

K. Relações Internacionais

Em 2020, em virtude dos constrangimentos impostos pela pandemia COVID-19 verificados a partir do mês de março, o Conselho de Administração determinou a suspensão das deslocações ao estrangeiro.

Ainda assim, a empresa manteve o esforço de aprofundamento progressivo da participação em atividades desenvolvidas pelas entidades internacionais de que o Metropolitano de Lisboa é membro associado.

Neste contexto, o Metropolitano de Lisboa manteve ativa a sua participação no *Policy Board* da União Internacional dos Transportes Públicos (UITP), órgão de cúpula daquela associação, sendo representado pelo Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Vitor Domingues dos Santos, na qualidade de Embaixador nacional naquele órgão, posição a que Portugal tem direito em função do montante de quotizações atualmente pagas pelos membros portugueses da UITP.

Com o acordo da Transtejo S.A. e da Companhia Carris de Ferro de Lisboa E.M. S.A. a representação naquele órgão deverá continuar a ser assumida pelo Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Vitor Domingues dos Santos, no mandato que se inicia em junho de 2021.

De relevar, ainda, a decisão conjunta com a UITP de adiamento para o ano de 2022, da realização em Lisboa da reunião dos órgãos de governo daquela associação – o *Executive Board*, o *PresCom* e o *Policy Board* –, inicialmente



prevista ocorrer em abril de 2021, em virtude das limitações impostas pelo cenário pandémico na organização de eventos e deslocações internacionais.

Manteve-se a participação do Vogal do Conselho de Administração, Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga Costa, na qualidade de membro efetivo do Comité União Europeia da UITP, órgão que representa os interesses dos operadores europeus e que exerce influência sobre o processo legislativo e decisório nas instituições comunitárias.

Importa, ainda, realçar a continuidade em 2020, do Diretor de Segurança e Vigilância do Metropolitano de Lisboa, Eng.º António Valente, no cargo de Presidente do Comité de Segurança da UITP, para um mandato renovável de dois anos iniciado em 2019, com representação nos principais órgãos de gestão da UITP. Ao longo do ano, a empresa participou, também, em várias reuniões virtuais dos órgãos de governo e de trabalho da UITP, com destaque para as reuniões do *Policy Board* (abril, maio e outubro), da Assembleia Geral (por procedimento escrito nos meses de junho e julho), Assembleia de Metros (junho) e do *PresCom* da Associação (abril e junho), todas realizadas em formato virtual.

O Metropolitano de Lisboa participou, igualmente, nas principais reuniões da Associação Latino-Americana de Metros e Subterrâneos (ALAMYS), com a presença assegurada pela Vogal do Conselho de Administração, Eng.ª Maria Helena Campos, que ocupa o cargo de 5.º Vogal do Comité de Direção da referida associação, entre as quais a Assembleia Geral Extraordinária para alteração dos Estatutos da Associação (junho) e as reuniões estatutárias – Comité de Direção e Assembleia Geral – realizadas virtualmente durante o mês de novembro.

Destaca-se, ainda, a participação da Diretora de Capital Humano, Dra. Paula Martins, na 25.ª reunião dos Comitês Técnicos da ALAMYS, 30 de junho a 1 de julho (sempre em formato virtual), subordinada ao tema “O papel do transporte público metro-ferroviário em tempos de pandemia”, na qual apresentou uma comunicação intitulada “O impacto da COVID-19 na Gestão de Pessoas – O caso ML”.

Para além da participação em inúmeras reuniões e *workshops* virtuais dedicados ao tema da Pandemia COVID-19, organizados em 2020 pela UITP, pela ALAMYS e pelo Grupo COMET de benchmarking de metros, o Metropolitano de Lisboa colaborou também em diversos estudos relacionados com esta temática.

O Metropolitano de Lisboa participou também em atividades relevantes de *benchmarking* de metros, tendo estado representado nas reuniões gerais do Grupo de Benchmarking de Metros NOVA/CoMET, que se realizaram em formato virtual, nos meses de abril, julho e outubro.

Foi dada continuidade à participação nas atividades do CEEP Portugal – Serviços de Interesse Geral, secção nacional do Centro Europeu de Empresas de Serviços de Interesse Geral, sediado em Bruxelas e reconhecido pela União Europeia como parceiro social.

No que se refere à participação em eventos presenciais, destaca-se a participação de representantes do Metropolitano de Lisboa na Conferência “Transporte Ticketing 2020”, realizada em Londres no mês de janeiro e na Feira SICUR 2020, que teve lugar em Madrid, no mês de fevereiro. Foram as únicas deslocações ao exterior efetuadas durante o ano de 2020, no período que antecedeu a fase de confinamento social no âmbito do combate à Pandemia COVID-19.

Em virtude das restrições aplicadas às deslocações internacionais na maioria dos países, o Metropolitano de Lisboa não recebeu pedidos para acolher visitas de delegações estrangeiras às suas instalações e obras.



L. Organização Interna

A empresa desenvolveu, igualmente, um conjunto de projetos com o objetivo de aumentar progressivamente os níveis de eficiência no domínio da gestão documental e da preservação do acervo documental e informativo da empresa, sublinhando-se os seguintes projetos:

- **Projeto de Gestão Documental:** Na sequência de várias reuniões com o Grupo de Trabalho designado para o efeito em 2019, e com empresas que passaram por processos de classificação documental semelhantes (CP e Infraestruturas de Portugal) e com o Ministério da Cultura, foi concluída a elaboração das peças documentais para o lançamento do procedimento de contratação a lançar no primeiro trimestre de 2021.
- **Digitalização dos documentos de apoio às reuniões do Conselho de Administração:** Iniciados os trabalhos tendo em vista a preparação do processo de digitalização dos documentos de apoio às reuniões do CA, desde 1948 até 2020, com indexação dos ficheiros e constituição de um *backup*, precedendo o processo de transferência do arquivo do Conselho de Administração da Sede Social para o Complexo de Carnide (PMO III).
- **Digitalização dos relatórios e contas do ML:** Realizado, em 2019, o levantamento na empresa dos relatórios históricos, tendo em vista a preparação do processo de digitalização dos relatórios e contas, desde 1948 até 2003, com indexação dos ficheiros e constituição de um *backup*, para complementar os documentos oficiais atualmente publicados no sítio da empresa, foram reiniciados os contactos com o mercado para se proceder à digitalização dos ficheiro com elevada qualidade e capacidade de indexação.

No âmbito da vertente museológica do Metropolitano de Lisboa, tendo em consideração as intervenções artísticas e arquitetónicas existentes nas estações, a empresa encontra-se a desenvolver um projeto de criação de um museu virtual que possa ser publicamente acedido *online*, com indicação de todos os arquitetos e artistas plásticos com intervenção nas estações, temáticas e denominação dos trabalhos existentes. Assim, merece destaque o lançamento, no ano em apreço, de um projeto piloto para um protótipo de um guia virtual explicativo das obras de arte constantes nas estações do Metropolitano de Lisboa.

M. Capital Humano

A política do Metropolitano de Lisboa ao nível do capital humano, fortemente determinada pela pandemia de covid-19, desenvolveu-se em cinco eixos principais:

1. **Adoção de medidas de prevenção, controlo e vigilância da saúde dos trabalhadores, destacando-se:**
 - a. Elaboração e divulgação de um conjunto alargado de procedimentos de acordo com as orientações da DGS.
 - b. Identificação dos trabalhadores de maior risco de saúde e dispensa dos trabalhadores com muito elevado risco de saúde.
 - c. Adoção do regime de teletrabalho, para cerca de 90% dos trabalhadores das áreas corporativas, e de turnos, com equipas espelhadas, e dispensa dos trabalhadores para além dos estritamente necessários ao cumprimento da função e dos horários, nas áreas operacionais.
 - d. Desinfecção regular dos postos de trabalho com o produto Microbe Shield Z-71 da marca Zoono, nomeadamente comboios, estações e outras instalações como o PCC, oficinas, portarias, gabinetes e posto médico.



- e. Criação e distribuição de *kits* de proteção para todos os trabalhadores em regime presencial de acordo com a função desempenhada, com máscaras, viseiras, luvas e toalhetes desinfetantes.
 - f. Realização de ações de sensibilização sobre as regras de distanciamento, higienização pessoal e uso correto dos EPI, através de visitas aos locais de trabalho.
 - g. Adaptação dos espaços comuns (refeitório e espaços de descanso/café) e outras instalações como o PCC, balcões de atendimento e gabinetes. E colocação de dispensadores de gel em vários locais e definição de regras de passagem.
 - h. Realização de testes PCR em meio laboratorial e realização de rastreios com testes rápidos em colaboração com a CVP.
 - i. Acompanhamento regular dos casos positivos pelo Serviço de Saúde Ocupacional da Empresa, através de teleconsulta médica e psicológica, e rastreio de todos de contactos próximos, com identificação, estratificação do risco e implementação de ações para as pessoas expostas.
2. **Recrutamento externo**, apesar dos constrangimentos causados pela pandemia foi possível manter os processos de recrutamento e seleção de novos trabalhadores, especialmente para a área de clientes e de manutenção, com vista, respetivamente, à reposição progressiva do efetivo necessário ao cumprimento do modelo de guarnecimento de estações e do cumprimento dos Planos de Manutenção, quer do material circulante, quer das infraestruturas. Foi ainda possível dar continuidade ao Plano de rejuvenescimento de Técnicos Superiores para áreas como Engenharia de Manutenção, Contratação Pública, Empreendimentos e Secretaria-Geral. A 31 de dezembro de 2020 o efetivo do Metropolitano de Lisboa ascendia a 1513 trabalhadores.
 3. **Desenvolvimento de competências**, com a pandemia parte significativa da formação transitou para a modalidade *online*, mantendo o foco no ajustamento das competências técnicas identificadas como mais relevantes para a atividade da empresa, e, em especial no desenvolvimento de competências de gestão e liderança das equipas. A ligação com as universidades, com a concessão de estágios curriculares, decorreu de uma forma limitada, mas ainda assim foi possível contribuir para a formação e preparação para a inserção no mercado de trabalho de alguns alunos. Relevo ainda para criação da Academia ML, com vista ao desenvolvimento de projetos especiais e para a retenção e passagem do conhecimento em áreas chave da empresa.
 4. **Digitalização**, a resposta à pandemia acelerou a digitalização de processos, particularmente visível na formação e no lançamento da primeira campanha de avaliação do desempenho realizada através da plataforma SAP *SuccessFactors*.
 5. **Responsabilidade social**, com a renovação do compromisso com o Fórum IGEN em matérias de igualdade de género, a participação em iniciativas solidárias como a *Giving Tuesday* e a realização de diversos projetos como o *BuildUp*, desta vez no formato *online*, Vista esta Causa ou o Programa Kit Bebê, contribuíram para fortalecer e consolidar o compromisso assumido pela Empresa com os valores da responsabilidade social corporativa.



6.4 Desempenho do negócio

A. Procura

Após a implementação do novo sistema tarifário, em abril de 2019, a procura apresentou acréscimos significativos. Em janeiro e fevereiro de 2020, meses que precederam a pandemia, a procura registou um acréscimo assinalável de +12%, face ao mesmo período do ano transato.

Contudo, no exercício de 2020, marcado pela crise pandémica COVID-19 e consequentes medidas de contenção, como a imposição de confinamentos sucessivos, dever de recolhimento, restrições à circulação e a retração do turismo, a procura desceu para níveis sem precedentes.

As principais medidas de contenção e acontecimentos com forte impacto no comportamento da procura, foram:

- Recomendações de isolamento social e de confinamento divulgadas desde o início de março;
- Abertura dos canais de validação, desde o dia 17 de março, às 15 horas até ao dia 2 de maio;
- Declaração de Estado de Emergência Nacional, desde o dia 19 de março até ao dia 2 de maio;
- Declaração de Estado de Calamidade Nacional, desde o dia 2 de maio até 30 de junho;
- Declaração de Estado de Calamidade em 19 freguesias da AML, desde o dia 23 de junho a 1 de agosto, passando a estado de Contingência;
- Declaração de Estado de Contingência na AML, desde 1 de julho;
- Declaração de Estado de Alerta Nacional, desde 1 de julho a 14 de setembro;
- Declaração de Estado de Contingência, decretado a 15 de setembro;
- Declaração do Estado de Calamidade em 121 Concelhos, através da publicação em Diário da República, em 02 de novembro, da Resolução n.º 92-A/2020 do Conselho de Ministros que, entre outras medidas, limitou a circulação de pessoas entre concelhos, recolher obrigatório aos fins-de-semana a partir das 13h00 e obrigação do teletrabalho;
- Publicação do Decreto n.º 51-U/2020 de 6 de novembro, que procedeu à declaração do estado de emergência. Diariamente, no período compreendido entre as 23:00 h e as 05:00 h, bem como aos sábados e aos domingos no período compreendido entre as 13:00 h e as 05:00 h, os cidadãos só puderam circular em espaços e vias públicas, ou em espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas, em determinadas situações;
- Renovação do Estado de Emergência (Decreto n.º 61-A/2020), em 04 de dezembro, para o período de 09 a 23 dezembro;
- Renovação do Estado de Emergência (Decreto n.º 66-A/2020), em 17 de dezembro, para o período de 24 dezembro a 07 janeiro 2021.
- Não realização de eventos como as Festas de Sto. António, o Rock in Rio 2020 e o Web Summit (realizado por via digital).

A conjugação destes elementos contribuiu para um decréscimo na procura de **50,7%**, relativamente ao número total de passageiros transportados, ou seja, o Metropolitano de Lisboa transportou menos 93,2 milhões de passageiros em 2020 do que em 2019.

Destaca-se a redução de 67,0% nas validações de títulos ocasionais, sendo que nas validações de passes o decréscimo foi de 46,5%, face a 2019.



Quadro 6 – Evolução da procura

Passageiros		2020	2019*	Var. 2020/19	
				Abs.	%
Títulos ocasionais	10 ³	13 139	39 812	(26 673)	(67,00)
Bilhete Viagem Carris Metro	10 ³	6 310	18 809	(12 499)	(66,45)
Zapping	10 ³	5 365	13 857	(8 493)	(61,29)
Outros títulos ocasionais	10 ³	1 465	7 146	(5 681)	(79,51)
Passes	10 ³	68 304	127 727	(59 423)	(46,52)
Navegante Metropolitano	10 ³	48 264	66 182	(17 919)	(27,07)
Navegante Lisboa	10 ³	12 893	20 951	(8 058)	(38,46)
Outros Navegantes	10 ³	5 354	6 605	(1 251)	(18,94)
Navegante urbano e rede	10 ³	1 111	19 130	(18 019)	(94,19)
Intermodais	10 ³	0	5 793	(5 793)	(100,00)
Combinados	10 ³	681	9 065	(8 384)	(92,49)
Total com títulos pagos	10 ³	81 443	167 539	(86 096)	(51,39)
Gratuitos	10 ³	4 166	6 117	(1 951)	(31,90)
Fraude	10 ³	4 958	10 145	(5 187)	(51,13)
Total transportados	10 ³	90 567	183 801	(93 235)	(50,73)
Percurso médio por passageiro	km	4,78	4,79	(0,01)	(0,23)
Passageiro x km transportados	10 ³	433 114	880 985	(447 871)	(50,84)

* Valores atualizados pela implementação de nova ferramenta associada à bilhética (SAP Analytics Cloud).

B. Oferta

No ano em análise, a oferta do Metropolitano de Lisboa foi adaptada ao contexto de pandemia, acompanhando as flutuações drásticas de procura originada pelas restrições à mobilidade.

Os vários ajustes aos planos de oferta ao longo do ano foram feitos recorrendo à alteração do número de comboios em circulação nos diferentes períodos do dia e da semana, bem como alterando o número de carruagens por comboio em circulação. Estes ajustes à oferta consideraram sempre o pressuposto do cumprimento do limite máximo legal de carga por comboio de 2/3, o que obrigou à monitorização sistemática do limite de carga dos comboios em circulação.

Em 2020 o valor médio de carruagensxkm e respetivos lugaresxkm produzidos na rede teve um decréscimo de 4,5%, tendo as linhas Azul e Vermelha contribuído mais para esse efeito, com uma redução de cerca de 6%, enquanto a linha Amarela se manteve relativamente estável, com uma redução de 0,9%.

No cômputo geral, o número de circulações produzidas no mesmo período, em toda a rede, decresceu em média 3%. Esta redução, menos acentuada que a produção de lugaresxkm deveu-se especificamente à redução do número de carruagens por comboio em circulação em alguns períodos, opção que privilegia a manutenção dos tempos de espera nesses mesmos períodos.

No que diz respeito à taxa de realização de lugaresxkm, verificou-se uma redução de 4,3%, para o que muito contribuiu a queda superior a 5% das linhas Azul, Verde e Vermelha. A linha Amarela teve um ligeiro aumento. Já a taxa de realização de circulações teve uma redução média de 1,8% na rede. Estas taxas traduzem as variações feitas ao plano em vigor em determinado momento, o que se deve a vários fatores, nomeadamente a adequação da oferta à procura verificada, ocorrências com material circulante ou infraestrutura, bem como absentismo.



Quadro 7- Evolução da oferta

Evolução da oferta (serviço público)	2020	2019	Var. 2020/19		
			Abs.	%	
Carruagens x km					
Linha Azul	10 ³	8 572	9 139	(568)	(6,2)
Linha Amarela	10 ³	6 356	6 415	(59)	(0,9)
Linha Verde	10 ³	5 453	5 687	(234)	(4,1)
Linha Vermelha	10 ³	5 993	6 383	(390)	(6,1)
Total	10³	26 373	27 623	(1 250)	(4,5)
Lugares x km					
Linha Azul	10 ³	1 097 174	1 169 848	(72 674)	(6,2)
Linha Amarela	10 ³	813 511	821 060	(7 549)	(0,9)
Linha Verde	10 ³	697 969	727 874	(29 906)	(4,1)
Linha Vermelha	10 ³	767 104	817 005	(49 901)	(6,1)
Total	10³	3 375 758	3 535 787	(160 030)	(4,5)
Circulações					
Linha Azul	n.º	115 530	118 463	(2 933)	(2,5)
Linha Amarela	n.º	117 996	122 583	(4 587)	(3,7)
Linha Verde	n.º	112 625	116 340	(3 715)	(3,2)
Linha Vermelha	n.º	108 482	111 176	(2 694)	(2,4)
Total	n.º	454 633	468 562	(13 929)	(3,0)

Quadro 8 – Taxa de realização da oferta

Taxa de Realização	2020	2019	Var. 2020/19
Taxa de realização de lugares x km			
Linha Azul	%	95,64	100,65 (5,01) p.p.
Linha Amarela	%	103,12	102,66 0,46 p.p.
Linha Verde	%	105,05	112,11 (7,06) p.p.
Linha Vermelha	%	96,32	101,98 (5,66) p.p.
Na rede	%	99,38	103,61 (4,23) p.p.
Taxa de realização de circulações			
Linha Azul	%	96,38	98,44 (2,06) p.p.
Linha Amarela	%	97,03	98,40 (1,37) p.p.
Linha Verde	%	96,94	98,82 (1,88) p.p.
Linha Vermelha	%	97,16	99,27 (2,11) p.p.
Na rede	%	96,87	98,67 (1,80) p.p.

C. Receitas tarifárias e complementares

As medidas tomadas no sentido da contenção da pandemia Covid-19, conduziram a uma elevada redução da procura, com os consequentes efeitos na receita, registando-se decréscimo marcante e histórico.

Paralelamente, há a destacar outros fatores que influenciaram as receitas tarifárias em 2020, nomeadamente:

- Aumento tarifário, no dia 01 de janeiro, de alguns Títulos Ocasioneis (Zapping, Cartão Bancário, Bilhete 24 Horas CA/ML/TT e Bilhete 24 Horas CA/ML/CP;
- Aumento tarifário, no dia 01 de janeiro nos Passes combinados com Parque (Carris/ML Urbano + Parque 30 dias e ML/Avalade+ Parque dias úteis);
- Com efeitos a 30 de novembro de 2020, o Tribunal de Contas denunciou o protocolo existente entre esta entidade, o Metropolitano de Lisboa e a Carris. Este protocolo consistia no carregamento mensal de cartões Lisboa Viva, com do Título Carris/ML rede, atribuídos aos Magistrados do Tribunal de Contas.
- Diminuição das quantidades vendidas de títulos ocasionais e passes, na rede de vendas do Metropolitano de Lisboa, em 61,7% e 40,8%, respetivamente;
- Atribuição de pagamentos por conta, no âmbito do PART e incrementos nestes pagamentos por via da crise Pandémica Covid-19 e a necessidade de manter os níveis de oferta.

Em resultado destes fatores e principalmente devido ao efeito da pandemia, a receita de Títulos Ocasioneis e Passes de 2020 registou uma variação negativa, face a 2019, de 52,0%, representando um decréscimo de 54,1 milhões de euros.

Para obviar o decréscimo da receita, devido à alteração tarifária ocorrida no ano transato (Regulamento n.º 278-A/2019), a AML atribuiu verbas a título de pagamento por conta, no âmbito do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos ("PART"), no valor de 8,9 milhões de euros.

Depois de considerados os valores de Pagamentos por Conta, a variação negativa da receita passa para 43,6%, representando uma quebra em termos absolutos de -48,3 milhões de euros, face a 2019.

No mesmo âmbito, o Decreto-Lei n.º 14-C/2020, estabeleceu "a definição de procedimentos de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais". No contexto de pandemia, com o objetivo de reforçar o transporte público para o mínimo de 90% da oferta habitual, foram disponibilizadas verbas adicionais em Pagamentos por Conta, no período de julho a dezembro de 2020. Neste considerando, através do Despacho n.º 8459/2020, que regula a aplicação da verba disponibilizada pelo Orçamento de Estado Suplementar, a AML atribuiu para o Metropolitano de Lisboa um total de 21,5 milhões de euros, contabilizados como subsídio à exploração.

Quadro 9 – Evolução das receitas de transporte

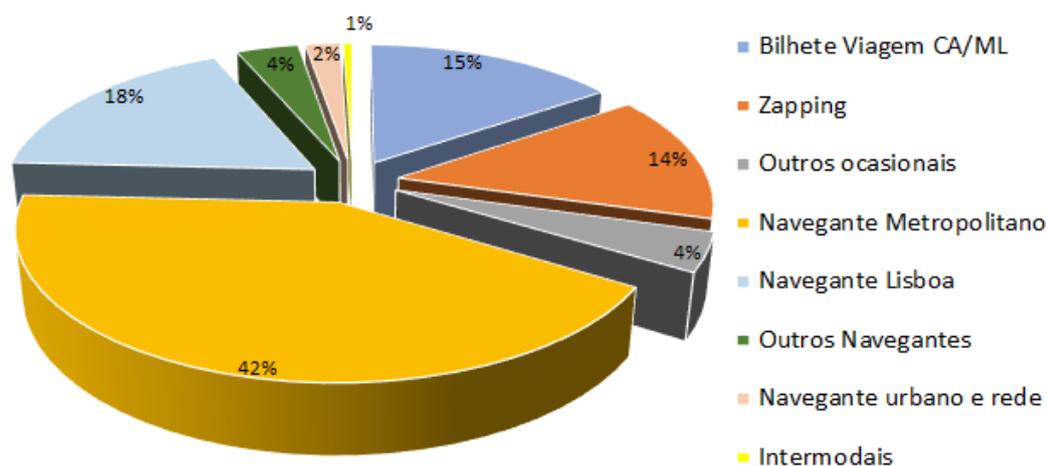
Receitas de títulos de transporte (sem IVA)		2020	2019	Var. 2020/19	
				Abs.	%
Títulos ocasionais	10³€	16 848	51 166	(34 318)	(67,1)
Bilhete Viagem Carris Metro	10 ³ €	7 731	24 591	(16 860)	(68,6)
Zapping	10 ³ €	7 000	18 448	(11 448)	(62,1)
Outros títulos ocasionais	10 ³ €	2 117	8 127	(6 010)	(73,9)
Passes	10³€	33 209	53 026	(19 818)	(37,4)
Navegante Metropolitano	10 ³ €	21 089	24 072	(2 983)	(12,4)
Navegante Lisboa	10 ³ €	8 890	12 423	(3 533)	(28,4)
Outros Navegantes	10 ³ €	1 903	1 870	33	1,8
Navegante urbano e rede	10 ³ €	1 064	8 916	(7 852)	(88,1)
Intermodais	10 ³ €	262	2 648	(2 386)	(90,1)
Combinados	10 ³ €	0	3 096	(3 096)	(100,0)
Total das receitas	10³€	50 057	104 192	(54 135)	(52,0)
Comparticipações 4-18 / sub23 / social+ ⁽¹⁾	10 ³ €	3 458	2 502	957	38,2
Total das receitas com participações	10³€	53 515	106 694	(53 179)	(49,8)
Pagamentos por Conta (AML) ^{(2) (3)}	10 ³ €	8 903	4 014	4 889	121,8
Total das receitas com participação	10³€	62 418	110 708	(48 289)	(43,6)
Pagamentos por Conta (COVID) ⁽⁴⁾	10 ³ €	21.451	0	21 451	-

(1) O valor contabilístico de 2019 é inferior em aproximadamente 620 mil euros, devido à regularização de valores reconhecidos em excesso em anos anteriores.

(2) O valor de pagamentos por conta (AML)- 2020 - inclui 989.524 € referente ao acerto da estimativa de compensação financeira final de 2019, conforme ofício da AML n.º 353/2021 de 3 de maio

(3) Do total de receita relativa à compensação do PART do período em análise, o ML em 2019 apenas recebeu um valor parcial de 2,93 M€, tendo o saldo remanescente sido recebido já em 2020.

(4) Atribuição do PART "variável", o qual foi registado como subsídio à exploração.

Gráfico 5 – Receitas acumuladas – Ano 2020


A receita não tarifária apurada em 2020, obtida a partir dos negócios geridos pela área comercial, incluindo contratos permanentes, totalizou cerca de 4,4 milhões de euros, verificando-se um decréscimo de 45,7% face ao exercício de 2019, correspondendo uma quebra de 3,7 milhões de euros, conforme se poderá observar no quadro seguinte:

Quadro 10 – Evolução das receitas complementares

Receitas Complementares (sem IVA)	2020	2019	Un: €	
			Var. 2020/19	
			Abs.	%
Receitas Complementares Tarifárias	1 311 622	4 010 814	(2 699 192)	(67,3)
Taxa de Urgência	240 526	509 375	(268 848)	(52,8)
Cartões Viva Viagem	863 259	2 971 454	(2 108 194)	(70,9)
Taxa de Entrega (prod. Backoffice)	96	557	(461)	(82,8)
Fee de Personalização	157 201	383 159	(225 958)	(59,0)
Comissões	50 539	146 270	(95 730)	(65,4)
- Comissão venda Bilhete Viagem CA/ML	26 770	77 741	(50 971)	(65,6)
- Comissão venda Zapping	23 769	67 871	(44 102)	(65,0)
- Comissão venda títulos sem quota ML	0	658	(658)	(100,0)
Receitas Complementares não Tarifárias	3 051 576	4 031 303	(979 727)	(24,3)
Património	395 629	420 288	(24 658)	(5,9)
Aluguer de Espaços	50 832	74 278	(23 446)	(31,6)
Aluguer de Fibra Ótica e Telecomunicações	344 797	346 010	(1 212)	(0,4)
Frota - Estações - Meios diversos	41 527	88 951	(47 425)	(53,3)
Filmagens	32 900	54 100	(21 200)	(39,2)
Diversos (Inserção PUB, Merchandising/Publicações, Roy.)	8 627	15 351	(6 725)	(43,8)
Serviço Especial	0	19 500	(19 500)	(100,0)
Outras Receitas ⁽¹⁾	95 634	56 763	38 871	68,5
Subconcessões	2 518 786	3 465 301	(946 515)	(27,3)
Metrocom	1 169 004	2 060 546	(891 542)	(43,3)
Publimetro - MOP	1 349 782	1 404 755	(54 973)	(3,9)
Total das receitas com comparticipação	4 363 198	8 042 117	(3 678 919)	(45,7)

(1) Receita não gerida pela Direção de Clientes (DCL)

De uma perspetiva global, no que à receita complementar diz respeito, o ano de 2020 apresenta uma quebra de cerca de 45,7%, fundamentada por um lado na desaceleração económica nacional provocada pela situação pandémica, e por outro lado face à consequente diminuição da procura no consumo de serviços e produtos ML.

Observaram-se elevados decréscimos em todas as componentes, com maior destaque nos Cartões Viva Viagem, com uma perda de receita de 2,1 milhões de euros e na subconcessão Metrocom com uma perda de receita de 0,9 Milhões de euros.

As quebras verificadas, seja ao nível das participadas, seja ao nível das receitas não tarifárias genéricas (ex. cartões VV indexados à quebra de procura), são resultado da atual conjuntura.

No que concerne à Metrocom, assistiu-se a uma redução dos resultados não só fruto da atual política de limitação de rendas comerciais que foi adotada pela empresa durante o exercício em questão, mas sobretudo de uma quebra generalizada e acentuada da capacidade financeira dos clientes/lojistas. Para além destes



fatores, verificou-se, também uma desaceleração muito acentuada do mercado em termos de “novas entradas” no portfólio.

Durante o ano de 2020 foi concluído o projeto e-commerce no Metro, que diz respeito à venda *online* de artigos de merchandising e publicações que, até à data, apenas estavam à venda em espaços físicos. O lançamento desta plataforma, permitiu a penetração no mercado do digital/e-commerce, tendo presente o objetivo de aumentar os resultados comerciais deste negócio, ao mesmo tempo contribuindo para uma melhoria de imagem da marca/*branding*.

Não obstante a estratégia que visava o aumento das receitas complementares, numa lógica de rentabilização de infraestruturas/estações (eventos, filmagens, etc.), e da gestão de espaços comerciais e publicidade, a receita geral obtida sofreu uma evolução negativa, consequência direta da situação pandémica e da respetiva redução abrupta de passageiros.

No entanto, destacam-se os resultados do 1.º Trimestre de 2020, com a realização de várias produções/ativações nacionais e internacionais, bem como rodagem de anúncios publicitários para marcas multinacionais e produções musicais, nas instalações da empresa, com especial foco para o lançamento mundial do novo MINI elétrico, que contou com as instalações do PMO II para a base de apoio técnico para este evento, colocando o ML e a cidade de Lisboa na rota europeia deste tipo de grandes eventos automóveis.

Relativamente aos Cartões Lisboa Viva, no ano em apreço, o Metropolitano de Lisboa personalizou cerca de 84 mil cartões, dos quais 66% foram Lisboa Viva urgentes. Face ao ano transato a variação foi de -61% (menos 132 mil personalizações face a 2019).

Quadro 11 – Produção de cartões Lisboa Viva

Produção cartões LV 2020		Transtejo	Metro	TOTAL
10 dias	Normal	373	23 177	23 550
	4_18	17	1 476	1 493
	Sub23	4	1 228	1 232
	CML	0	1 979	1 979
	Total	394	27 860	28 254
Urgentes	Normal	0	46 770	46 770
	4_18	0	2 861	2 861
	Sub23	0	5 747	5 747
Total	0	55 378	55 378	
Portal Viva		0	91	91
Trabalhadores		0	723	723
TOTAL		394	84 052	84 446



D. Indicadores de Atividade

Do exercício de 2020, há ainda a destacar os indicadores de atividade, a seguir indicados, relacionados com o serviço ao cliente:

Quadro 12 – Indicadores de atividade – estações

Indicadores de Atividade		2020
Índice de Satisfação do Cliente		7,35
Absentismo Operacional (média mensal)	%	7,5%
Taxa de cumprimento do plano de guarnecimento das estações	%	76,3%
Nível de serviço do Centro de Atendimento Telefónico	%	79,8%
Número de chamadas atendidas	un.	34 911
Número de chamadas recebidas	un.	43 728
Site ML - n.º visitas (páginas visitadas)	un.	1 042 858
Site ML - n.º visualizações/campanha (média mensal)	un.	702
Reclamações	un.	1 593
Resposta no prazo de 30 dias (média mensal)	%	94,0%
Fiscalização - n.º abordagens	un.	70 640
Fiscalização - Coimas	un.	3 871

6.5 Análise Económico-financeira

Resultados Globais da Empresa

O ano de 2020 foi um ano atípico em consequência da pandemia COVID-19, que provocou um decréscimo da procura, e consequente e acentuada quebra de receita.

Em termos globais, a empresa registou:

- **Resultado Operacional** negativo de 32,8 milhões de euros, o que representa uma variação negativa de 42,8 milhões de euros face ao período homólogo, pelo acentuado decréscimo do Total dos Rendimentos Operacionais (-42,3 milhões de euros) e acréscimo dos Gastos Operacionais em cerca de 0,5 milhões de euros.
- O **EBITDA corrigido** situou-se nos 30,6 milhões de euros negativos, com uma variação negativa de 30,4 milhões de euros face ao período homólogo.

O EBITDA corrigido corresponde ao EBITDA expurgado do efeito de um conjunto de rubricas *non-cash*, tais como: especialização de subsídios ao investimento, ajustamentos e imparidades, aumentos/reduções de justo valor, equivalência patrimonial/subsidiárias, provisões, trabalhos para a própria entidade).

- O **Resultado Financeiro** registou uma evolução favorável de 2,5 milhões de euros, cifrando-se nos 24,4 milhões de euros, explicado essencialmente pela maturidade do *leasing* operacional atingida em 2019 (0,8 milhões de euros), SWAP do Leasing Operacional TREM II-2 (0,3 milhões de euros) e imputação de juros de Financiamentos DGTF (1,4 milhões de euros).
- O Resultado antes de Impostos situou-se em -57,1 milhões de euros, o que representa uma variação negativa de 40,3 milhões de euros.

Quadro 13 – Resultados

Resultados (valores em milhares de euros)	2020	2019	Var. 2020/2019	
			Abs.	%
Rendimento do Serviço Público*	62 418	110 708	(48 289)	(43,6)
Outros rendimentos	50 256	44 289	5 967	13,5
Total de Rendimentos Operacionais	112 674	154 997	(42 322)	(27,3)
Total de Gastos Operacionais	145 424	144 903	521	0,4
Resultado Operacional	(32 750)	10 094	(42 843)	(424,5)
EBITDA Corrigido **	(30 613)	(225)	(30 388)	13.504,2
Resultado Financeiro	(24 381)	(26 926)	2 546	9,5
Resultado antes de Impostos	(57 130)	(16 833)	(40 298)	(239,4)

* Inclui receita de venda de bilhetes, passes e compensações tarifárias.

** EBITDA corrigido (sem provisões, ajustamentos, imparidades e aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento e equiv. patrimonial / subsidiárias, e outras rubricas *non-cash*).

No que respeita aos **Rendimentos Operacionais**, verifica-se um decréscimo global de 27,3%, devido ao acentuado decréscimo da Receita de Serviço Público (-48,3 milhões de euros), que apesar da atribuição de Subsídio à Exploração para compensação dos efeitos COVID-19 (21,5 milhões de euros) se situou abaixo do valor do período homólogo.



Quadro 14 - Rendimentos Operacionais

Rendimentos Operacionais (valores em milhares de euros)	2020	2019	Var. 2020/2019	
			Abs.	%
Vendas de Passes e bilhetes	50 057	104 192	(54 135)	(52,0)
Compensação 4_18/sub_23/Social+ e Compensação PART (AML)	12 361	6 515	5 846	89,7
Receita Serviço público	62 418	110 708	(48 289)	(43,6)
Subsídios à exploração	21 741	517	21 224	4 107,4
Receitas não tarifárias	4 390	8 087	(3 696)	(45,7)
Trabalhos p/ Própria Empresa	4 652	3 102	1 550	50,0
Imparidade de inventários (reversões)	300	-	300	-
Imparidades de dívidas a receber (reversões)	314	129	185	144,0
Justo valor (aumentos)	16 131	24 536	(8 405)	(34,3)
Outros rendimentos	2 728	6 139	(3 411)	(55,6)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (reversões)	-	1 780	(1 780)	(100,0)
Outros rendimentos	50 256	44 289	5 967	13,5
Total dos Rendimentos Operacionais	112 674	154 997	(42 322)	(27,3)

Os **Gastos Operacionais** registaram um incremento de cerca de 0,5 milhões de euros que, globalmente, se poderão imputar aos Outros Gastos, por via do efeito líquido de Diferenças de Câmbio Desfavoráveis (+3,8 milhões de euros) e Indemnização por Danos Causados (-1,4 milhões de euros), assim como os gastos decorrentes da pandemia COVID-19, (1,0 milhão de euros), conforme detalhe no Quadro 16 - Gastos Operacionais (COVID-19).

Merecem ainda referência a redução de amortizações (-3,9 milhões de euros), devido ao fim do período de amortização de ativo de Edifícios e Construções, não tendo a atividade de investimento, nestes últimos anos, sido suficiente para inverter a tendência de decréscimo deste tipo de amortizações e ao aumento de perdas registadas com subsidiárias (1,7 milhões de euros), essencialmente pelo registo de provisões reconhecidas com os TREM, Ensitrans e Publímetro.

Quadro 15 – Gastos Operacionais

Gastos Operacionais (valores em milhares de euros)	2020	2019	Var. 2020/2019	
			Abs.	%
Perdas imputadas subsidiárias	4 139	2 412	1 727	71,6
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 614	3 596	(982)	(27,3)
Fornecimentos e serviços externos	36 135	36 879	(744)	(2,0)
Gastos com o pessoal	80 232	80 057	175	0,2
Provisões (aumentos)	70	-	70	-
Outros gastos	6 738	2 908	3 830	131,7
Gastos de Depreciação e Amortização	15 179	19 052	(3 873)	(20,3)
Imparidades de Ativos depreciáveis (perdas)	318	-	318	-
TOTAL	145 424	144 903	521	0,4

Face à necessidade de adaptação de procedimentos e condições sanitárias necessárias à contenção da disseminação do vírus SARS-COV2, o ML desenvolveu várias ações no sentido de promover a segurança/saúde dos seus colaboradores e clientes, que se traduziu no incremento de gastos operacionais, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 16 – Gastos Operacionais (COVID-19)

Gastos Operacionais (COVID-19) (valores em euros)	2020
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	80.377
Fornecimentos e serviços externos	891.346
Gastos com o pessoal	49.570
TOTAL	1.021.293

Merece particular referência a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, que registou o valor 891 mil euros, em gastos tais como:

- Serviços de limpeza e artigos de limpeza e higiene (527 mil euros);
- Aluguer de portáteis para teletrabalho / *software* / licenças (135 mil euros);
- Promoção / Marketing / Imagem (115 mil euros);
- Material segurança individual/coletivo / Materiais e produtos posto médico (60 mil euros);
- Trabalhos Especializados (37 mil euros);
- Vigilância e segurança (10 mil euros);
- Outros (8 mil euros).

Os gastos na rubrica de Pessoal (50 mil euros) são desagregados em formação no âmbito COVID-19 (2 mil euros) e adaptação de refeitório, nomeadamente *kits* de temperos, recipientes e outros (48 mil euros).

Os Gastos com Pessoal apresentam um incremento de 0,2% em relação ao período homólogo, o que representa cerca de 175 mil euros.



Quadro 17 – Gastos com Pessoal

Gastos com Pessoal (valores em milhares de euros)	2020	2019	Var. 2020/2019	
			Abs.	%
Remunerações	57 103	56 232	871	1,5
Complemento de Pensões	12 310	12 523	(213)	(1,7)
Responsabilidades c/ Pensões	7 315	7 770	(455)	(5,9)
Outros gastos	3 503	3 531	(28)	(0,8)
TOTAL	80 232	80 057	175	0,2
Massa salarial	56 787	55 926	861	1,5

Este ligeiro crescimento nos Gastos com Pessoal é justificado pela continuidade do processo de recrutamento e seleção de novos trabalhadores, conforme descrito no ponto M – Capital Humano e com a integração de 47 trabalhadores da Ferconsult autorizado pelo Despacho n.º 602/2020-SET, tendo originado uma variação positiva de 61 colaboradores. A reposição dos direitos previstos em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (AE I e AE II), de acordo com o cumprimento do n.º 1 do art.º 145 do DL 33/2018 e da aplicação das Leis de Orçamento de Estado de 2017 a 2020, traduziu-se no aumento das remunerações decorrente do processo de avaliação e respetivas progressões de carreira, bem como na reposição do pagamento de anuidades.

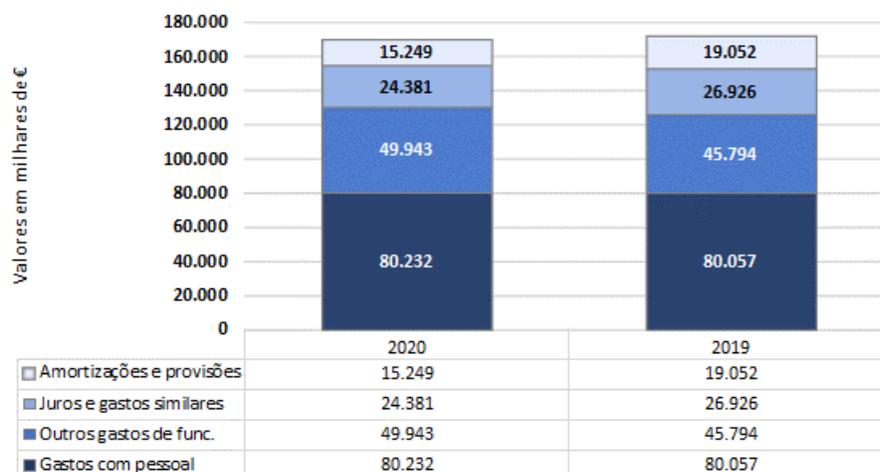
Os **Resultados Financeiros** registaram uma variação positiva na ordem dos 2,5 milhões de euros com um decréscimo de 9,5%, pelo aproximar da maturidade dos financiamentos mais antigos, bem como pelo facto de os empréstimos mais recentes serem de menor montante e com uma taxa de juro inferior.

Quadro 18 – Resultados Financeiros

Resultados financeiros (valores em milhares de euros)	2020	2019	Var. 2020/2019	
			Abs.	%
Gastos financeiros de exploração	(24 381)	(26 926)	2 546	(9,5)
Juros suportados c/ financ. banc./DGTF	(4 913)	(8 132)	3 219	(39,6)
Juros a liquidar	(19 468)	(18 795)	(673)	3,6
TOTAL	(24 381)	(26 926)	2 546	(9,5)

Os **Gastos Totais** tiveram uma redução de 2 milhões de euros, menos 1,18% do que no ano anterior, passando dos 171,8 milhões de euros para 169,8 milhões de euros.



Gráfico 6 – Evolução dos Gastos Totais


Fluxos Financeiros

Em 2020 os *cash-flows* gerados pela atividade operacional atingiram terreno negativo, cifrando-se nos -41,3 milhões de euros, por via da pandemia COVID-19, conforme já referido. Face ao período homólogo verifica-se um desvio negativo de 58,6 milhões de euros.

O recebimento de 31,5 milhões de euros de Subsídios ao Investimento (28,3 milhões de euros com origem no Fundo Ambiental e 3,1 milhões de euros no PO SEUR – Fundo de Coesão) foi insuficiente para cobrir os 73,9 milhões de euros de pagamentos em Ativos Fixos Tangíveis, gerando uma Tesouraria de Investimento negativa no valor de 42,4 milhões de euros.

A Tesouraria de Financiamento deu cobertura ao défice das Tesourarias Operacional e de Investimento, assim como ao pagamento de Financiamentos Obtidos (216,5 milhões de euros) e Juros e Gastos Similares (206,7 milhões de euros), desagregando-se em Apoio financeiro do Acionista, através de Empréstimos MLP (203,8 milhões de euros) e de Dotações de Capital (320,4 milhões de euros), assim como na Participação Financeira OTLIS (0,3 milhões de euros).

O saldo de tesouraria, no fim do período, foi de 47,3 milhões de euros.

Quadro 19 – Variação de caixa e seus equivalentes

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (valores em milhares de euros)	2020	2019	Var. 2020/2019	
			Abs.	%
Fluxo Atividades Operacionais	(41 302)	17 324	(58 626)	(338,4)
Fluxo das Atividades Investimento	(42 431)	15 510	(57 941)	(373,6)
Fluxo das Atividades Financiamento	101 274	(19 342)	120 616	(623,6)
Variação de caixa e seus equivalentes	17 542	13 492	4 050	(30,0)
Caixa e seus equivalentes no início do período	29 730	16 238	13 492	83,1
Caixa e seus equivalentes no fim do período	47 271	29 730	17 542	59,0



Desde 2011 que o ML está incluído na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas, EPR – Entidades Públicas Reclassificadas, equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, decorrendo para a empresa impactos relevantes em matéria de enquadramento orçamental, reporte de informação e observância de legislação específica aplicável, designadamente sujeição à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso¹, Lei do Enquadramento Orçamental² e obrigatoriedade de preparação de Propostas Orçamentais a submeter à Direção Geral do Orçamento (DGO) para inscrição direta no Orçamento de Estado (OE).

No ano em análise, o Estado manteve a política de financiamento às Empresas Públicas Reclassificadas, através da concessão de empréstimos e de dotações de capital, através de entradas em numerário, sempre que os fundos se destinam ao serviço da dívida ou investimento.

O Metropolitano obteve fundos no valor de 524,5 milhões de euros (203,8 milhões de euros através de financiamentos obtidos, dos quais, 49,3 milhões de euros como suprimentos, e 320,7 milhões de euros de realização de capital e outros instrumentos de capital próprio), tendo amortizado 216,5 milhões de euros de empréstimos bancários e 206,7 milhões de euros relativos a gastos e perdas de financiamento.

Quadro 20 – Atividade de Financiamento

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (valores em milhares de euros)	2020	2019	Var. 2020/2019	
			Abs.	%
Recebimentos respeitantes a:				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	320 681	549 784	(229 103)	(41,7)
Empréstimos Bancários - DGTF	203 813	131 885	71 928	54,5
Financiamento	524 494	681 669	(157 175)	(23,1)
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos Bancários	216 515	71 503	145 012	202,8
Operações de leasing	0	0	0	-
Empréstimos obrigacionistas	0	400 000	(400 000)	(100,0)
Juros e gastos similares	206 705	229 508	(22 803)	(9,9)
Pagamentos	423 220	701 011	(277 791)	(39,6)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	101 274	(19 342)	120 616	(623,6)

Investimento realizado

Em 2020, a Formação Bruta de Capital Fixo registou um valor de cerca de 21,4 milhões de euros, compreendendo o montante de investimentos que foi capitalizado nas contas do Ativo Fixo da Empresa. Face a 2019, verificou-se um aumento de 7,5 milhões de euros, justificado, essencialmente, pelo Prolongamento

¹ Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

² Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, alterada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho, e mais recentemente, alterada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, implicando obrigações de reporte à Direção Geral do Orçamento / Ministério das Finanças.



Rato/Cais do Sodré, da Remodelação e ampliação de espaços no Complexo de Carnide, da Remodelação/ampliação da estação Areeiro e da Remodelação/ampliação da estação Arroios, conforme desagregado no quadro seguinte.

Quadro 21 – Despesa de investimento

Projeto	FBCF	ICT	DI
	Formação Bruta de Capital Fixo	Investimentos a Custos Técnicos	Despesa de Investimento
Investimento ML	4 989 655	5 700 133	5 700 133
Edifícios e outras Construções	1 344 266	1 714 373	1 714 373
Relocalização do Posto de Comando Central	1 600	1 600	1 600
Remodelação e Ampliação de Espaços no Comp. Carnide	1 187 083	1 557 190	1 557 190
Outros	155 583	155 583	155 583
Equipamento Básico	2 638 485	2 978 858	2 978 858
CITV	287 639	373 491	373 491
Reabilitação Mat. Circulante ML 90 + Reabilitação Mat. Circulante ML 95-97-99	1 850 457	2 017 308	2 017 308
Renovação de MAVT's + Remodelação Sistema Central de Bilhética	140 500	182 485	182 485
Outros	359 890	405 574	405 574
Ferramentas e Utensílios	96 528	96 528	96 528
Equipamento Administrativo	910 375	910 375	910 375
COVID-19	55 969	55 969	55 969
Outros	854 406	854 406	854 406
Investimento ILD	16 417 108	20 340 451	20 340 451
Plano Nacional de Acessibilidades	1 388 112	1 792 385	1 792 385
Prolongamento Rato / Cais do Sodré	5 607 372	6 611 653	6 611 653
Remodelação da Linha A	1 533 523	1 744 202	1 744 202
Remodelação da Linha B	207 118	234 017	234 017
Remodelação da Linha C	5 507 532	7 152 456	7 152 456
Remodelação e ampliação Areeiro	2 687 215	3 749 321	3 749 321
Remodelação e ampliação Arroios	2 460 297	2 994 052	2 994 052
Outros	360 020	409 082	409 082
Remodelação da Linha D	1 241 214	1 547 490	1 547 490
Remodelação Olivais	704 989	908 026	908 026
Outros	536 224	639 465	639 465
Substituição e Modernização de Escadas Mecânicas	573 540	726 476	726 476
Remodelação da Rede Global	358 698	531 773	531 773
CBTC - Projeto de Modernização	-	61 874	61 874
Outros	358 698	469 899	469 899
TOTAL	21 406 763	26 040 585	26 040 585

Quadro 22 – Evolução do Investimento

Investimento (valores em euros)	2020	2019	Var. 2020/2019	
			Abs.	%
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	21.406.763	13 928 719	7 478 044	153,7
Investimentos a Custos Técnicos (ICT)	26.040.585	17 000 354	9 040 231	153,2
Despesas de Investimento (DI) - inclui custos financeiros	26.040.585	17 000 354	9 040 231	153,2

Estrutura Patrimonial**Ativo**

O ML manteve o critério indicado pela tutela, de apresentar no Balanço os valores da atividade de construção de infraestruturas de longa duração (ILD), evidenciando o impacto do investimento realizado em infraestruturas por conta do Estado e as responsabilidades correspondentes.

O valor do ativo totalizou 5.696 milhões de euros, com a seguinte distribuição:

Quadro 23 – Ativo Total

Ativo (valores em milhões de euros)	2020	2019	Var. 2020/2019	
			Abs.	%
Não corrente	5 391	5 250	141	2,7
Corrente	0	0	0	-
ILD	5 391	5 250	141	2,7
Não corrente	201	188	13	6,9
Corrente	105	79	26	32,5
ML	306	267	39	14,5
Ativo Total	5 696	5 517	179	3,3

O acréscimo do Ativo em ILD (141,0 milhões de euros) resulta principalmente dos encargos financeiros relativos a essa componente (122,0 milhões de euros), e de novos investimentos (20,3 milhões de euros, dos quais 2,1 milhões respeitantes ao efeito líquido de imobilizado em curso). Contribui ainda para a variação do Ativo ILD, o reconhecimento de uma perda relativa ao justo valor dos derivados subjacentes a financiamentos dedicados a ILD (-0,9 milhões de euros), e a redução dos subsídios do Estado (-2,8 milhões de euros).

O Ativo ML apresenta um acréscimo de 39 milhões de euros. Verifica-se um acréscimo de 13 milhões de euros no Ativo não corrente, por via do reconhecimento de +30,2 milhões de euros relativos à última prestação do contrato de mútuo entre o TREM e o BST, -13,0 milhões de euros relativos a amortizações e pela desvalorização de outros ativos financeiros, no montante -4,0 milhões de euros.

Relativamente ao Ativo ML, mas na componente corrente, regista-se um acréscimo de 26 milhões de euros essencialmente pelo aumento de 0,4 milhões de euros em Clientes, 0,8 milhões de euros em Estado e outros entes públicos, 4,0 milhões de euros em Outros créditos a receber, à variação de Existências em Inventários, 3,1 milhões de euros, e à variação de Caixa e Depósitos Bancários, 17,5 milhões de euros, justificada pelo recebimento de 3,1 milhões de euros do Fundo de Coesão e 12,5 milhões de euros do Fundo Ambiental para o prolongamento Rato/Cais do Sodré e de 1,4 milhões de euros do Fundo Ambiental para o projeto de Modernização do Sistema de Sinalização e Aquisição de Material Circulante.



Passivo e Capital Próprio

Quadro 24 – Passivo e Capital Próprio

Passivo e Capital Próprio (valores em milhões de euros)	2020	2019	Var. 2020/2019	
			Abs.	%
Não corrente	1 946	2 079	(133)	(6,4)
Corrente	1 056	1 041	15	1,5
ILD	3 002	3 120	(118)	(3,8)
Não corrente	510	553	(43)	(7,8)
Corrente	680	593	86	14,6
ML	1 189	1 146	43	3,8
Passivo total	4 192	4 266	(74)	(1,7)
Capitais próprios	1 505	1 251	254	20,3
Total do passivo e capitais próprios	5 696	5 517	179	3,3

O **Passivo não corrente ILD** registou um decréscimo de 133 milhões de euros por via de:

- Redução de 7 milhões de euros em provisões para processos judiciais;
- Transferência de 204,4 milhões de euros de financiamento de Longo Prazo para Curto Prazo;
- Contratação de novos financiamentos DGTF, no valor de 137,1 milhões de euros;
- Redução de 58,7 milhões de euros, por aumento de justo valor em instrumentos financeiros.

O **Passivo corrente ILD** registou um acréscimo de 15 milhões de euros com a seguinte desagregação:

- Incremento de 1,5 milhões de euros por aumento em Fornecedores de Investimento;
- Decréscimo de 12,1 milhões de euros em financiamentos obtidos devido a:
 - ✓ Aumento de 64,6 milhões de euros de financiamentos DGTF por transferência de Longo prazo para Curto prazo, assim como 139,9 milhões de euros de financiamentos BEI, por transferência de Longo prazo para Curto prazo;
 - ✓ Diminuição de 216,5 milhões de euros por amortização de financiamento BEI.
- Aumento de 26 milhões de euros em Outras dívidas a pagar, por imputação de encargos financeiros ILD (3,2 M€) e por imputação do valor de subsídio ao investimento ILD –Fundo Ambiental– (22,8M€).

O **Passivo não corrente ML** diminuiu 43 milhões de euros por via de:

- Diminuição de 15,5 milhões em Provisões para investimentos financeiros nos TREM;
- Diminuição de 15,8 milhões de euros em Financiamentos obtidos por transferência de 33,2 milhões de euros por transferência de financiamentos DGTF de Longo prazo para Curto prazo e contratação de novo financiamento DGTF no valor de 17,4 milhões de euros;
- Aumento de 3,2 milhões de euros em Responsabilidades com Pensões;
- Diminuição de 15,3 milhões de euros por aumento de Justo valor de instrumentos financeiros.



O Passivo corrente ML aumentou 86 milhões de euros por:

- Decréscimo de 2,9 milhões de euros em Fornecedores;
- Aumento de 82,5 milhões de euros em Financiamentos obtidos, com a seguinte desagregação:
 - ✓ Aumento 33,2 milhões de euros por transferência de financiamentos DGTF de Longo Prazo para Curto prazo;
 - ✓ Contratação de novo financiamento DGTF no valor de 49,3 milhões de euros.
- Aumento de 6,8 milhões de euros em Outras dívidas a pagar.

Os Capitais Próprios aumentaram 253,8 milhões de euros com a seguinte desagregação:

- Capital subscrito: 320,4 milhões de euros em Dotações de Capital;
- Resultados transitados: -16,9 milhões de euros;
- Outras variações no capital próprio: -9,5 milhões de euros
- Diminuição de 1,2 milhões de euros em Subsídio ao Investimento;
- Perdas atuariais no valor de 8,2 milhões de euros.
- Resultado líquido do período: -40,3 milhões de euros.

Em 2020, o ML deu continuidade à recuperação dos indicadores de estrutura, que se traduziu no aumento de 3,7 pontos percentuais no rácio de Autonomia Financeira e 6,6 pontos percentuais no rácio de Solvabilidade, através do aumento do Capital Próprio suportado pelo acionista.

Gestão do Risco Financeiro

O ML tem vindo a consolidar a sua estrutura de capitais através do permanente reforço que o acionista tem promovido, com a conseqüente redução do endividamento.

Rating do Metropolitano de Lisboa

Quadro 25 – Rating do ML

Rating Metro	Standard & Poor's	
	Rating	Outlook
26 de fevereiro de 2020	BBB	Positivo
28 de abril de 2020	BBB	Estável
17 de fevereiro de 2021	BBB	Estável

A classificação do ML como Empresa Pública Reclassificada, em finais de 2011, fez com que a Standard & Poor's tivesse revisto a partir de 2012, os seus critérios de análise de risco da Empresa. Em consequência, o Rating do ML passou a seguir a evolução do Rating da República Portuguesa.

O racional para esta avaliação foi o seguinte:

- Continuação do apoio financeiro prestado pelo Estado, a que acresce o facto da maioria da dívida detida pelo ML ser garantida pela República Portuguesa;
- Apoio do Estado face aos efeitos negativos da pandemia;



- Apoio e comprometimento, demonstrado pelo Estado, na satisfação dos compromissos de serviço da dívida, com verbas previstas para este efeito, no orçamento de 2020;
- Continuação do plano de investimento, financiado por Fundos Europeus e por apoio Estatal através do Fundo Ambiental.

Evolução do Passivo Remunerado

O Metropolitano de Lisboa amortizou dívida no valor de 216,5 milhões de euros, tendo contratado novos financiamentos no valor de 154,5 milhões de euros¹, reduzindo o passivo remunerado em cerca de 1,8%.

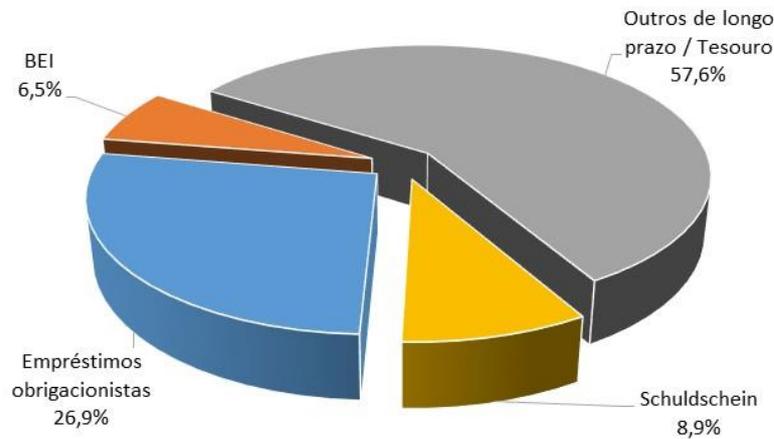
Quadro 26 – Estrutura do Passivo Remunerado

Passivo remunerado (Valores em milhares de euros)	2020	2019	Var. 2020/2019	
			Abs.	%
Empréstimos obrigacionistas	910 000	910 000	0	0,0
BEI	80 963	220 826	(139 863)	(172,7)
Outros de longo prazo / Tesouro	562 025	505 253	56 772	10,1
Shuldschein	300 000	300 000	0	0,0
Leasing financeiro	0	0	0,0	-
Dívida de médio e longo prazo	1 852 988	1 936 079	(83 091)	(4,5)
Empréstimos obrigacionistas	0	0	0	-
BEI	139 864	216 515	(76 651)	(54,8)
Outros de curto prazo / Tesouro	1 385 193	1 287 453	97 740	7,1
Dívida de curto prazo	1 525 057	1 503 967	21 090	1,4
Total	3 378 045	3 440 046	(62 001)	(1,8)

Na estrutura da dívida, os empréstimos do Tesouro (57,6%) e os empréstimos obrigacionistas (26,9%) são os financiamentos com maior peso, face ao total da dívida do ML. O financiamento *Schuldschein* representa 8,9% e os financiamentos BEI 6,5%.

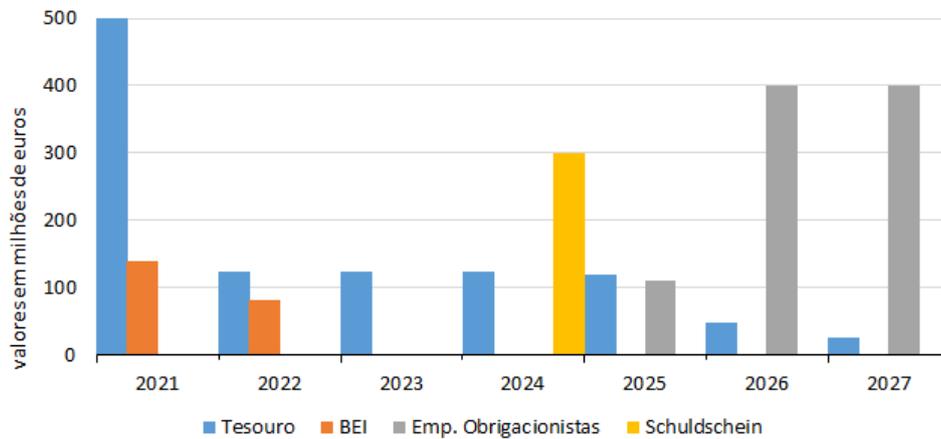
¹ Adicionalmente, foram contratados empréstimos com a DGTF como suprimentos, no valor de 49,3 M€, para cobertura de défice de tesouraria operacional, considerados como passivo corrente não remunerado.

Gráfico 7 - Distribuição do endividamento



Estima-se para 2021 a amortização de grande parte da dívida ao Tesouro, na sequência da operação prevista de conversão da dívida corrente (ILD e ML) por incorporação em ativo do Estado – Conta a Receber.

Gráfico 8 - Maturidade do Financiamento



Evolução da taxa de juro implícita

O Gráfico 9 mostra a evolução da taxa de juro implícita, no endividamento, desde 2010.

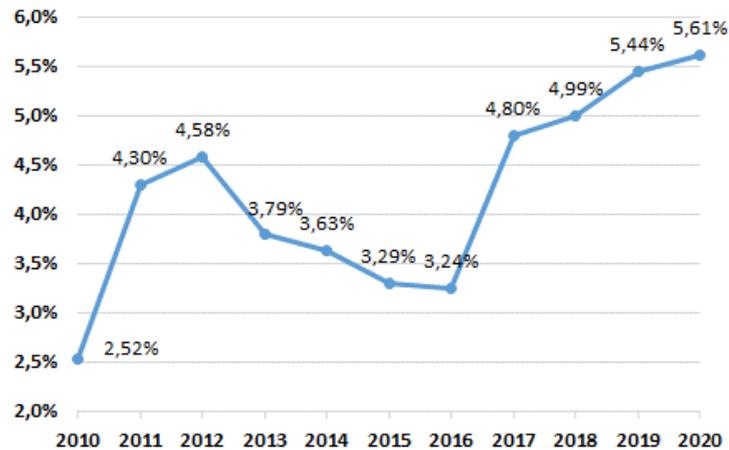
As taxas de juro tiveram uma evolução desfavorável entre 2010 e 2012. Com a descida das taxas de juro de referência, os *cash-flows* gerados pelos instrumentos de cobertura de risco iniciaram uma trajetória acelerada de perdas, agravando significativamente a taxa de juro implícita.

A inversão desta tendência, a partir de 2012, é consequência do menor custo dos empréstimos contraídos junto do Tesouro, conjugada com o efeito do cancelamento dos derivados com maior risco de perdas e, a partir de 2013, com o não pagamento dos derivados relativos ao processo judicial intentado pelo Banco Santander Totta, S.A. contra as Empresas Públicas de Transporte em Londres.



Desde 2017, na sequência do acordo alcançado entre o Banco Santander Totta, S.A. e a República, foi retomado, a partir de maio, o pagamento dos *swaps* Santander anteriormente em contencioso, facto que contribuiu para que a taxa de juro implícita viesse a registar uma trajetória ascendente, desde esse período.

Gráfico 9 – Taxa de juro implícita



Produtividade

Da análise ao quadro abaixo, verifica-se o decréscimo destes indicadores de produtividade em -6,6% causado pelo impacto da pandemia, nomeadamente pelo efeito do confinamento.

Quadro 27 – Indicadores de Produtividade

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE	2020	2019	Var. 2020/2019	
			Abs.	%
Ckm (Carruagens x km)/Efetivo Médio	17.978	19.251	(1 273)	(6,6)
LKO (Lugares x km)/Efetivo Médio	10 ³	2.464	(163)	(6,6)

Importa ainda referir que a variação dos indicadores base para o cálculo dos indicadores de produtividade acima identificados foi de:

- Ckm (Carruagens x km): -4,5%
- LKO (Lugares x km): -4,5%;
- Efetivo Médio: +2,2%

7. Proposta de Aplicação de Resultados

Para efeitos do cumprimento da alínea e) do n.º 2 do art.º 7.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o Conselho de Administração propõe que o prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no valor de 57.131.391,03 euros, seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

As demonstrações financeiras anexas a este relatório evidenciam a perda de metade do capital social, nos termos referidos no art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração irá submeter a deliberação do acionista a adoção de medidas que visem a reposição do capital social da Sociedade, nomeadamente, através de aumento de capital.

O Conselho de Administração

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

Lisboa, 22 de junho de 2021



8. Anexos

8.1 Cumprimento de Orientações Legais

1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

Quadro 28 – Objetivos de Gestão

	ANO 2020		Grau de Execução	Observações/Justificação desvios
	REAL	PAO		
Princípios Financeiros de Referência				
Eficiência Operacional (rácio dos gastos operacionais sobre volume de negócios igual ou inferior ao estimado para 2019)	100,8%	119,2%	-18,4 p.p.	Ver ponto 13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais, Pág.º 85.
PRC (1) - manutenção ou redução de gastos com pessoal face à estimativa de 2019	78 655 599	82 052 321	95,9%	Não concretização de todas as contratações previstas para 2020.
PRC (2) - manutenção ou redução de encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, face à estimativa de 2019	9 540	48 120	19,8%	Face à pandemia COVID-19 e consequentes medidas restritivas, as deslocações e estadias foram residuais.
PRC (3) - manutenção ou redução de encargos com a frota automóvel, face à estimativa de 2019	263 774	309 428	85,2%	Com a renovação de frota, substituindo veículos em fim de vida útil, verifica-se uma melhoria generalizada nos encargos.
PRC (4) - manutenção ou redução de encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, face à estimativa de 2019	3 089 203	2 660 283	116,1%	Aumento justificado por estudos, pareceres, projetos e consultoria no âmbito dos projetos de expansão da rede e modernização do ML.
Investimento ¹				
Investimento ILD	16 417 108 €	24 899 670 €	65,9%	O desvio global de -8,5M€ em ILD deriva de: -4,6M€ na expansão RA/CS; -1,1M€ na Subst.Modern. Escadas Mecânicas; -3,0M€ na Remodelação geral das linhas;
Investimento ML	4 989 655 €	57 628 348 €	8,7%	O desvio de 52,6 M€ em investimento ML resulta, essencialmente, da não concretização da imputação do valor residual do material circulante a investimento, tendo sido imputada a exploração (50M€) e baixa execução da reabilitação de material circulante (2,1M€).
TOTAL	21 406 763 €	82 528 019 €	25,9%	
Endividamento				
Variação do endividamento	3,9%	1,9%	2,04 p.p.	Não foi concretizada a operação de conversão da dívida corrente DGTF respeitante a ILD, por incorporação em ativo do Estado, conforme previsto no PAO 2020.

¹ Os valores de investimento ILD e ML são líquidos de TPE's e de Encargos financeiros.

Quadro 29 – Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE

Rubrica	Orçamento	Realização	Grau de execução	Justificação	
R05.07	07-REM. CAPITAIS - RECEITAS GERAIS	257.346 €	257.346 €	100,0%	
R06.03	03-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3.982.702 €	3.963.263 €	99,5%	
R06.05	01-ADMINISTRAÇÃO LOCAL	20.299.093 €	20.299.084 €	100,0%	
R07.02	02-SERVIÇOS	118.338.063 €	62.705.203 €	53,0%	Quebra na receita, consequência da situação pandémica. Esta rubrica considera 17,7 M€ como remuneração do contrato de concessão: este modelo de remuneração só seria aplicado se e quando a atualização do contrato de concessão for aprovada, tal não ocorreu até final de 2020, pelo que, teremos de considerar que o valor foi sobreorçamentado.
R08.01	01-OUTRAS	3.309.330 €	2.803.178 €	84,7%	
R09.03	03-EDIFÍCIOS	30.634.620 €	485.327 €	1,6%	O valor orçamentado considerava a alienação do PMO I (Sete Rios), cuja alienação não se realizou por razões imputáveis a entidades terceiras.
R09.04	04-OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	0 €	0 €	-	
R10.03	03-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	60.818.948 €	28.328.650 €	46,6%	Prevista dotação de 1,3 M€ no PIDACC, não foi transferida o valor total da mesma.
R10.09	09-UNIÃO EUROPEIA	8.644.896 €	3.146.042 €	36,4%	Se por um lado, existiu um atraso na adjudicação da empreitada do RA/CS, por outro lado, não existiu qualquer transferência de verba pelo POSEUR, dado o processo de candidatura deste projeto apenas de ter concluído no final de 2019.
R12.06	06-APOIO FINANCEIRO	203.813.049 €	203.813.049 €	100,0%	
R12.07	07-OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	325.523.764 €	320.423.764 €	98,4%	Reajuste dos valores de dotação e financiamento, inicialmente previsto e aprovado somente dotação e, pela autorização concedida por despacho n.º 270/2020/SEO de utilização parcial do saldo de gerência de 2020 (4 M€).
R15.01	01-REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	634.193 €	634.192 €	100,0%	
R16.01	01- SALDO GERÊNCIA	29.729.749 €	29.729.749 €	100,0%	
R17.02	00 - OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA	0 €	0 €	-	Receita extra-orçamental

Rubrica	Orçamento	Realização	Grau de execução	Justificação	
D01.01	01-REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	83.721.627 €	52.519.087 €	62,7%	
D01.02	02-ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	4.506.152 €	4.275.031 €	94,9%	
D01.03	03-SEGURANÇA SOCIAL	26.048.556 €	25.661.271 €	98,5%	
D02.01	01-AQUISIÇÃO DE BENS	6.017.627 €	3.987.967 €	66,3%	O desvio deve-se essencialmente à redução de venda de títulos ocasionais, que permitiu reduzir a necessidade de aquisição deste tipo de bens.
D02.02	02-AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	86.988.267 €	43.952.604 €	50,5%	A quebra na receita própria em consequência da situação pandémica, criou dificuldades de tesouraria que foram suportadas com o reforço, através de créditos especiais, atribuídos pela DGTf em dotação e financiamento, que Despacho 1211/2020/SEO (€5,5M) e 1234/2020/SEO (€68,9M).
D03.05	05-OUTROS JUROS	206.773.034 €	206.656.606 €	99,9%	
D03.06	06-OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	62.347 €	48.707 €	78,1%	
D06.02	02-DIVERSAS	12.092.636 €	1.796.061 €	14,9%	O baixo grau de execução de investimento não acompanhou as estimativas orçamentais de cálculo de pagamento de imposto. O valor orçamentado considera ainda 10,3 M € de Reserva.
D07.01	01-INVESTIMENTOS	77.177.731 €	55.097.400 €	71,4%	O desvio está essencialmente relacionado com a falta de realização do projeto de Modernização (CBTC). Complementarmente, contribuiu ainda para este desvio, a falta de execução do projeto de substituição de portas das carruagens, e a necessidade de lançamento de novo procedimento para a aquisição da máquina esmeriladora.
D07.02	02-LOCAÇÃO FINANCEIRA	0 €	0 €	-	
D07.03	03-BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	60.420.017 €	18.808.047 €	31,1%	O desvio deve-se principalmente à falta de execução do projeto RA/CS (-27,5 M€), pelo atraso no procedimento de contratação da empreitada, cuja adjudicação do Lote 1 foi realizada já no 2.º trimestre de 2020. Por outro lado, verificaram-se atrasos na execução das principais empreitadas de remodelação de rede do ML: Olivais, Areeiro e Arroios.
D10.06	06-EMPRÉSTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZOS	216.514.597 €	216.514.597 €	100,0%	
D12.02	00-OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA	0 €	0 €	-	Despesa extra-orçamental

2. Gestão do Risco Financeiro

Quadro 30 – Evolução da taxa média anual de financiamento e juros suportados

Anos	2020	2019	2018	2017	2016
Encargos Financeiros (€)	206.705.313	218.372.006	498.051.303	163.652.365	116.271.878
Taxa Média de Financiamento (%)	5,61	5,44	4,99	4,80	3,24

3. Limite de crescimento do endividamento

Quadro 31 – Passivo (corrente e não corrente) e variação do endividamento

Variação do Endividamento (execução)	2020	2019
	Valores (€)	
Financiamento (Corrente e Não Corrente)	3 427 344 889	3 440 046 437
Capital Social	3 413 998 982	3 093 575 218
Novos Investimentos no ano 2020	51 114 446	1 498 032
Variação do endividamento	3,93%	

Não foi possível ao ML cumprir o limite da variação do endividamento (2,0%), devido, essencialmente, à não concretização da conversão de passivo ILD (dívida corrente DGTF), por incorporação em ativo do Estado (operação prevista no PAO 2020), cujo valor previa a redução do financiamento remunerado em 144,6 M€.

4. Prazo Médio de Pagamentos

Quadro 32 – Prazo Médio de Pagamentos

PMP	2020	2019	Variação 2020/2019	
			Valor	%
Prazo (dias)	41	47	-6	-12,8

Quadro 33 – Dívidas Vencidas

Dívidas Vencidas (valores em euros)	Valor (€) 0-90 dias	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	154.415	21	59.220	0	5.293
Aquisições de Capital	7.183	0	563	0	26.691
Total	161.598	21	59.783	0	31.984

Os valores indicados como vencidos a mais de 90 dias referem-se a encontro de contas com outros operadores.



5. Recomendações do Acionista

O acionista, no despacho de aprovação de contas do ano 2019, assinala a necessidade de cumprimento do Artigo 158.º do Decreto-Lei 84/2019, que refere a otimização do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios. Na sequência das orientações do ofício SAI_DGTF/2021/173 – DSPE de 12/01/2021 “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2020”, o ML procede ao detalhe das componentes do referido rácio no ponto 13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais.

No relativo à aplicação do estatuto remuneratório do conselho de administração, que resulta numa diferença na remuneração auferida tendo por referência uma classificação A do ML e a correspondente classificação B, que é atribuída à empresa, é determinada a regularização pelo Despacho de 18 de abril de 2019, emitido pelo Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética, no sentido de ser efetuada a reposição, por parte dos administradores que ainda não a efetuaram.

Desde a data em que foi proferido o despacho acima mencionado, já procederam à reposição total dos montantes correspondentes o Presidente do Conselho de Administração e o Vogal do Conselho de Administração em funções.

Através da deliberação do conselho de administração n.º 1554529, de 8 de janeiro de 2021, foi aprovado:

- Solicitar reembolso correspondente à diferença das remunerações auferidas pelo Administrador do ML, decorrente da alteração das classificações entre empresas de Grupo A e Grupo B, correspondentes ao período entre 27 de maio de 2017 e 30 de setembro de 2018, nos termos do disposto no ponto 2 do Despacho do Ministro do Ambiente e da Transição Energética;
- Apuramento junto da Caixa Geral de Aposentações do valor do crédito e/ou débito existente entre o administrador e o Metropolitano de Lisboa E.P.E., levando em linha de conta os descontos que este efetuou durante o período em que exerceu a função de administrador, considerando a quantia por ele já transferida para a empresa.

6. Remunerações

a) Órgãos Sociais

Conselho de Administração – 01-03-2019 a 31-12-2019

Quadro 34 – Identificação dos membros do Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2)			N.º de mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2019-2021	Presidente	Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	RCM n.º 56/2019	15/03/2019	Não	n.d.	D	1
2019-2021	Vogal 1	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	RCM n.º 56/2019	15/03/2019	Não	n.d.	D	1
2019-2021	Vogal 2	Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	RCM n.º 56/2019	15/03/2019	Não	n.d.	D	1



Quadro 35 – Acumulação de Funções

Membro do CA	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Data de autorização e forma
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	FERCONSULT	Presidente	Público	Ata AG n.º 60 de 09/01/2017
	METROCOM	Presidente	Público	Ata AG n.º 48 de 30/01/2017
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	FERCONSULT	Administrador	Público	Ata AG n.º 60 de 09/01/2017
	METROCOM	Administrador	Público	Ata AG n.º 51 de 14/05/2018
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	FERCONSULT	Administrador	Público	Ata AG n.º 77 de 29/03/2019
	METROCOM	Administrador	Público	Ata AG n.º 52 de 11/03/2019
	TREM A.C.E.	Presidente	Público	Ata AG n.º 30 de 12/04/2019
	TREM II A.C.E.	Presidente	Público	Ata AG n.º 28 de 12/04/2019

Quadro 36 – Estatuto do Gestor Público

Membro do CA	Fixado	Classificação	EGP	
			Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	S	B	4.864,34	1.945,74
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	B	3.891,47	1.556,59
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	S	B	3.891,47	1.556,59

Quadro 37 – Remuneração Anual

Membro do CA	Remuneração Anual - 2020 (€)				
	Fixa	Variável	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Valor Bruto Final
	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)=(3)-(4)
	Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	81.720,96	0,00	81.720,96	4.086,12
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	65.376,72	0,00	65.376,72	3.268,80	62.107,92
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	65.376,72	0,00	65.376,72	3.268,80	62.107,92
			212.474,40	10.623,72	201.850,68

(1) O valor da remuneração **Fixa** corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Quadro 38 – Benefícios Sociais

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	10,35	2.235,60	SNS	20.898,37	583,44	0,00	Seguro acid. trabalho	1.150,14
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	10,35	2.132,10	CGA	16.506,66	583,44	0,00	Seguro acid. trabalho	925,04
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	10,35	2.183,85	SNS	16.740,07	583,44	0,00	Seguro acid. trabalho	925,79
		6.551,55		54.145,10	1.750,32	0,00		3.000,97

Quadro 39 – Encargos com Viaturas

Membro do CA	Encargos com Viaturas - 2020								
	Viatura atribuída [S/N]	Celebração de contrato [S/N]	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (n.º)
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	S	S	45.353,00 €	AOV	2017	2021	618,20 €	5.563,80 €	3
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	S	42.072,00 €	AOV	2017	2021	558,80 €	5.029,20 €	3
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	S	S	41.401,00 €	AOV	2017	2021	555,48 €	4.999,32 €	3

Quadro 40 – Gastos Anuais associados a Deslocações em Serviço

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos			288,05		0,00	288,05
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos			12,25		0,00	12,25
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa			262,75		0,00	262,75
						563,05

Conselho Fiscal
Quadro 41 – Identificação do Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal	N.º de mandatos
			Forma (1)	Data		
2017-2019	Presidente	Dr. José Carlos Pereira Nunes	DC SETF e SEAMB	11/01/2017	1.362,01	2
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Cristina Maria Pereira Freire	DC SETF e SEAMB	11/01/2017	1.021,51	1
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	DC SETF e SEOPTC	11/01/2017	1.021,51	1
2017-2019	Vogal Suplente	Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	DC SETF e SEOPTC	11/01/2017	-	2

(1) De acordo com o Despacho Conjunto de 11 de Janeiro de 2017 do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente.

À data do presente relatório ainda não houve nomeação por despacho conjunto do Governo de novos membros do Conselho Fiscal, pelo que se mantém em funções o Conselho Fiscal designado para o triénio 2017-2019.

Quadro 42 – Remuneração Anual do Conselho Fiscal

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto	Reduções Remuneratórias	Valor Final
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)
Dr. José Carlos Pereira Nunes	19.068,12	0,00	19.068,12
Dra. Cristina Maria Pereira Freire	14.301,19	0,00	14.301,19
Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	14.301,19	0,00	14.301,19
Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	0,00	0,00	0,00
			47.670,50

Revisor Oficial de Contas

Quadro 43 – Identificação do Revisor Oficial de Contas

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade	
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data			Data do contrato
2019-2021	ROC Efetivo	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.,	74	20161409	Despacho	15/10/2019	15/10/2019	5	5
		representada por:							
	Dr. José Luís Areal Alves da Cunha	585	20160240						
	ROC Suplente								
		Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.,	23	20161381					
		representada por:							
		Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	1056	20160668					

Quadro 44 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2019 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2019 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC	27.360,00	0,00	27.360,00		0,00	0,00	0,00

Auditor Externo

Quadro 45 – Identificação do Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	N.º de anos de funções exercidas	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	N.º OROC	N.º CMVM				
BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.	29	20161384	08/02/2021	3 anos	4	4
representada por:						
Dr. António José Correia de Pina Fonseca	949	20160566				

Quadro 46 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Auditor Externo

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2020 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2020 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.	30.540,36	0,00	30.540,36	-	0,00	0,00	0,00

7. Estatuto do Gestor Público

- Em 2019, nos termos dos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, não houve lugar à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento pelos membros do Conselho de Administração, tendo por objetivo a realização de despesas ao serviço da Empresa;
- Não houve lugar a qualquer reembolso de despesas no âmbito do conceito de representação pessoal;



c) Valor de despesas associadas a comunicações:

Quadro 47 – Gastos com Comunicações

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos	80,00	77,72	
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	80,00	69,82	
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	80,00	329,76	
		477,30	

d) Valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Quadro 48 – Gastos anuais associados a viaturas (01-03-2019 a 31-12-2019)

Membro do CA	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens e Parques	Total	Observações
Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos	462,11 €	1.593,99 €	858,50 €	2.452,49 €	
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	369,69 €	2.341,63 €	1.928,43 €	4.270,06 €	
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	369,69 €	1.110,31 €	177,78 €	1.288,09 €	

8. Despesas não documentadas ou confidenciais

O Metropolitano de Lisboa cumpriu o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, RJSPE, e do artigo 11.º do EGP, não tendo realizado despesas não documentadas.

9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

O Metropolitano de Lisboa está comprometido com a promoção de uma política remuneratória transparente, assente na avaliação das componentes dos postos de trabalho e com base em critérios objetivos. Simultaneamente, repudia a desvantagem generalizada e estrutural das mulheres no mercado de trabalho em matéria de remunerações assente num contexto mais abrangente de desigualdades entre os géneros.

Assim, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, o Metropolitano de Lisboa, elaborou e divulgou internamente e disponibilizou no seu *site* o “Relatório sobre Remunerações por Género 2018”, visando diagnosticar e prevenir qualquer diferença remuneratória injustificada que se comprovasse existir na estrutura remuneratória da empresa e nas remunerações pagas a mulheres e a homens.

A elaboração deste relatório foi também uma medida de promoção da igualdade de género na empresa, de eliminação definitiva de qualquer forma de discriminação e para alcançar a plena igualdade de oportunidades entre mulheres e homens.

Neste Relatório o Metropolitano de Lisboa concluiu que não se verificam situações de discriminação salarial por motivos de género. Os critérios de retribuição são comuns a mulheres e a homens, e as diferenças de remuneração não constituem discriminação por se considerarem assentes em critérios objetivos, comuns a mulheres e a homens, nomeadamente, baseados no desenvolvimento de carreira, desempenho, produtividade, assiduidade ou antiguidade.



10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

O Metropolitano de Lisboa possui um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) desde 2009, encontrando-se em vigor a 6.ª edição (2020), dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) de 1 de julho de 2009. O PPRCIC está disponível na página da Internet da empresa.

Anualmente, é elaborado e devidamente publicitado um Relatório de Execução do PPRCIC, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE, onde é indicado o grau de implementação no ano transato das medidas elencadas no mesmo Plano. Em 2020, tal como anteriormente referido, foi elaborado e aprovado o Relatório de Execução do PPRCIC referente a 2019, tendo sido remetido para o CPC bem como para os órgãos de tutela, superintendência e controlo, nos termos da Lei. O referido Relatório encontra-se disponível na página da Internet do Metropolitano de Lisboa.

11. Contratação pública

Em 2020, o ML aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

O ML respeitou igualmente as orientações constantes da Recomendação n.º 1/2015, de 7 de janeiro, do Conselho de Prevenção contra a Corrupção (Tribunal de Contas), transmitidas através do ofício circular n.º 4766, de 10 de Agosto, bem como do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitidas através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010.

A Empresa cumpriu ainda todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente as relativas à auscultação da Agência de Modernização Administrativa nas aquisições de bens e serviços abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de Maio, na redação dada pela Lei n.º 83-C/2014, de 31 de Dezembro, bem como pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 6 de Agosto, bem como nos pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais exigidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de Março e pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, deu ainda cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 66.º da LOE 2020, conjugado com artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho, referente ao pedido de parecer prévio à Parpública - Participações Públicas, SGPS, S. A. e, ainda, à comunicação da contratação de serviços jurídicos externos à JurisAPP e ao pedido prévio à Parpública - Participações Públicas, SGPS, S. A.

Internamente, o ML cumpriu o previsto no Manual do Processo de Compras, tendo ainda sido tramitadas, de forma a promover maior transparência, as pequenas aquisições através de uma aplicação web desenvolvida para o efeito que assegura a confidencialidade das propostas até ao termo do prazo para a sua apresentação.

Foi desenvolvida, no sistema de informação da Empresa, uma Plataforma de registo e gestão dos procedimentos de contratação. Esta plataforma permite o acompanhamento efetivo do estado e o registo das informações relevantes dos procedimentos de contratação tramitados pelo ML (excluindo as pequenas aquisições). Foi igualmente desenvolvido um relatório que permite a consulta e o reporte de indicadores de gestão e de cumprimento de obrigações desses procedimentos.



Para além do cumprimento das regras de contratação, procedeu-se ainda à elaboração e envio de relatórios estatísticos sobre esta matéria para as entidades competentes e outros relatórios de contratação no âmbito de auditorias.

Adicionalmente, foram celebrados em 2020 quatro contratos com valor superior a 5.000.000€ que em cumprimento do CCP e do art.º 47 da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), foram sujeitos a visto prévio desta entidade;

1. Aquisição de material circulante e de sistema de controlo automático dos comboios para a rede do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (1.ª Fase), aguarda visto do Tribunal de Contas;
2. Contrato para a execução da empreitada de projeto e construção dos toscos no âmbito da concretização do Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa – Prolongamento das Linhas Amarela e Verde (Rato – Cais do Sodré), Lote 1: "Execução dos Toscos entre o Término da Estação Rato e a Estação Santos, do PK 0+0 AO PK 1 + 319,729", no âmbito da concretização do Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa – Prolongamento das linhas Amarela e Verde (Rato – Cais do Sodré), obteve o visto prévio do Tribunal de Contas, com a referência 1655/2020, em 26/06/2020;
3. Contrato para a execução da Empreitada de projeto e construção para a Execução dos toscos entre a estação Santos e o término da estação Cais do Sodré, PK 1+319,729 ao PK 1+984,273, Lote 2, no âmbito da concretização do Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa – Prolongamento das linhas Amarela e Verde (Rato – Cais do Sodré), obteve o visto prévio do Tribunal de Contas, com a referência 3363/2020, em 11/02/2020;
4. Empreitada de projeto e construção dos toscos, acabamentos e sistemas no âmbito da concretização do plano de expansão do Metropolitano de Lisboa prolongamento das linhas Amarela e Verde Viadutos do Campo Grande (Lote 3), no âmbito da concretização do Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa – Prolongamento das linhas Amarela e Verde (Rato – Cais do Sodré), obteve o visto prévio do Tribunal de Contas, com a referência 3364/2020, em 12/02/2020.

De salientar, por último, que o Metropolitano de Lisboa em 2020 promoveu a contratação de fornecimento de energia elétrica com agregação de entidades adjudicantes com a CARRIS, da qual resulta uma redução de custos.

12. Sistema Nacional de Compras Públicas

Nesta matéria, desde 2010 que o Metropolitano de Lisboa implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010–2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

De referir que, no âmbito do novo modelo organizacional, a área de Gestão Corporativa responsável pela Logística passou a centralizar os procedimentos de contratação, procurando, sempre que possível, obter as melhores condições na aquisição de bens e serviços, procedendo à contratação com recurso à modalidade de agregação de entidades adjudicantes.



13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

Quadro 49 – Otimização de gastos operacionais

Un.: €

PRC	2020 Exec.	2020 Orç.	2019 Exec.	2018 Exec.	2020/2019 Δ Absol.	2020/2019 Var. %
(0) EBITDA (corrigido)	-30 613 090	-34 113 901	-225 028	-5 210 989	-30 388 063	13504%
(1) CMVMC	2 613 840	3 622 107	3 596 083	6 067 798	-982 243	-27,3%
(2) FSE	36 134 918	37 141 804	36 878 739	34 798 822	-743 821	-2,0%
(3) Gastos com o pessoal	80 231 596	83 203 468	80 056 942	78 806 214	174 654	0,2%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	0	0	0	179 830	0	-
(3.ii) Valorizações remuneratórias	438 678	0	0	3 977 347	438 678	-
(3.iii) Impacto da aplicação dos IRCT	1 137 320	1 151 147	1 173 821	2 437 322	-36 501	-3,1%
(4) Gastos com pessoal para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (3 - 3.i - 3.ii - 3.iii)	78 655 599	82 052 321	78 883 121	72 211 716	-227 522	-0,3%
(5) Impactos da pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais (CMVMC, FSE e G.Pessoal) ^{a)}	1 021 293	774 235	0	0	1 021 293	-
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(4)-(5)	116 383 065	122 041 997	119 357 944	113 078 336	-2 974 879	-2,5%
(7) Volume de negócios (VN) ^{b)}	66 808 955	71 263 636	118 794 598	114 530 094	-51 985 643	-43,8%
(7.1) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19 (+)	48 663 010	31 135 368	0	0	48 663 010	-
(8) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (7 + 7.1)	115 471 964	102 399 004	118 794 598	114 530 094	-3 322 634	-2,8%
(9) Peso dos Gastos/VN = (6)/(8)	100,8%	119,2%	100,5%	98,7%	0,3 p.p.	-
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	7 473	40 200	40 013	84 220	-32 540	-81,3%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (Gastos c/ Pessoal)	2 068	7 920	6 857	13 249	-4 789	-69,8%
(iii) Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	263 774	309 428	292 344	287 846	-28 570	-9,8%
(10) Total = (i) + (ii) + (iii)	273 314	357 548	339 213	385 316	-65 899	-19,4%
(11) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	3 089 203	2 660 283	1 614 032	1 164 824	1 475 171	91,4%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	1 519	1 584	1 458	1 422	61	4%
N.º Órgãos Sociais (OS)	6	6	6	6	0	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	17	17	17	17	0	0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1 496	1 561	1 435	1 399	61	4%
N.º Trabalhadores/N.º CD	88	92	84	82	4	4%
N.º de viaturas	47	41	39	42	8	21%

a) Os impactos das medidas tomadas para fazer face à pandemia COVID-19 estão detalhados no *Quadro 16 - Gastos Operacionais (COVID-19)*.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração (-) e das indemnizações compensatórias (-), bem como dos impactos COVID-19 nas rubricas de Vendas e Serviços Prestados (+), conforme detalhe dos *Quadros 50 e 51*.

c) Os gastos com as viaturas incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Relativamente às medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais, o ofício circular DSPE/DAA/EPNF_NS n.º 3653 de 26.09.2019 determina como princípio financeiro de referência, que em 2020 o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios seja igual ou inferior ao estimado para 2019:

Conforme se poderá constatar no quadro acima, o ML fez um esforço na otimização dos seus recursos, procurando reduzir os seus gastos operacionais por forma a colmatar, mesmo que parcialmente, a acentuada quebra do seu volume de negócios, pelo que, e considerando a perda de receita diretamente relacionada com a pandemia COVID-19, com detalhe nos quadros abaixo, o rácio dos gastos operacionais/volume de negócios é ligeiramente superior face ao verificado em 2019 (+0,3 p.p.). Tal resultado de dois efeitos: por não ter sido considerado qualquer aumento da procura, como seria espectável no período pré-pandemia, nos valores de perda de receita decorrente do surto pandémico, e por não ter sido medida a quebra de receita no mês de março de 2020, que depois do dia 16 sofreu uma redução considerável.

Relativamente ao valor indicado como perda de receita atribuível à COVID-19, o mesmo reparte-se entre Receita Tarifária (face a variações de procura e receita de bilhetes e passes) e Receita não Tarifária (venda de cartões Viva Viagem, Personalização Lisboa Viva, Espaços Comerciais e Publicidade), de acordo com os seguintes pressupostos:



- **Receita Tarifária** – tendo em conta a aplicação do novo modelo tarifário (PART, implementado em Abril de 2019), a análise decorre no período de abril a dezembro.

Conforme se poderá constatar no quadro abaixo, a perda de receita relativa a bilhetes e passes é cerca de 50 M€, compensada parcialmente em 4,9 M€ por pagamentos por conta PART relacionados com a presente perda.

Quadro 50 – Detalhe da perda de receita tarifária atribuível à COVID-19

RECEITA TARIFÁRIA	ABR-DEZ (REAL)		Var 2020/2019	
	2019	2020	Valor	%
Passageiros títulos ocasionais (n.º)	29 846 049	7 066 865	-22 779 184	-76%
Receita de títulos ocasionais (€)	38 702 725 €	8 242 765 €	- 30 459 960 €	-79%
Receita média de títulos ocasionais por passageiro (€)	1,30 €	1,17 €	- 0,13 €	-10,1%
Passageiros Passes (n.º)	98 850 867	38 435 387	-60 415 480	-61%
Receita de passes (€)	38 303 767 €	18 761 405 €	- 19 542 362 €	-51%
Receita média de passes por passageiro (€)	0,39 €	0,49 €	0,10 €	26,0%
Pagamento por Conta ("COVID") PART - Exclui subsídio à exploração			4 889 289 €	
Perda de receita tarifária atribuível à pandemia COVID-19 (Deduzida de compensação PART)			- 45 113 033 €	

- **Receita não Tarifária** – na sequência da redução dos passageiros transportados, as receitas relativas a venda de cartões Viva Viagem, Personalização Lisboa Viva, Espaços Comerciais e Publicidade também sofreram uma perda significativa, quer pelo lado da redução de clientes, quer pela crise económica gerada pelo confinamento entre abril e maio de 2020, com consequências em termos de aumento do desemprego e a redução de hábitos de consumo pela insegurança e incerteza sobre o futuro. O quadro abaixo detalha a perda deste tipo de receita, que foi de aproximadamente 3,5 M€.

Quadro 51 – Detalhe da perda de receita não tarifária atribuível à COVID-19

Unid.: €

RECEITA NÃO TARIFÁRIA	(REAL 2020/2019)		Var 2020/2019	
	Pré-Covid (2019)	Pós-Covid (2020)	Valor	%
Cartões Viva Viagem	3 481 385	1 103 881	-2 377 504	-68%
Personalização LV	383 159	157 201	-225 958	-59%
Espaços Comerciais	2 060 546	1 169 004	-891 542	-43%
Publicidade	1 404 755	1 349 782	-54 973	-4%
Perda de receita tarifária atribuível à pandemia COVID-19			-3 549 976	

A redução dos gastos operacionais em 2,5%, deveu-se a:

- Custo das Matérias Consumidas reduziu 27%, com especial incidência em Materiais (-0,4M€) e Títulos de Transporte (-0,6M€);
- Fornecimentos e Serviços Externos reduziram 2%, essencialmente por maturidade do *leasing*;
- Gastos com pessoal apresentam um acréscimo residual de 0,2%, conforme descrito na Pág.^a 64;



Gastos com Deslocações e Alojamento: registaram um decréscimo de 81%, num ano em que a pandemia obrigou a confinamento e a medidas restritivas no tocante a viagens e estadias;

Os Gastos com Ajudas de Custo são maioritariamente função dos Gastos com Deslocações e Alojamento, pelo que também registam um decréscimo de 70%;

Gastos associados à frota automóvel: apresentam um decréscimo de 10%, registando um decréscimo em todas as suas componentes, com especial incidência na Conservação e Reparação (-13mil€);

Os Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria registaram um incremento de 1,5 M€ decorrente de apoio técnico e jurídico para os projetos de expansão do Rato/Cais do Sodré e de Modernização.

A variação do número de trabalhadores é justificada pela integração de 47 trabalhadores da empresa participada Ferconsult, conforme Despacho n.º 602/2020 – SET e por novas contratações aprovadas.

A variação do número de viaturas deve-se à incorporação das viaturas da Ferconsult no ativo do ML.

14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria

Em 2020, o ML aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

O ML respeitou igualmente as orientações constantes da Recomendação n.º 1/2015, de 7 de janeiro, do Conselho de Prevenção contra a Corrupção (Tribunal de Contas), transmitidas através do ofício circular n.º 4766, de 10 de Agosto, bem como do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitidas através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010.

15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Quadro 52 – Disponibilidades no IGCP

UTE	2020
Disponibilidades em 31-12-2020	101.315.692 €
Depositadas no IGCP	46.467.231 €
Outras	54.848.461 €
Disponibilidades no IGCP [%]	45,9%

Quadro 53 – Disponibilidades na Banca Comercial

Banca Comercial	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
	€	€	€	€
Wilmington Trust	26.501.456	26.501.456	26.501.456	24.966.310
Wells Fargo	31.593.901	31.593.901	31.593.901	29.096.203
Banco Português de Investimento	664.917	648.183	573.015	776.290
Banco Santander Totta	4.255	5.108	1.065	1.431
Caixa Banco Investimento	4.246	4.246	4.246	4.062
Millennium BCP	36.363	1.432	1.758	2.317
Caixa Geral de Depósitos	7.839	1.703	3.119	1.848
Total	58.812.977	58.756.029	58.678.562	54.848.461
Juros auferidos	0	0	0	0



16. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos

- Dívida pública financeira
- Património financeiro público

17. Divulgação de informação no sítio da internet do SEE

Quadro 54 – Informação divulgada *síte* do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data atualização	
Estatutos	S	nov/2020	
Caraterização da Empresa	S	jan/2020	
Função de tutela e acionista	S	jan/2020	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S		
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	jan/2020	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	jan/2020	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	jan/2020	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	jan/2020	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	jan/2020	
Esforço Financeiro Público	S	jan/2020	
Ficha Síntese	S	jan/2020	
Informação Financeira histórica e atual	S	ago/2017	Contas aprovadas de 2014 a 2019
Princípios de Bom Governo	S		
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	nov/2018	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	nov/2018	
- Outras transações	S	nov/2018	
- Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	nov/2018	
Económico	S	nov/2018	
Social	S	nov/2018	
Ambiental	S	nov/2018	
- Avaliação do cumprimento dos Princípios do Bom Governo	S	nov/2018	
- Código de ética	S	nov/2018	

18. Quadro resumo – Cumprimento de Orientações Legais

Quadro 55 – Quadro resumo – Cumprimento de Orientações Legais I

Cumprimento das Orientações Legais – 2020	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S/N/N.A.		
Objetivos de gestão			
Objetivos de gestão definidos para 2020			Pág. 75
Metas a atingir constantes no PAO 2020			
Princípios Financeiros de Referência			
Eficiência Operacional (rácio dos gastos operacionais sobre volume de negócios igual ou inferior ao estimado para 2019)	S	-18,4 p.p.	Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento – Pág. 75
PRC (1) – Gastos c/ Pessoal	S	-4,1%	Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento – Pág. 75
PRC (2) – Encargos com deslocações	S	-80,2%	Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento – Pág. 75
PRC (3) – Frota automóvel	S	-14,8%	Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento – Pág. 75
PRC (4) – Estudos/Pareceres/Consultoria	N	+16,1%	Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento – Pág. 75
Investimento	N	-74,1%	Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento – Pág. 75
Endividamento	N	+2 p.p.	Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento – Pág. 75
Grau de execução do orçamento carregado em SIGO/SOE	S	Receita: 83,9% Despesa: 80,6%	Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento – Pág. 76
Gestão do Risco Financeiro	S	Tx média financiamento: 5,61%	Gestão do Risco Financeiro – Pág. 77
Limites de Crescimento do Endividamento	N	Variação endividamento: 3,30%	Limite de crescimento do endividamento – Pág. 77
Evolução do PMP a fornecedores	S	41 dias	Prazo Médio de Pagamentos – Pág. 77
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	Arrears: 91.788€	Prazo Médio de Pagamentos – Pág. 77
Recomendações do acionista na última prestação de contas	S	Otimização do rácio dos gastos operacionais sobre o VN. Aplicação do estatuto remuneratório do conselho de administração	Recomendações do Acionista – Pág. 78
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	S		Órgãos Sociais – Pág. 78
CA – reduções remuneratórias vigentes em 2020 (se aplicável)	S		Órgãos Sociais – Pág. 78
Fiscalização (CF/ROC/FU) – reduções remuneratórias vigentes em 2020 (se aplicável)	N.A.		Órgãos Sociais – Pág. 80
Auditor Externo – redução remuneratória vigentes em 2020 (se aplicável)	N.A.		Auditor Externo – Pág. 81
EGP – artigo 32.º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		Estatuto do Gestor Público – Pág. 81
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Estatuto do Gestor Público – Pág. 81
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		Estatuto do Gestor Público – Pág. 82
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		Estatuto do Gestor Público – Pág. 82

19. Cumprimento de Orientações Legais II
Quadro 56 – Cumprimento de Orientações Legais II

Cumprimento das Orientações Legais – 2019	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S/N/N.A.		
Despesas não documentadas ou confidenciais – n.º 2 do art.º 16.º do RJSPE e art.º 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Despesas não documentadas ou confidenciais – Pág. 82
Promoção da igualdade entre mulheres e homens – n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2019/02/Plano-para-a-igualdade-entre-Mulheres-e-Homens-2018-2021-site-ML.pdf	Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens – Pág. 82
Elaboração de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2020/10/PPRCIC_ML_FC_2020.pdf	Relatório anual sobre prevenção da corrupção – Pág. 83
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela Empresa	S		Contratação pública – Pág. 83
Aplicação das normas de contratação pública pelas Participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S		Sistema Nacional de Compras Públicas – Pág. 83
Auditorias do Tribunal de Contas	S	Dívida pública financeira Património financeiro público	Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos – Pág. 88
Parque automóvel			
N.º de viaturas	S	Incorporação das viaturas da Ferconsult no ativo do ML	Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais – Pág.º 85
Gastos Operacionais das Empresas Públicas			Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais – Pág. 85
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49.º do DLEO 2019)	N		Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – Pág. 87
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	N	45,9% das disponibilidades totais depositadas no IGCP	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado – Pág. 87
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	N	54.848.461€	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado – Pág. 87
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.		Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado – Pág. 87

8.2 Declarações Finais

Nos termos da Lei, cumpre ao Conselho de Administração declarar que:

- a. Para além dos factos acima referidos, e daqueles que, em maior detalhe, constam da documentação que acompanha as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício de 2020, há que destacar a ocorrência dos seguintes acontecimentos após o termo do exercício:
 - i. O DL n.º 3-C/2021 de 22 de janeiro, que altera as medidas de combate à propagação da doença COVID-19, estabelece um novo período de confinamento obrigatório, e a suspensão imediata das atividade letivas e não letivas. Estas medidas que estiveram em vigor até ao dia 15 de março, tiveram um impacto imediato na atividade do ML, com a redução dos níveis de procura em janeiro e fevereiro, quando comparado com a evolução dos 2 últimos meses de 2020. Apesar de em março de 2021 voltarmos a inverter a curva dos níveis de procura, e a consequente recuperação, mesmo que ligeira, da receita do ML, existem muitas incertezas sobre a recuperação da atividade de serviço de transporte público no presente exercício;
 - ii. Em 15 de fevereiro de 2021, foi celebrado um acordo entre a OTLIS, os seus membros e a Área Metropolitana de Lisboa relativo à fixação da contrapartida devida pela transferência do respetivo património, com exceção dos saldos de contas bancárias e caixa e dos saldos de fornecedores e clientes, para a TML – Transportes e Mobilidade de Lisboa, EMT, S.A., não tendo este facto originado qualquer necessidade de ajustamento no exercício de 2020;
- b. Nos termos do artigo 21º do Decreto-lei n.º 441/91, não existem dívidas em mora à Segurança Social;
- c. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, não houve movimento de compras e vendas de ações próprias ou outras no corrente exercício;
- d. Não ocorreram quaisquer negócios entre os administradores e a sociedade no período em análise.

O Conselho de Administração

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

Lisboa, 22 de junho de 2021



8.3 Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho de Administração, n.º 5, art.º 447 do CSC)

Cumprindo o disposto no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração não eram, à data de 31 de Dezembro de 2020, detentores de quaisquer ações representativas do capital social da sociedade.

O Conselho de Administração

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

Lisboa, 22 de junho de 2021



8.4 Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho Fiscal, n.º 5, art.º 447 do CSC)

Cumprindo o disposto no n.º5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Fiscal não eram, à data de 31 de Dezembro de 2020, detentores de quaisquer ações representativas do capital social da sociedade.

O Conselho Fiscal

Dr. José Carlos Pereira Nunes

Dra. Cristina Maria Pereira Freire

Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda

Lisboa, 22 de junho de 2021



8.5 Demonstrações Financeiras



BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

		Unid. monetária (Euro)	
Rubricas	Notas	31 dezembro 2020	31 dezembro 2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	6	5 390 701 851	5 249 978 288
Ativos fixos tangíveis	7	98 448 584	112 510 800
Propriedades de investimento	8	12 621 462	13 495 310
Ativos intangíveis	9	1 830 425	-
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	10	33 832 449	3 789 301
Outros ativos financeiros	11	54 065 280	58 096 755
Total do ativo não corrente		5 591 500 051	5 437 870 454
Ativo corrente			
Inventários	12	10 836 101	7 737 745
Clientes	13	1 718 818	1 298 272
Estado e outros entes públicos	14	3 815 038	3 049 503
Outros créditos a receber	15	10 929 504	6 939 794
Diferimentos	16	30 388 665	30 434 644
Caixa e depósitos bancários	17	47 271 470	29 729 749
Total do ativo corrente		104 959 596	79 189 707
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração		5 390 701 851	5 249 978 288
Total do ativo afeto à operação		305 757 796	267 081 873
TOTAL DO ATIVO		5 696 459 647	5 517 060 161
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	18	3 413 998 982	3 093 575 218
Reservas legais		21 597	21 597
Outras reservas		1 501 878	1 501 878
Resultados transitados	18	(1 883 675 004)	(1 866 801 728)
Excedentes de revalorização		37 234 076	37 234 076
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	21 e 30	(7 181 254)	2 306 279
		1 561 900 274	1 267 837 320
Resultado líquido do período		(57 131 391)	(16 873 277)
Total do capital próprio		1 504 768 883	1 250 964 043
Passivo			
Passivo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	6	1 946 015 681	2 078 989 938
Provisões	19	40 313 289	55 807 026
Financiamentos obtidos	20	151 382 336	167 145 382
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	21	274 600 485	271 350 648
Outros passivos financeiros	22	43 363 932	58 618 131
Total do passivo não corrente		2 455 675 724	2 631 911 125
Passivo corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	6	1 056 477 888	1 041 099 776
Fornecedores	23	7 230 978	10 118 432
Estado e outros entes públicos	14	3 150 333	3 030 076
Financiamentos obtidos	20	605 259 449	522 801 395
Outras dívidas a pagar	24	63 896 392	57 135 314
Total do passivo corrente		1 736 015 040	1 634 184 993
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração		3 002 493 569	3 120 089 714
Total do passivo afeto à operação		1 189 197 195	1 146 006 403
Total do passivo		4 191 690 764	4 266 096 118
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		5 696 459 647	5 517 060 161
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		O CONTABILISTA CERTIFICADO	
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos		Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva	
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos			
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa			



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unid. monetária (Euro)			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados	25	66 808 955	118 794 598
Subsídios à exploração	26	21 740 836	516 729
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	27	(4 138 648)	(2 411 668)
Trabalhos para a própria entidade		4 652 146	3 102 102
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(2 613 840)	(3 596 083)
Fornecimentos e serviços externos	28	(36 134 918)	(36 878 739)
Gastos com o pessoal	29	(80 231 596)	(80 056 942)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	12	299 936	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13 e 15	313 925	128 641
Provisões (aumentos / reduções)	19	(70 000)	-
Aumentos / reduções de justo valor	11 e 22	16 130 888	24 535 909
Outros rendimentos	30	2 727 645	6 138 668
Outros gastos	31	(6 737 947)	(2 907 862)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(17 252 620)	27 365 353
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7 a 9	(15 179 029)	(19 051 536)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	7 a 9	(318 005)	1 779 952
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(32 749 653)	10 093 768
Juros e gastos similares suportados	32	(24 380 720)	(26 926 463)
Resultado antes de impostos		(57 130 373)	(16 832 694)
Imposto sobre o rendimento do período	33	(1 018)	(40 582)
Resultado líquido do período		(57 131 391)	(16 873 277)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

		Unid. monetária (Euro)								
	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2019		2 543 791 006	21 597	1 501 878	(1 838 909 293)	37 234 076	26 046 904	(27 892 435)	741 793 733	741 793 733
Alterações no período										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2018					(27 892 435)			27 892 435	-	-
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	21						(22 428 842)		(22 428 842)	(22 428 842)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	30						(1 311 783)		(1 311 783)	(1 311 783)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(27 892 435)</u>	<u>-</u>	<u>(23 740 625)</u>	<u>27 892 435</u>	<u>(23 740 625)</u>	<u>(23 740 625)</u>
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2019								(16 873 277)	(16 873 277)	(16 873 277)
Resultado integral								(40 613 902)	(40 613 902)	(40 613 902)
Operações com detentores de capital no período										
Subscrições de capital		549 784 212							549 784 212	549 784 212
		<u>549 784 212</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>549 784 212</u>	<u>549 784 212</u>
Posição em 31 de dezembro de 2019		<u>3 093 575 218</u>	<u>21 597</u>	<u>1 501 878</u>	<u>(1 866 801 728)</u>	<u>37 234 076</u>	<u>2 306 279</u>	<u>(16 873 277)</u>	<u>1 250 964 043</u>	<u>1 250 964 043</u>
Posição em 1 de janeiro de 2020		3 093 575 218	21 597	1 501 878	(1 866 801 728)	37 234 076	2 306 279	(16 873 277)	1 250 964 043	1 250 964 043
Alterações no período										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2019	18				(16 873 277)			16 873 277	-	-
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	21						(8 244 433)		(8 244 433)	(8 244 433)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	30						(1 243 100)		(1 243 100)	(1 243 100)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(16 873 277)</u>	<u>-</u>	<u>(9 487 533)</u>	<u>16 873 277</u>	<u>(9 487 533)</u>	<u>(9 487 533)</u>
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2020								(57 131 391)	(57 131 391)	(57 131 391)
Resultado integral								(66 618 924)	(66 618 924)	(66 618 924)
Operações com detentores de capital no período										
Subscrições de capital	18	320 423 764							320 423 764	320 423 764
		<u>320 423 764</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>320 423 764</u>	<u>320 423 764</u>
Posição em 31 de dezembro de 2020		<u>3 413 998 982</u>	<u>21 597</u>	<u>1 501 878</u>	<u>(1 883 675 004)</u>	<u>37 234 076</u>	<u>(7 181 254)</u>	<u>(57 131 391)</u>	<u>1 504 768 883</u>	<u>1 504 768 883</u>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

Eng.ª Maria Helena Abranches Carrasco Campos

Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

		Unid. monetária (Euro)	
	Notas	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		66 669 577	131 642 096
Pagamentos a fornecedores		(47 940 571)	(28 204 498)
Pagamentos ao pessoal		(82 455 389)	(67 379 748)
Caixa gerada pelas operações		(63 726 382)	36 057 851
Recebimentos do 'Apoio à reposição da oferta de transportes públicos'	26	20 299 084	-
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-	4 340 765
Outros recebimentos / pagamentos		2 125 526	(23 074 619)
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]		(41 301 773)	17 323 996
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		257 345	65 610
Subsídios ao investimento		31 474 692	26 763 683
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(73 905 447)	(11 319 107)
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]		(42 173 409)	15 510 186
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		203 813 049	131 884 780
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		320 423 764	549 784 212
Pagamentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		(216 514 597)	(471 502 576)
Juros e gastos similares		(206 705 313)	(229 508 433)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]		101 016 903	(19 342 018)
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		17 541 721	13 492 165
Caixa e seus equivalentes no início do período		29 729 749	16 237 584
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17	47 271 470	29 729 749

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva



Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

1. Nota introdutória

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante designado por “ML” ou “Empresa”) é uma entidade pública empresarial, constituída em 1949, com sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28, em Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 23 de março de 2015.

O ano de 2020 ficou inevitavelmente marcado pelo impacte causado direta e indiretamente pelo surto de Covid-19, classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e que alastrou também ao nosso País. A Empresa tem vindo a atualizar os seus planos de contingência e a implementar as medidas necessárias de forma a antecipar e mitigar os efeitos adversos e os impactes económicos e financeiros da Pandemia na sua atividade. No entanto, e como seria expectável, os resultados de 2020 foram fortemente abalados por este surto, tendo a procura registado uma diminuição superior a 50% face a 2019 e o volume de negócios um decréscimo de cerca de 44%.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o presente anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 22 de junho de 2021, estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pelas tutelas setorial e financeira, nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

O Conselho de Administração declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nestas demonstrações financeiras foi elaborada em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do ML em 31 de dezembro de 2020 e do seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, para além das presentes demonstrações financeiras individuais, a Empresa está sujeita à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, as quais serão apresentadas separadamente.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações subsequentes e com a republicação efetuada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

O ML não tem obrigatoriedade de aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), uma vez que de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 3º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na redação dada pelo art.º 164º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, doravante DLEO, o subsistema da contabilidade financeira do SNC-AP não se aplica às entidades públicas reclassificadas



(EPR) supervisionadas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), sem prejuízo do cumprimento das disposições relativas ao Plano de Contas Central do Ministério das Finanças, atento o disposto no art.º 26º do DLEO, e à contabilidade orçamental, prevista na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental.

2.2 Derrogações ao SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparabilidade

A informação constante nas demonstrações financeiras é integralmente comparável com a do período anterior, salientando-se as reclassificações efetuadas no balanço e na demonstração das alterações do capital próprio e divulgadas na Nota 5.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

A Empresa efetuou a transição para as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) em 1 de janeiro de 2009, tendo as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCRF sido apresentadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

4.1 Bases de mensuração

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4.2 Atividades de investimento de infraestruturas de longa duração (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos aos ILD em consonância com a interpretação do Decreto-Lei nº 196/1980 de 20 de Junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com



os investimentos em ILD realizados até 31 de Dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de Janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011 a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos aos ILD pelo que o total do balanço da Empresa, naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, ano em que ocorreu o despacho n.º 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados aos ILD no balanço da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados no balanço nas rubricas de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem os seguintes itens:

No ativo:

- As infraestruturas de longa duração (“ILD”) do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de “Transporte de passageiros” e “Gestão de infraestruturas”, as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, os quais são imputados na percentagem de 10% ao valor dos investimentos em curso;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo das ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para fazer face às alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis apresentados na rubrica ILD não se encontram a ser depreciados/amortizados.

No passivo:

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos casos em que o seu justo valor é negativo.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:



- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de Dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, conseqüentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

4.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	
Material circulante de exploração	15 - 28
Material circulante de serviço	20
Outro equipamento básico	12 - 16
Ferramentas e utensílios	5 - 32
Equipamento administrativo	4 - 8



Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate de um ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo, líquida de depreciações acumuladas, sendo reconhecidos em resultados no período em que ocorrem.

4.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as respetivas responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e dedução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período de locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com a locação igualmente numa base linear durante o período de locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

4.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear, de acordo com a seguinte vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Propriedade industrial e outros direitos	3 - 10



4.6 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

4.7 Participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

As participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidas pelo custo e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor ou do empreendedor nos ativos líquidos da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os resultados do investidor ou empreendedor incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição ao valor do investimento financeiro.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a participada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.



4.8 Imparidade de ativos não correntes

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.9 Gastos com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

4.10 Inventários

Os inventários são mensurados pelo menor de entre o custo e o valor realizável líquido. As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.



4.11 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) custo amortizado menos perdas de imparidade e (ii) justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

i. (i) Custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados “ao custo amortizado menos perdas por imparidade” os ativos financeiros que satisfaçam as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas



despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de “Outras dívidas a pagar”.

ii. (ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados.

Nesta categoria incluem-se (i) os colaterais dados como garantia dos financiamentos, registados na rubrica do ativo ‘Outros ativos financeiros’; (ii) os instrumentos financeiros derivados, registados na rubrica do passivo ‘Outros passivos financeiros’, os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

De acordo com o descrito, os ativos e passivos financeiros foram classificados como segue:

Ativos financeiros	Notas	2020		2019	
		Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não corrente					
Outros ativos financeiros	11	54 065 280	-	58 096 755	-
		54 065 280	-	58 096 755	-
Corrente					
Clientes	13		1 718 818	-	1 298 272
Estado e outros entes públicos	14		3 815 038	-	3 049 503
Outros créditos a receber	15		10 929 504	-	6 939 794
Caixa e depósitos bancários	17		47 271 470	-	29 729 749
			-	-	41 017 318
		54 065 280	63 734 831	58 096 755	41 017 318

Passivos financeiros	Notas	2020		2019	
		Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não corrente					
Financiamentos obtidos	20	-	151 382 336	-	167 145 382
Outros passivos financeiros	22	43 363 932	-	58 618 131	-
		43 363 932	151 382 336	58 618 131	167 145 382
Corrente					
Fornecedores	23	-	7 230 978	-	10 118 432
Estado e outros entes públicos	14	-	3 150 333	-	3 030 076
Financiamentos obtidos	20	-	605 259 449	-	522 801 395
Outras dívidas a pagar	24	-	63 896 392	-	56 894 446
			-	-	592 844 350
		43 363 932	830 919 489	58 618 131	759 989 732

4.12 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica de 'Financiamentos obtidos'.

4.13 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

4.14 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.15 Benefícios pós-emprego

Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.



Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente no capital próprio.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- Pré-reformas.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de dezembro de 2020. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos participados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos.

4.16 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviço público de transporte público resulta da repartição das receitas provenientes da venda dos títulos que permitem o acesso ao modo operado pela Metropolitano de Lisboa, E.P.E.. É reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

Até 31 de março de 2019, o sistema tarifário em vigor na Área Metropolitana de Lisboa (AML) apresentava uma significativa diversidade de títulos de transporte, sendo validos os seguintes tipos de títulos no serviço prestado pelo ML:

- Passes intermodais – Títulos de validade mensal, as receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afetas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pela AML, tendo por referência as quotas determinadas pelo inquérito de tráfego realizado em 2007.
- Passes combinados – Títulos combinados com outros operadores com quotas definidas conforme protocolos estabelecidos.
- Viagens Ocasionais/Zapping – Títulos combinados com outros operadores e válidos para um número de viagens pré-estabelecido. A receita da venda destes títulos é repartida em função das utilizações registadas em cada operador, à exceção do bilhete Carris/ML 24 horas que tem quota definida.

No primeiro trimestre de 2019, o rédito relativo ao serviço público de transporte foi determinado nos termos descritos nos pontos acima.

No início do mês de abril de 2019, entrou em vigor o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), nos termos previstos da Lei do Orçamento de Estado 2019 (Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro) e de acordo com o Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março.



O PART criou um “passe único metropolitano” comum a todos os operadores de transporte que operavam na AML determinado, conseqüentemente, o fim da quase totalidade dos passes intermodais e combinados. Os novos passes “municipal” e “metropolitano” são disponibilizados a preços significativamente inferiores, para estimular a procura de transporte público. O programa PPART simplificou igualmente o processo de apuramento mensal do rédito, estabelecendo que:

- As receitas da venda dos passes PART são da titularidade dos operadores que realizam a venda;
- A AML paga aos operadores compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público, de acordo com o modelo definido no Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março, que garante a manutenção do equilíbrio financeiro dos Operadores, assegurando que não têm perda de receita face a um valor de referência pré-estabelecido;
- O valor dos pagamentos por conta mensais é estabelecido trimestralmente, corresponde à diferença entre os montantes recebidos (receitas de vendas e subsídios do Estado) e o valor de referência estimado para cada Operador;
- O modelo define igualmente regras para a distribuição dos benefícios resultantes de um acréscimo (*upside*) da receita global do sistema de transportes da AML, decorrente de um aumento sustentado da utilização do transporte público, favorecendo os operadores com maior crescimento de procura;
- O cálculo do valor definitivo das compensações de cada Operador, tendo em conta o montante total real das vendas e validações realizadas no conjunto dos operadores da AML, é efetuado no primeiro trimestre do ano seguinte.

As compensações tarifárias não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à Empresa, para compensar a utilização de transporte público por portadores de títulos de transporte com tarifa reduzida, as quais são registadas no exercício em que são atribuídas.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

4.17 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A Empresa não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e a provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a depreciações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e a mais-valias fiscais com tributação diferida.

4.18 Classificação do balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de relato, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.



4.19 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

País	Moeda	Cotação média 2020	Cotação final 31/12/2020	Cotação média 2019	Cotação final 31/12/2019
Estados Unidos da América	USD	1,14	1,23	1,12	1,12
Reino Unido	GBP	0,89	0,90	0,88	0,85

Fonte: Banco de Portugal

4.20 Regime do acréscimo (periodização económica)

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.21 Política de gestão de risco

No desenvolvimento da sua atividade a Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Empresa é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é controlada pelo departamento financeiro da Empresa, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de crédito.

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional da Empresa é desenvolvida em Portugal e conseqüentemente a grande maioria das suas transações são mantidas em Euros. A política de cobertura deste risco específico passa por evitar na medida, do possível, a contratação de serviços expressos em divisas estrangeiras.



b) Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas de forma adequada, gerindo os excessos e défices de liquidez, sendo cobertas por financiamentos avalizados pelo Estado Português ou por este concedidos através de indemnizações compensatórias não reembolsáveis e dotações de capital.

c) Risco de taxa de juro

As receitas e “*cash-flows*” da Empresa são influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades da Empresa e os eventuais financiamentos concedidos, se encontram dependentes da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

Análise de sensibilidade da taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros derivados existentes à data de relato. Para os ativos e passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o montante de juros a receber ou a pagar, dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis e, no caso de taxas fixas contratadas no período em análise, as alterações da taxa de juro afetam também esta componente;
- As alterações nas taxas de juro do mercado só influenciam o montante de juro a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros com taxa fixa, se os mesmos forem registados pelo seu justo valor;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o justo valor dos derivados;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros é estimado descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano; e,
- Para efeitos da análise de sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

As análises de sensibilidade pressupõem a alteração de uma variável mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar correlacionadas.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 1% nas taxas de mercado para os instrumentos financeiros derivados, a 31 de dezembro de 2020, resultaria respetivamente num aumento de 1.120.562 euros e numa diminuição de 1.124.062 euros no resultado antes de imposto.

4.22 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das presentes demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das



demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis e análise de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- b) Perda por imparidade de contas a receber – são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
- c) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – no final de cada exercício é determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados;
- d) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de pensões e preparada pelo atuário.

4.23 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“*non adjusting events*”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5. Reclassificação de informação comparativa

Conforme disposto nas Bases para a apresentação de demonstrações financeiras (BADF), constantes no ponto 2 do Anexo ao Sistema de Normalização Contabilística, “os itens de natureza ou função dissemelhante devem ser apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais”. Desta forma, procedeu-se à reclassificação das seguintes quantias comparativas no balanço e na demonstração das alterações no capital próprio:

Balanço	31-dez-2019	
	Reclassificado	Publicado
Capital próprio		
Resultados transitados	(1 866 801 728)	(1 796 686 034)
Excedentes de revalorização	37 234 076	-
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	2 306 279	(30 575 339)
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar	57 135 314	56 894 446
Diferimentos	-	240 867

Demonstração das alterações no capital próprio

	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio
2019 (Publicado)			
Posição em 1 de Janeiro de 2019	(1 768 793 599)		(6 834 715)
2019 (Reclassificado)			
Posição em 1 de Janeiro de 2019	(1 838 909 293)	37 234 076	26 046 904

6. Investimentos de infraestruturas de longa duração

O saldo apresentado na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, tendo a seguinte decomposição por rubricas de ativos e passivos:

	Notas	31-dez-2020	31-dez-2019
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6.1	3 156 568 295	3 136 289 617
Propriedades de investimento	6.2	1 804 209	1 804 209
Ativos intangíveis	6.3	7 276 591	7 174 558
Outros ativos financeiros	6.4	13 650 808	14 539 323
Clientes	6.5	2 041 708	-
Conta a receber do Estado	6.6	3 210 869 766	3 088 856 357
Subsídios	6.7	(1 001 509 526)	(998 685 776)
		5 390 701 851	5 249 978 288
Total do ativo		5 390 701 851	5 249 978 288
Passivo não corrente			
Provisões	6.8	6 190 197	13 154 246
Financiamentos obtidos	6.9	1 701 605 301	1 768 933 661
Outros passivos financeiros	6.4	238 220 183	296 902 031
		1 946 015 681	2 078 989 938
Passivo corrente			
Fornecedores	6.10	3 222 914	1 746 492
Financiamentos obtidos	6.9	969 097 803	981 165 999
Outras dívidas a pagar	6.11	84 157 171	58 187 285
		1 056 477 888	1 041 099 776
Total do passivo		3 002 493 569	3 120 089 714
Total ILD líquido		2 388 208 282	2 129 888 574



6.1 Ativos fixos tangíveis

31 de dezembro de 2020						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	13 511 055	2 653 301 758	450 151 959	18 662 425	1 259 504	3 136 886 699
Aquisições	-	727 141	718 908	17 390 120	1 504 010	20 340 179
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	8 765 829	8 240 692	(16 830 492)	(54 580)	121 448
Abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final	13 511 055	2 662 794 728	459 111 558	19 222 052	2 708 934	3 157 348 327
Perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	597 082	-	-	-	597 082
Aumentos	-	185 650	-	-	-	-
Reversões	-	(2 700)	-	-	-	(2 700)
Saldo final	-	780 032	-	-	-	780 032
Total do ativo fixo tangível líquido (ILD)	13 511 055	2 662 014 696	459 111 558	19 222 052	2 708 934	3 156 568 295

31 de dezembro de 2019						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	13 511 055	2 652 172 388	448 459 130	8 717 934	1 669 598	3 124 530 105
Aquisições	-	790 827	1 176 372	10 942 596	(410 094)	12 499 700
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	338 544	516 456	(998 106)	-	(143 106)
Abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final	13 511 055	2 653 301 758	450 151 959	18 662 425	1 259 504	3 136 886 699
Perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	597 082	-	-	-	597 082
Aumentos	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	597 082	-	-	-	597 082
Total do ativo fixo tangível líquido (ILD)	13 511 055	2 652 704 675	450 151 959	18 662 425	1 259 504	3 136 289 617

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 na rubrica de “Ativos fixos tangíveis – Edifícios e outras construções e Equipamento básico”, no montante de 1.446.050 euros, referem-se essencialmente a intervenções no âmbito de remodelações e modernização das Linha Azul e Vermelha, nos montantes de 611.671 euros e 253.271 euros, respetivamente.

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso – Edifícios e outras construções”, no montante de 11.542.900 euros, referem-se essencialmente a intervenções no âmbito de remodelações e modernização na Linha Verde e ao empreendimento da Linha Circular, nos montantes de 4.869.962 euros e 4.470.303 euros, respetivamente, e na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso – Equipamento básico”, no montante de 5.268.282 euros, a remodelações e modernização da rede ML e intervenções para a garantia de acessibilidades a pessoas de mobilidade reduzida, nos montantes de 4.702.649 euros e 563.483 euros, respetivamente.

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para a rubrica de Ativo fixo tangível, no montante de 17.006.521 euros, referem-se essencialmente à conclusão de intervenções no âmbito de remodelações e modernização das Linha Vermelha e Verde.



As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 na rubrica de “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis”, no montante de 1.504.010 euros, referem-se a um adiantamento concedido no âmbito do empreendimento da Linha Circular.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram capitalizados os seguintes gastos departamentais no custo dos ativos fixos tangíveis:

	2020			2019		
	Ativo fixo tangível (AFT)	AFT em curso	Total	Ativo fixo tangível (AFT)	AFT em curso	Total
Gastos departamentais	-	3 907 206	3 907 206	541 574	2 479 108	3 020 682
	-	3 907 206	3 907 206	541 574	2 479 108	3 020 682

6.2 Propriedades de investimento

	31 de dezembro de 2020					31 de dezembro de 2019				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Praça General Humberto Delgado	1 804 209	-	-	1 804 209	7 543 032	1 804 209	-	-	1 804 209	8 160 981
	1 804 209			1 804 209	7 543 032	1 804 209			1 804 209	8 160 981

6.3 Ativo intangível

	31 de dezembro de 2020			
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial		5 138 543	2 019 827	16 188
Aquisições		-	-	106 237
Transferências		-	-	(4 204)
Saldo final		5 138 543	2 019 827	118 221
Total do ativo intangível bruto (ILD)		5 138 543	2 019 827	118 221

	31 de dezembro de 2019			
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial		4 939 157	2 019 827	15 818
Aquisições		187 771	-	11 984
Transferências		11 615	-	(11 615)
Saldo final		5 138 543	2 019 827	16 188
Total do ativo intangível bruto (ILD)		5 138 543	2 019 827	16 188

Gastos capitalizados AI	2020			2019		
	Ativo Intangível (AI)	AI em curso	Total	Ativo Intangível (AI)	AI em curso	Total
Gastos departamentais	-	16 137	16 137	44 149	2 818	46 966
	-	16 137	16 137	44 149	2 818	46 966

6.4 Outros ativos e passivos financeiros

Nesta rubrica incluem-se os *swap* de taxa de juro relacionados com os financiamentos obtidos para fazer face aos investimentos em infraestruturas de longa duração. A discriminação por contrato de *swap* é a seguinte:

Outros ativos financeiros

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2020	31-dez-2019
40#METLIS CGDBI Jun2022	CGDBI	15/06/2022	12 545 916	29 596 079	420 000	1 215 000
66#METLIS CGDBI Dez2026	CGDBI	04/12/2026	100 000 000	100 000 000	13 230 808	13 324 323
					13 650 808	14 539 323

Outros passivos financeiros

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2020	31-dez-2019
20#METLIS BBVA Jun2020	BBVA	15/06/2020	33 751 997	-	-	15 438
32#METLIS BSN Jun2022	BSN	15/06/2022	40 000 000	18 666 667	1 155 422	1 998 243
38#METLIS BSN Jun2022	BSN	15/06/2022	4 280 559	59 192 158	58 263 897	166 077 933
52#METLIS BSN Jul2024	BSN	22/07/2024	100 000 000	100 000 000	21 409 134	23 994 281
58#METLIS ML Dez2026	ML	04/12/2026	30 000 000	30 000 000	79 202 910	52 491 443
59#METLIS CGD Dez2026	CGD	04/12/2026	30 000 000	30 000 000	78 188 820	52 324 693
					238 220 183	296 902 031

6.5 Clientes

Esta rubrica inclui, em 31 de dezembro de 2020, um montante de 2.041.708 euros referente a uma multa contratual debitada na sequência de atrasos na entrega da empreitada de ampliação e remodelação da estação do Areeiro, a qual deverá ser regularizada através de um acordo extrajudicial.



6.6 Conta a receber do Estado

Esta rubrica inclui os gastos, deduzidos de eventuais rendimentos, associados às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, tendo a seguinte decomposição:

	31-dez-2020	31-dez-2019
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	289 555 301	289 555 301
Juros, taxa de aval e imposto de selo	2 668 112 090	2 481 786 542
Gastos de emissão	20 230 150	20 230 150
Instrumentos financeiros derivados	224 569 375	282 362 708
Fornecimentos e serviços externos	2 563 836	2 563 836
Provisões	8 554 197	13 214 246
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	780 032	597 082
Perdas por imparidade em dívidas a receber	-	2 041 708
Alienação terreno	(3 495 216)	(3 495 216)
	3 210 869 766	3 088 856 357

Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF

Até 2009, os encargos financeiros suportados com as ILD que não foram passíveis de ser capitalizados nas mesmas encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração dos resultados. Com efeitos no exercício de 2010 (reexpresso), no decurso da transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os poder acrescer à rubrica de “Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração – Gastos de empréstimos”, seguindo o princípio descrito na Nota 3.13 relativamente aos encargos financeiros no montante de, aproximadamente, 1.017.000.000 euros incorridos entre 1995 e 2008, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. Contudo, e no que respeita aos encargos financeiros incorridos anteriores a 1995, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 289.555.301 euros que permitiu saldar as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009, como sendo a estimativa possível, àquela data, dos juros e outros encargos incorridos e anteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados até 1995.

Fornecimentos e serviços externos

Na sequência de um processo que decorreu num Tribunal de Londres, interposto por uma instituição financeira ao Estado Português, no exercício de 2016 foram reconhecidos os honorários com advogados relativos aos instrumentos financeiros derivados que se encontravam afetos à atividade de ILD, no montante global de 2.563.836 euros.

Alienação terreno

Esta sub-rubrica inclui o rendimento registado com a transferência para o Estado Português, através de dação em cumprimento, da parcela de terreno integrada no Terminal Fluvial do Cais do Sodré.



6.7 Subsídios

	31-dez-2020	31-dez-2019
FEDER	(229 464 397)	(229 464 397)
PIDDAC	(183 839 717)	(183 839 717)
Fundo Coesão	(379 786 103)	(376 640 062)
Fundo Ambiental	(3 853 912)	(4 176 205)
Subsídios diversos	(204 565 396)	(204 565 396)
	(1 001 509 526)	(998 685 776)

6.8 Provisões

Esta rubrica inclui os movimentos (constituição/utilização/reversão) com provisões para processos judiciais em curso relacionados com ILD.

6.9 Financiamentos obtidos

	Entidade financiadora	31 de dezembro de 2020				31 de dezembro de 2019			
		Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas:									
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110 000 000	-	110 000 000	110 000 000	-	110 000 000	110 000 000	
Emissão Metro 2026	JP Morgan	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	
Emissão Metro 2027	BNPP	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	
				- 910 000 000	910 000 000		- 910 000 000	910 000 000	
Empréstimos bancários:									
ML III	BEI	54 867 769	-	-	-	54 867 769	3 009 084	-	3 009 084
ML II/B	BEI	99 759 579	-	-	-	99 759 579	6 650 639	-	6 650 639
ML II/C	BEI	54 867 769	3 657 851	1 828 926	5 486 777	54 867 769	3 657 851	5 486 777	9 144 628
ML I/3	BEI	124 699 474	21 204 453	-	21 204 453	124 699 474	25 968 000	21 204 453	47 172 453
ML I/3B	BEI	74 819 685	23 504 930	10 630 313	34 135 243	74 819 685	27 229 023	34 135 243	61 364 266
ML V/A	BEI	150 000 000	-	-	-	150 000 000	150 000 000	-	150 000 000
ML V/B	BEI	80 000 000	80 000 000	-	80 000 000	80 000 000	-	80 000 000	80 000 000
ML V/C	BEI	80 000 000	11 496 724	68 503 276	80 000 000	80 000 000	-	80 000 000	80 000 000
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507 957 564	253 978 782	-	253 978 782	507 957 564	253 978 782	-	253 978 782
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237 747 877	178 310 908	-	178 310 908	237 747 877	178 310 908	-	178 310 908
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282 974 244	282 974 244	-	282 974 244	282 974 244	282 974 244	-	282 974 244
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF (parte)	17 158 204	8 579 102	8 579 102	17 158 204	17 158 204	5 719 401	11 438 803	17 158 204
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF (parte)	262 008 399	87 336 133	174 672 266	262 008 399	262 008 399	43 668 066	218 340 332	262 008 399
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF (parte)	108 328 053	18 054 675	90 273 377	108 328 053	108 328 053	-	108 328 053	108 328 053
Emp. LP 154,51 M EUR	DGTF (parte)	137 118 041	-	137 118 041	137 118 041				
			969 097 803	491 605 301	1 460 703 104		981 165 999	558 933 661	1 540 099 660
Outros empréstimos obtidos:									
Schuldschein	ABN AMRO	300 000 000	-	300 000 000	300 000 000	300 000 000	-	300 000 000	300 000 000
				- 300 000 000	300 000 000			- 300 000 000	300 000 000
Total de empréstimos obtidos			969 097 803	1 701 605 301	2 670 703 104		981 165 999	1 768 933 661	2 750 099 660

O empréstimo por obrigações “Metro 2025” foi contraído em a 23 de dezembro de 2010 por um período de quinze anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.



O empréstimo por obrigações “Metro 2026” foi contraído em 4 de dezembro de 2007 por um período de vinte anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Inglesa.

O empréstimo por obrigações “Metro 2027” foi contraído em 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos “bullet”, à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 32.584.270 euros, dos quais 17.158.204 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2019.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 421.973.931 euros, dos quais 262.008.399 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2020.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 131.884.780 euros, dos quais 108.328.053 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2021.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 154.513.049 euros, dos quais 137.118.041 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2022.

Desde 30 de novembro de 2014, tem sido sucessivamente autorizado o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos contraídos com a DGTF acima enunciados, sem cobrança de juros, tendo a última moratória sido autorizada através do Despacho n.º 962/2020-SET, de 30 de dezembro, com diferimento para 31 de maio de 2021.



Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos por obrigações classificados como não corrente, têm o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2022	168 397 964
2023	87 435 449
2024	387 435 449
2025 e seguintes	1 058 336 438
	1 701 605 301

Em 31 de dezembro de 2020, os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao “rating” da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

CONTRATO	Montante em dívida a 31-12-2020 (€)	PRAZO	NEGATIVE PLEDGE (SIM / NÃO)	PARI PASSU (SIM / NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM / NÃO)	RATING DOWNGRADE (SIM/NÃO)	GROSS UP (SIM / NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS / IMPOSTO DO SELO (SIM/NÃO)	OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁRIOS
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 7 de Setembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (“ML III”), alterado em 10 de Março de 2006	0,00	15 de Junho de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 18 de Dezembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (“ML II/B”)	0,00	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 28 de Outubro de 1996, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (“ML V/3”), alterado em 10 de Março de 2006	21 204 453,45	15 de Setembro de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (“ML I/3 B”), alterado em 10 de Março de 2006	34 135 243,18	15 de Setembro de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 14 de Julho de 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (“ML II/C”)	5 486 776,84	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 23 de Fevereiro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (“ML V/A”), alterado em 10 de Março de 2006	0,00	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 19 de Dezembro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (“ML V/B”), alterado em 10 de Março de 2006	80 000 000,00	15 de Junho de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 9 de Maio de 2003, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (“ML V/C”), alterado em 10 de Março de 2006	80 000 000,00	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de Julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300 000 000,00	20 de Julho de 2024	SIM (cfr. Anexo D)	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026 JP Morgan Securities Ltd / Dezembro 2006, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400 000 000,00	2026	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027 BNP Paribas / Dezembro 2007, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400 000 000,00	2027	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
TOTAL	1 320 826 473									

6.10 Fornecedores

A rubrica de fornecedores é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito de obras efetuadas com a continuação da política de expansão e modernização/remodelação da rede.

6.11 Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é composta pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do período seguinte, bem como pela parte dos subsídios ao investimento recebidos ainda sem despesa executada.

7. Ativos fixos tangíveis

31 de dezembro de 2020									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo									
Saldo inicial	20 967 185	215 329 854	497 212 042	129 208	24 723 036	24 458 741	1 559 888	29 973	784 409 927
Aquisições	-	37 760	445 043	-	373 017	74 677	4 191 610	-	5 122 108
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	977 165	1 809 081	-	(2 282 811)	(3 056 476)	(2 808 523)	-	(5 361 564)
Abates	-	-	(976 421)	-	(25 361)	-	-	-	(1 001 782)
Saldo final	20 967 185	216 344 779	498 489 746	129 208	22 787 881	21 476 942	2 942 975	29 973	783 168 689
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	-	(207 420 149)	(426 361 129)	(129 208)	(21 914 840)	(15 943 282)	-	-	(671 768 609)
Depreciações do período	-	(725 951)	(12 810 445)	-	(538 751)	(382 716)	-	-	(14 457 864)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	705 464	-	-	-	705 464
Abates	-	-	777 291	-	23 612	-	-	-	800 903
Saldo final	-	(208 146 100)	(438 394 283)	(129 208)	(21 724 515)	(16 325 998)	-	-	(684 720 106)
Perdas por imparidade									
Saldo inicial	-	(130 518)	-	-	-	-	-	-	(130 518)
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	130 518	-	-	-	-	-	-	130 518
Saldo final	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	20 967 185	8 198 679	60 095 462	-	1 063 366	5 150 944	2 942 975	29 973	98 448 584

31 de dezembro de 2019									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo									
Saldo inicial	20 967 185	215 107 273	496 438 101	157 373	23 395 785	24 379 583	77 284	29 973	780 552 557
Aquisições	-	222 581	585 783	-	1 491 376	90 411	1 582 329	-	3 972 479
Alienações	-	-	(3 281)	(28 165)	-	-	-	-	(31 446)
Transferências	-	-	242 831	-	(585)	585	(99 725)	-	143 106
Abates	-	-	(51 391)	-	(163 540)	(11 837)	-	-	(226 769)
Saldo final	20 967 185	215 329 854	497 212 042	129 208	24 723 036	24 458 741	1 559 888	29 973	784 409 927
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	-	(203 377 994)	(413 624 285)	(157 373)	(21 143 334)	(15 132 909)	-	-	(653 435 894)
Depreciações do período	-	(4 042 155)	(12 791 517)	-	(935 047)	(822 211)	-	-	(18 590 929)
Alienações	-	-	3 281	28 165	-	-	-	-	31 446
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	51 391	-	163 540	11 837	-	-	226 769
Saldo final	-	(207 420 149)	(426 361 129)	(129 208)	(21 914 840)	(15 943 282)	-	-	(671 768 609)
Perdas por imparidade									
Saldo inicial	-	(130 518)	-	-	-	-	-	-	(130 518)
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	(130 518)	-	-	-	-	-	-	(130 518)
	20 967 185	7 779 187	70 850 912	-	2 808 196	8 515 459	1 559 888	29 973	112 510 800

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 4.191.610 euros, referem-se essencialmente a intervenções de “meio de vida útil” do material circulante de exploração e de obras de readaptação das instalações administrativas do PMOIII, nos montantes de 1.847.677 euros e 1.550.949 euros, respetivamente.

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 na rubrica “Equipamento administrativo”, no montante de 2.282.811 euros, referem-se essencialmente à reclassificação de um conjunto de ativos para a rúbrica de “Ativos fixos intangíveis – Propriedade industrial e outros direitos”.

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 na rubrica “Outros ativos fixos tangíveis”, no montante de 3.056.476 euros, referem-se ao desreconhecimento de um conjunto de peças de reserva para a rúbrica de inventários.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram capitalizados os seguintes gastos departamentais no custo dos ativos fixos tangíveis:

	2020			2019		
	Ativo fixo tangível (AFT)	AFT em curso	Total	Ativo fixo tangível (AFT)	AFT em curso	Total
Gastos departamentais	-	710 479	710 479	3 987	-	3 987
	-	710 479	710 479	3 987	-	3 987

8. Propriedades de investimento

	31 de dezembro de 2020					31 de dezembro de 2019				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	22 094 744	9 544 255	3 573 227	8 977 262	9 339 900	22 064 892	9 102 772	3 124 704	9 837 416	10 229 500
Praça General Humberto Delgado	22 309 373	18 665 173	-	3 644 200	93 270 968	22 309 373	18 651 479	-	3 657 894	100 912 019
	44 404 117	28 209 428	3 573 227	12 621 462	102 610 868	44 374 266	27 754 252	3 124 704	13 495 310	111 141 519

Os imóveis arrendados a terceiros detidas pela Empresa referem-se a 34 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede e por edifício de escritórios em Lisboa, os quais se encontram a ser depreciados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento teve por base uma avaliação por uma entidade especializada e independente.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31 de dezembro de 2020				31 de dezembro de 2019			
	Rendimentos de rendas (Nota 30)	Gastos diretos	Depreciações do período	Resultado	Rendimentos de rendas (Nota 30)	Gastos diretos	Depreciações do período	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	593 215	148 921	441 482	2 811	476 684	38 286	441 325	(2 926)
Praça General Humberto Delgado	-	213 046	13 694	(226 740)	-	174 199	19 534	(193 733)
	593 215	361 967	455 176	(223 929)	476 684	212 485	460 859	(196 660)



9. Ativos intangíveis

	31 de dezembro de 2020		
	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos fixos intangíveis em curso	Total
Ativo			
Saldo inicial	-	-	-
Aquisições	493 575	2 400	495 975
Transferências	2 305 902	-	2 305 902
Saldo final	2 799 477	2 400	2 801 877
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial	-	-	-
Amortizações do período	(265 988)	-	(265 988)
Transferências	(705 464)	-	(705 464)
Saldo final	(971 452)	-	(971 452)
	1 828 025	2 400	1 830 425

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 na rubrica de “Ativos intangíveis – Propriedade industrial e outros direitos”, no montante de 2.305.902 euros, referem-se à reclassificação de um conjunto de ativos que se encontravam reconhecidos como *software* na rubrica de ativos fixos tangíveis.

10. Participações financeiras

	31 de dezembro de 2020		
	Participação	Capital próprio	Investimento financeiro
Subsidiárias			
Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	100%	(1 094 030)	- (a)
Metrocom – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	100%	3 245 528	3 245 528
TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	90%	(49 755 315)	30 244 685 (b)
TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	90%	(112 146 268)	- (c)
Associadas			
Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	40%	(582 874)	- (a)
Empreendimentos conjuntos			
OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	14,29%	2 395 655	342 236
Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	5%	(364 604)	- (a)
			33 832 449

31 de dezembro de 2019			
	Participação	Capital próprio	Investimento financeiro
Subsidiárias			
Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	100%	(1 379 788)	- (a)
Metrocom - Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	100%	3 222 997	3 222 997
TREM - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	90%	(50 349 398)	- (c)
TREM II - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	90%	(117 693 721)	- (c)
Associadas			
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	40%	99 102	39 641
Empreendimentos conjuntos			
OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	14,29%	3 686 643	526 663
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	5%	(57 559)	- (a)
			3 789 301

Notas:

- (a) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo reconhecida na rubrica 'Provisões'.
- (b) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo, assumida a 100% na empresa-mãe, ajustada do reconhecimento de uma perda por imparidade de uma conta a receber de 50 M€ relativa ao reembolso pelo ML, enquanto fiador das obrigações do TREM, da última prestação do contrato de mútuo celebrado pelo ACE com uma entidade bancária, e da uniformização das demonstrações financeiras do TREM com as políticas contabilísticas do Grupo, nomeadamente quanto à depreciação do material circulante registado no seu ativo pelo método das quotas constantes.
- (c) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo, assumida a 100% pela empresa-mãe e reconhecida na rubrica 'Provisões', ajustada pela uniformização das demonstrações financeiras do ACE com as políticas contabilísticas do Grupo, nomeadamente quanto à depreciação do material circulante registado no seu ativo pelo método das quotas constantes.

11. Outros ativos financeiros

	31-dez-2020	31-dez-2019
Bank of America Leasing & Capital, LCC - Colateral		
Saldo inicial	31 593 901	30 197 168
Variação justo valor	172 245	816 122
Diferenças cambiais	(2 669 943)	580 611
Saldo final	29 096 203	31 593 901
Wilmington Trust - Colateral		
Saldo inicial	26 501 456	25 220 545
Variação justo valor	704 444	795 987
Diferenças cambiais	(2 239 590)	484 924
Saldo final	24 966 310	26 501 456
Fundo Compensação Trabalho	2 767	1 397
Total	54 065 280	58 096 755

Em resultado das descidas do “rating” atribuído à Empresa, foi necessária a constituição de dois colaterais em 2009 e 2013, o primeiro a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC e o segundo a favor da Wilmington Trust.



12. Inventários

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Materiais	9 144 951	-	9 144 951	6 633 772	(299 936)	6 333 836
Ferramentas	48 844	-	48 844	24 601	-	24 601
Produtos de limpeza	24 358	-	24 358	28 083	-	28 083
Combustíveis	27 934	-	27 934	29 100	-	29 100
Títulos transporte	1 014 608	-	1 014 608	967 645	-	967 645
Outros materiais	542 419	-	542 419	323 154	-	323 154
Artigos promocionais/publicações	32 988	-	32 988	31 326	-	31 326
	10 836 101	-	10 836 101	8 037 681	(299 936)	7 737 745

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2020	2019
Saldo inicial	8 037 681	7 434 912
Compras	2 370 960	4 061 211
Regularizações	3 041 300	137 641
Saldo final	10 836 101	8 037 681
	2 613 840	3 596 083

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após uma aprofundada análise e identificação dos materiais sobressalentes, foi efetuada uma reclassificação de ativo fixo tangível para inventários, no montante de 2.884.651,59 euros, tendo como referência os saldos em 1 de janeiro de 2020 dada a impossibilidade de reexpressão desta informação. Foram igualmente revertidas as perdas por imparidade, no montante de 299.936,21 euros, dado que não foram identificados quaisquer inventários que pudessem estar com imparidade.

13. Clientes

	31-dez-2020	31-dez-2019
Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	1 640 838	676 961
Ar Telecom	463 383	463 383
Outros	380 218	987 380
	2 484 439	2 127 723
Perdas por imparidade	(765 621)	(829 451)
	1 718 818	1 298 272
Perdas por imparidade clientes		
Saldo inicial	(829 451)	(919 725)
Aumentos	(41 740)	(11 804)
Reversões	101 267	78 321
Utilizações	4 303	23 757
Saldo final	(765 621)	(829 451)



14. Estado e outros entes públicos

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	2 816 356	125	1 619 245	125
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	18 516	1 153 069	478 582	1 099 593
Imposto sobre o valor acrescentado	980 167	-	951 675	-
Contribuições para a Segurança Social	-	1 495 085	-	1 428 420
Outros Impostos	-	502 054	-	501 939
	3 815 038	3 150 333	3 049 503	3 030 076

15. Outros créditos a receber

	31-dez-2020	31-dez-2019
TREM - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	50 000 000	-
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	779 357	311 311
Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	333 296	246 630
Serviços Municipais Transportes Coletivos Barreiro	325 165	3 370 424
Acréscimo rendimentos	4 796 467	2 167 509
Receitas de tráfego	2 721 705	2 375 807
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	573 272	870 669
Pessoal	675 969	354 712
Outros	1 133 169	686 500
	61 338 400	10 383 562
Perdas por imparidade	(50 408 896)	(3 443 768)
	10 929 504	6 939 794
Perdas por imparidade outros créditos a receber	31-dez-2020	31-dez-2019
Saldo inicial	(3 443 768)	(3 505 892)
Aumentos	(50 004 583)	(3 542)
Reversões	258 981	65 666
Utilizações	2 780 474	-
Saldo final	(50 408 896)	(3 443 768)

O saldo de 50 milhões de euros a receber da subsidiária TREM refere-se à transferência por parte do ML, na qualidade de fiador, do montante equivalente à última prestação do contrato de mútuo que esta tinha celebrado em março de 2000 com vista à aquisição de 18 carruagens. No entanto, e considerando a reduzida expectativa de realização daquela conta a receber, pelo facto do TREM se encontrar sem atividade operacional, foi registada uma perda por imparidade relativamente à totalidade do montante a receber, estando a mesma incluída na demonstração de resultados na rubrica 'Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos'.



16. Diferimentos

	31-dez-2020	31-dez-2019
Trabalhos por conta de terceiros	30 372 966	30 445 699
Encargos contratos leasing	102 777	237 328
Outros	547 506	386 201
	31 023 248	31 069 228
Perdas por imparidade	(634 584)	(634 584)
	30 388 665	30 434 644

A sub-rubrica de 'Trabalhos por conta de terceiros' inclui os montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do Setor Empresarial do Estado, encontrando-se o Conselho de Administração a promover diligências de forma a se proceder à regularização desta situação.

17. Caixa e equivalentes

	31-dez-2020	31-dez-2019
Caixa	18 291	12 672
Depósitos à ordem	47 253 179	29 717 077
Caixa e depósitos bancários	47 271 470	29 729 749

18. Instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2020 o capital da Empresa, subscrito e realizado, ascendia a 3.413.998.982 euros, sendo detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram efetuados aumentos de capital no montante global de 320.423.764 euros.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados, o resultado líquido negativo do exercício de 2019, no montante de 16.873.277 euros, foi transferido para a rubrica 'Resultados transitados'.



19. Provisões

31 de dezembro de 2020					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	640 500	70 000	-	-	710 500
Cobertura de prejuízos					
Ferconsult	1 379 788	-	(285 758)	-	1 094 030
TREM	17 016 064	-	(17 016 064)	-	-
TREM II	36 767 795	1 489 584	-	-	38 257 379
Publimetro	-	233 150	-	-	233 150
Ensitrans	2 878	18 230	-	(2 878)	18 230
	55 807 026	1 810 964	(17 301 822)	(2 878)	40 313 289

31 de dezembro de 2019					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	640 500	-	-	-	640 500
Cobertura de prejuízos					
Ferconsult	837 014	542 774	-	-	1 379 788
TREM	16 425 086	590 978	-	-	17 016 064
TREM II	35 016 065	1 751 730	-	-	36 767 795
Ensitrans	2 154	2 878	-	(2 154)	2 878
	52 920 819	2 888 360	-	(2 154)	55 807 026

A reversão da provisão constituída para fazer face às responsabilidades pelo potencial efeito do capital próprio negativo da subsidiária TREM deve-se aos ajustamentos efetuados no registo da participação financeira pelo método da equivalência patrimonial, os quais se encontram divulgados na Nota 10.

20. Financiamentos obtidos

Entidade financiadora	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Montante utilizado			Montante utilizado		
	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários						
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF 2011 (parte)	105 974 436	52 987 218	-	105 974 436	52 987 218
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF 2012 (parte)	410 833 969	308 125 476	-	410 833 969	308 125 476
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF 2013 (parte)	129 885 756	129 885 756	-	129 885 756	129 885 756
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF 2017 (parte)	15 426 066	7 713 033	7 713 033	15 426 066	5 142 022
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF 2018 (parte)	159 965 533	53 321 844	106 643 689	159 965 533	26 660 922
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF 2019 (parte)	23 556 727	3 926 121	19 630 606	23 556 727	-
Emp. LP 154,51 M EUR	DGTF 2020 (parte)	17 395 008		17 395 008	-	-
Suprimentos 49,3 M EUR	DGTF 2020	49 300 000	49 300 000	-	-	-
		605 259 449	151 382 336		522 801 395	167 145 382



As informações adicionais relativas aos financiamentos contraídos com a DGTF encontram-se divulgadas na Nota 6.9.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos reembolsáveis a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Financiamentos obtidos por maturidade

Ano	Montante
2022	36 057 222
2023	36 057 222
2024 e seguintes	79 267 891
	151 382 336

21. Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos

Conforme mencionado na Nota 4.15, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2020, o número de empregados ativos e reformados/pensionistas ascendia a 978 e 1.363, respetivamente (990 e 1.367 em 31 de dezembro de 2019).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido à data da reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não seriam abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	31-dez-2020	31-dez-2019
Trabalhadores ativos	110 797 640	103 817 651
Reformados	163 802 846	167 532 997
	274 600 485	271 350 648

O aumento verificado no total das Responsabilidades deve-se essencialmente à diminuição da taxa de rendimento, a qual passou de 1,30% para 1%.



O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2020 foi efetuado utilizando o método denominado por “Projected Unit Credit” e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

	31-dez-2020	31-dez-2019
Tábuas de mortalidade		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV73/77-1	TV73/77-1
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
Taxas		
Taxa Técnica das Pensões	1,00%	1,30%
Taxa de Crescimento Salarial	1,50%	1,50%
Taxa de Atualização Prestação PRT	1,50%	1,50%
Taxa de desconto	1,00%	1,30%

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões foi a seguinte:

	31-dez-2020	31-dez-2019
Responsabilidades totais no início do período	271 350 648	253 711 461
Custos dos serviços correntes	3 787 688	3 330 421
Custo dos juros	3 527 558	4 439 951
Benefícios pagos no exercício	(12 309 842)	(12 560 028)
Perdas (ganhos) atuariais do exercício	8 244 433	22 428 842
Responsabilidades totais no fim do período	274 600 485	271 350 648

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2020, nos montantes de 3.787.688 euros e 3.527.558 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos com o pessoal”.

A evolução dos ganhos/perdas atuariais, reconhecidos na rubrica ‘Ajustamentos/outras variações no capital próprio’ nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

	31-dez-2020	31-dez-2019
Outras variações no capital próprio		
Saldo inicial	(35 558 185)	(13 129 342)
Ganho atuarial	-	-
Perda atuarial	(8 244 433)	(22 428 842)
Saldo final	(43 802 617)	(35 558 185)

Em 31 de dezembro de 2020, as perdas atuariais resultaram essencialmente da diminuição da taxa de rendimento.

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.



22. Outros passivos financeiros

Nesta rubrica incluem-se os swap de taxa de juro relacionados com os financiamentos obtidos. A discriminação por contrato de swap é a seguinte:

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2020	31-dez-2019
26#METLIS BSN Set2022	BSN	23/09/2022	99 240 295	59 338 790	43 363 932	58 618 131
					43 363 932	58 618 131

23. Fornecedores

	31-dez-2020	31-dez-2019
CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.	3 392 967	4 707 403
2045 Empresa de Segurança, S.A.	970 432	191 117
ISS Facility Services – Gestão e Manutenção de Edifícios, Lda.	311 381	283 056
IP Património, S.A.	148 845	140 553
SISCOG, LINK, TECHMIC, A.C.E.	142 696	-
LIMPERSADO – Limpeza, Máquinas e Transportes, S.A.	130 835	100 180
Schmitt – Elevadores, Lda.	98 038	-
TST – Transportes Sul do Tejo, S.A.	97 654	-
Transportes Rodrigues & Lourenço, Lda.	81 893	38 230
Exide Technologies, Lda.	92 250	13 210
Siemens Mobility Unipessoal, Lda.	89 569	84 895
GRUPO 8- Vigilância e Prevenção Electrónica, Lda.	80 039	74 415
Otlis – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	70 416	831 362
EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.	18 081	234 581
Endesa Energia, S.A.	4 954	986 951
Rodoviária de Lisboa, S.A.	3 503	110 138
HCI – Construções, S.A.	-	334 390
Graviner – Construções, S.A.	-	267 325
Montemeão – Componentes Auto, S.A.	-	220 847
Securitas Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.	-	138 057
EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	-	87 059
Outros	1 497 426	1 274 664
	7 230 978	10 118 432

24. Outras dívidas a pagar

	31-dez-2020	31-dez-2019
Acréscimo gastos – Juros a liquidar	27 257 350	25 568 019
Subsídios – Fundo Ambiental	14 125 183	8 446 255
Acréscimo gastos – Remunerações a liquidar	10 220 080	10 629 443
Fornecedores de investimentos	5 263 649	4 466 499
Adiantamentos de clientes	239 510	1 059 811
Outros	6 790 620	6 965 288
	63 896 392	57 135 314



25. Rédito

	2020	2019
Vendas	27 282	44 577
Prestação de serviços		
Bilhetes	16 848 492	51 166 347
Passes	33 208 552	53 026 063
Cartões	1 103 881	3 481 385
Personalização Lisboa Viva	157 201	383 159
Compensação tarifária AML	8 903 066	4 013 777
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	3 458 364	2 501 718
Espaços comerciais	1 169 004	2 060 546
Exploração publicidade	1 349 782	1 404 755
Outros	583 329	712 271
	66 808 955	118 794 598

26. Subsídios à exploração

	2020	2019
AML - Apoio à reposição da oferta de transportes públicos	21 451 009	-
Fundo Ambiental - Prolongamento Rato/Cais do Sodré	70 050	444 204
Fundo Ambiental - Projeto Modernização Sistemas Sinalização (CBTC)	132 977	72 525
Município Lisboa - Projeto VoxPop - Pessoas, Processos & Tecnologia	86 800	-
	21 740 836	516 729

A verba atribuída ao ML no âmbito do apoio à reposição da oferta, no montante global de 21.451.009 euros, decorre do Despacho do Secretário de Estado da Mobilidade n.º 8459/2020, de 26 de agosto, no qual foi determinada a distribuição das verbas destinadas ao apoio à reposição da oferta de transportes públicos, previstas na Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, que procede à segunda alteração à Lei n.º 2/2020, de 31 de março.

27. Ganhos / perdas de investimentos financeiros

	2020	2019
Subsidiárias		
Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	285 758	(542 774)
Metrocom - Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	22 531	218 750
TREM - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	(2 739 251)	(590 978)
TREM II - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	(1 489 584)	(1 751 730)
Associadas		
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	(272 790)	597
Empreendimentos conjuntos		
OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	72 919	257 345
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	(18 230)	(2 878)
	(4 138 648)	(2 411 668)



28. Fornecimentos e serviços externos

	2020	2019
Eletricidade	(8 538 914)	(9 439 531)
Rendas e alugueres	(6 523 042)	(8 516 314)
Conservação e reparação	(4 593 344)	(5 026 906)
Limpeza, higiene e conforto	(4 277 191)	(3 483 401)
Vigilância e segurança	(6 145 316)	(5 608 706)
Trabalhos especializados	(3 089 203)	(1 614 032)
Outros	(2 967 909)	(3 189 850)
	(36 134 918)	(36 878 739)

29. Gastos com pessoal

	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	(275 419)	(265 482)
Remunerações do pessoal	(56 827 711)	(55 966 492)
Benefícios pós-emprego	(7 315 831)	(7 733 682)
Encargos sobre remunerações	(12 916 436)	(12 894 956)
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	(809 610)	(1 153 825)
Gastos de ação social	(943 682)	(971 494)
Seguros de saúde	(862 092)	(809 665)
Outros gastos com o pessoal	(280 816)	(261 345)
	(80 231 596)	(80 056 942)

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa no exercício de 2020 foi de 1.467 (1.435 em 2019). O número de efetivos em 31 de dezembro de 2020 era de 1.513 (1.452 em 2019).

30. Outros rendimentos

	2020	2019
Subsídios ao investimento	1 243 100	1 311 783
Correções relativas a períodos anteriores	595 084	160 333
Rendas de imóveis	593 215	476 684
Cedência de energia	171 201	317 599
Diferenças de câmbio favoráveis	1 111	1 065 536
Excesso estimativa para impostos	353	853 718
Correção reconhecimento juros DGTf	-	1 500 021
Outros	123 580	452 994
	2 727 645	6 138 668

A sub-rubrica 'Subsídios ao investimento' inclui a imputação dos subsídios FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1995 e 1997, os quais visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa nos protótipos dos Parques de Material e Oficinas (PMO) II e III e na série intercalar de 17 Unidades Triplas (UT), série complementar 95 de 20 UT e PMO III. Estes rendimentos são imputados numa base sistemática de forma a balancear com os gastos de depreciação dos ativos fixos tangíveis que lhes estão associados.



31. Outros gastos

	2020	2019
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(4 909 534)	-
Correções relativas a períodos anteriores	(659 504)	(35 625)
Impostos	(521 092)	(950 893)
Perdas em inventários	(222 543)	(268 761)
Perdas em investimentos não financeiros	(200 878)	(252)
Quotizações	(138 344)	(76 118)
Indemnizações por danos causados	-	(1 409 443)
Outros	(86 052)	(166 769)
	(6 737 947)	(2 907 862)

32. Juros e gastos similares suportados

	2020	2019
Juros swaps	(22 427 142)	(23 522 484)
Juros financiamentos obtidos	(1 689 330)	(3 042 461)
Outros juros	(264 248)	(361 518)
	(24 380 720)	(26 926 463)

33. Imposto sobre o rendimento

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de 22,5%. Esta taxa é elevada em 3% sobre a parte do lucro tributável que seja superior a 1,5 milhões de euros e inferior a 7,5 milhões de euros, é elevada em 5% sobre a parte do lucro tributável que seja superior a 7,5 milhões de euros e inferior a 35 milhões de euros, e é elevada em 9% sobre a parte do lucro tributável que seja superior a 35 milhões de euros, resultando numa possível taxa máxima agregada de imposto de 31,5%.

No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos os montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

Nos termos do artigo n.º 88 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. O Conselho de Administração entende que, as eventuais correções resultantes de



revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Adicionalmente, os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos e os prejuízos fiscais gerados nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016 podem ser reportados por um período de 5 anos. Desta forma, a data limite de reporte dos prejuízos fiscais dedutíveis do ML é a seguinte:

	2020		2019	
	Montante	Limite	Montante	Limite
Gerados em 2014	3 496 721	2026	3 496 721	2026
Gerados em 2017	39 093 595	2022	39 093 595	2022
Gerados em 2018	21 012 509	2023	21 012 509	2023
Gerados em 2019	12 972 374	2024		
	76 575 198		63 602 824	

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2020 e 2019 é a seguinte:

	2020	2019
Resultado antes de impostos	(57 130 373)	(16 832 694)
Diferenças permanentes	4 325 843	3 860 321
Resultado tributável	(52 804 530)	(12 972 374)
Prejuízos fiscais deduzidos	-	-
Matéria coletável	(52 804 530)	(12 972 374)
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Coleta	-	-
Tributações autónomas	(1 018)	(40 582)
Imposto sobre o rendimento	(1 018)	(40 582)
Taxa efetiva de imposto	-	-

34. Locações

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa tinha dois contratos de locação operacional celebrados com o TREM II, A.C.E., cujas responsabilidades, não reconhecidas no balanço, ascendiam a 115.540.568 euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 eram os seguintes:

	31-dez-2020	31-dez-2019
Até 1 ano	59 440 693	58 167 777
Entre 1 e 5 anos	56 099 875	115 540 567
	115 540 568	173 708 344



35. Saldos e transações com partes relacionadas

2020	Subsidiárias				Associada	Empreendimentos conjuntos	
	Ferconsult	Metrocom	TREM	TREM II	Publimetro	Ensitrans	OTLIS
Ativo							
Cientes					1 640 838		145 410
Outros créditos a receber	333 296		-			-	
Passivo							
Fornecedores	14 732	320					70 416
Outras dívidas a pagar	3 831		275 951	274 658			434
Rendimentos							
Prestações de serviços	900	1 169 811			1 654 537		3 326 261
Outros rendimentos	16 365	92 397			99 652		
Gastos							
Fornecimentos e serviços externos	(1 475 295)	(3 407)	(678 282)	(5 518 768)			(89 629)

2019	Subsidiárias				Associada	Empreendimentos conjuntos	
	Ferconsult	Metrocom	TREM	TREM II	Publimetro	Ensitrans	OTLIS
Ativo							
Cientes		18 056			676 961		199 182
Outros créditos a receber	246 630					-	
Passivo							
Fornecedores	14 732						834 437
Outras dívidas a pagar	3 831						
Rendimentos							
Prestações de serviços	3 420	2 060 546			1 100 028		5 127 211
Outros rendimentos	37 001	181 867			97 227		
Gastos							
Fornecimentos e serviços externos	(1 330 781)	(6 163)	(2 947 279)	(5 327 218)			(131 587)

36. Garantias prestadas

Entidade	Data Início	Beneficiário	2020	2019
			Montante	Montante
Banco BPI	10-03-2006	TRIB.ADM.F.LX-2ºJUÍZO	7 494	7 494
Banco BPI	11-05-2006	FINANÇAS 4ºBAIRRO FISCAL	95 482	95 482
Banco BPI	30-06-2010	TRIB.TRIBUT.2ºINST.LIS	1 583	1 583
Banco BPI	17-08-2011	MUNICÍPIO DE LISBOA	7 661	7 661
Banco BPI	17-06-2014	PETROGAL	7 500	7 500
Banco BPI	01-06-2015	SMAS SINTRA	-	1 820
Banco BPI	03-07-2015	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab	438 047	438 047
Banco BPI	28-04-2016	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab	760 610	760 610
			1 318 377	1 320 197

37. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2020, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 22.049 euros, os quais se referem essencialmente a processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. A Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total



das expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho é desconhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras. Relativamente aos restantes processos não foi registada qualquer provisão, uma vez que, caso aquelas indemnizações sejam pagas, as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

38. Divulgações exigidas por diplomas legais

Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que os honorários totais faturados durante o exercício financeiro pela sociedade de revisores oficiais de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais, ascenderam a 27.360 euros.

39. Acontecimentos após a data do balanço

Em 15 de fevereiro de 2021, foi celebrado um acordo entre a OTLIS, os seus membros e a Área Metropolitana de Lisboa relativo à fixação da contrapartida devida pela transferência do respetivo património, com exceção dos saldos de contas bancárias e caixa e dos saldos de fornecedores e clientes, para a TML – Transportes e Mobilidade de Lisboa, EMT, S.A., não tendo este facto originado qualquer necessidade de ajustamento no exercício de 2020.

Em 3 de maio de 2021, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) submeteu o projeto de decisão sobre os montantes finais das compensações financeiras e partilha de benefícios devidas aos operadores para o ano de 2019 no âmbito do Regulamento da AML n.º 278-A/2019, tendo os respetivos efeitos da atualização da estimativa do valor a receber pelo ML sido refletidos nas presentes demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

Lisboa, 22 de junho de 2021

O Contabilista Certificado

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva



8.6 Demonstrações Orçamentais



Previsionais

1 - Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Orçamento 2020			Plano orçamental plurianual			
		2019	2020	Soma	t+1	t+2	t+3	t+4
RECEITA CORRENTE		0	146.820.727	146.820.727	147.034.875	146.554.468		
R1	Receita Fiscal	0	0	0	0	0		
R11	Impostos diretos	0	0	0				
R12	Impostos indiretos	0	0	0				
R2	Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde	0	0	0				
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	0	0				
R4	Rendimentos de propriedade	0	0	0				
R5	Transferências Correntes	0	3.982.702	3.982.702	4.156.215	7.632.040		
R51	Administrações Públicas	0	3.982.702	3.982.702	4.156.215	7.632.040		
R511	Administração Central - Estado	0	3.959.702	3.959.702	4.156.215	7.632.040		
R512	Administração Central - Outras entidades	0	23.000	23.000	0	0		
R513	Segurança Social	0	0	0				
R514	Administração Regional	0	0	0				
R515	Administração Local	0	0	0				
R52	Exterior - UE	0	0	0				
R53	Outras	0	0	0				
R6	Venda de bens e serviços	0	142.838.025	142.838.025	142.878.660	138.922.428		
R7	Outras receitas correntes	0	0	0				
RECEITA DE CAPITAL		0	98.948.014	98.948.014	75.721.861	74.645.994		
R8	Venda de bens de investimento	0	30.634.620	30.634.620	440.270	445.994		
R9	Transferências de Capital	0	68.313.394	68.313.394	75.281.591	74.200.000		
R91	Administrações Públicas	0	59.668.498	59.668.498	51.825.591	51.404.000		
R911	Administração Central - Estado	0	59.668.498	59.668.498	51.825.591	51.404.000		
R912	Administração Central - Outras entidades	0	0	0				
R913	Segurança Social	0	0	0				
R914	Administração Regional	0	0	0				
R915	Administração Local	0	0	0				
R93	Outras	0	0	0				
R10	Outras receitas de capital	0	0	0				
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0	0	0				
Receita efetiva [1]		0	245.768.741	245.768.741	222.756.736	221.200.462		
Receita não efetiva [2]		0	454.904.913	454.904.913	388.299.248	281.947.395		
R12	Receita com ativos financeiros	0	0	0				
R13	Receita com passivos financeiros	0	454.904.913	454.904.913	388.299.248	281.947.395		
Receita total [3] = [1] + [2]		0	700.673.654	700.673.654	611.055.984	503.147.857		

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Orçamento 2020			Plano orçamental plurianual			
		2019	2020	Soma	t+1	t+2	t+3	t+4
DESPESA CORRENTE		1.147.667	352.101.110	353.248.777	275.530.738	231.906.454		
D1	Despesas com o pessoal	0	83.000.000	83.000.000	89.494.573	91.471.418		
D11	Remunerações certas e permanentes	0	53.772.838	53.772.838	57.200.478	58.674.094		
D12	Abonos variáveis ou eventuais	0	4.437.456	4.437.456	4.502.390	4.563.905		
D13	Segurança social	0	24.789.706	24.789.706	27.791.704	28.233.420		
D2	Aquisição de bens e serviços	1.147.666	58.847.736	59.995.402	54.224.784	51.419.663		
D3	Juros e outros encargos	18	199.432.885	199.432.903	131.295.216	88.487.770		
D4	Transferências correntes	0	0	0	0	0		
D41	Administrações Públicas	0	0	0	0	0		
D411	Administração Central - Estado	0	0	0				
D412	Administração Central - Outras entidades	0	0	0				
D413	Segurança Social	0	0	0				
D414	Administração Regional	0	0	0				
D415	Administração Local	0	0	0				
D42	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0				
D43	Famílias	0	0	0				
D44	Outras despesas correntes	0	0	0				
D5	Subsídios	0	0	0				
DESPESA DE CAPITAL		3.205.444	127.704.836	130.910.280	195.561.288	190.178.888		
D7	Investimento	3.205.444	127.704.836	130.910.280	195.561.288	190.178.888		
D8	Transferências de capital	0	0	0	0	0		
D81	Administrações Públicas	0	0	0	0	0		
D811	Administração Central - Estado	0	0	0				
D812	Administração Central - Outras entidades	0	0	0				
D813	Segurança Social	0	0	0				
D814	Administração Regional	0	0	0				
D815	Administração Local	0	0	0				
D82	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0				
D83	Famílias	0	0	0				
D84	Outras despesas correntes	0	0	0				
D9	Outras despesas de capital	0	0	0				
Despesa efetiva [4]		4.353.111	479.805.946	484.159.057	471.092.026	422.085.342		
Despesa não efetiva [5]		0	216.514.597	216.514.597	139.963.958	81.062.515		
D10	Despesa com ativos financeiros	0	0	0				
D11	Despesa com passivos financeiros	0	216.514.597	216.514.597	139.963.958	81.062.515		
Despesa total [6] = [4] + [5]		4.353.111	696.320.543	700.673.654	611.055.984	503.147.857		
Saldo total [3] - [6]		-4.353.111	4.353.111	0	0	0		
Saldo global [1] - [4]		-4.353.111	-234.037.205	-238.390.316	-248.335.290	-200.884.880		
Despesa primária		4.353.093	280.373.061	284.726.154	339.796.810	333.597.571		
Saldo corrente		-1.147.667	-205.280.383	-206.428.050	-128.495.863	-85.351.985		
Saldo de capital		-3.205.444	-28.756.822	-31.962.266	-119.839.427	-115.532.895		
Saldo primário		-4.353.093	-34.604.320	-38.957.413	-117.040.074	-112.397.110		



2 - Plano plurianual de investimentos

Un.: Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realização	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de execução	Pagamentos							Total previsto	
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim		Realizados em períodos anteriores	Estimativa de realização do período t-1	Períodos seguintes						Total previsto
														2020	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21] = [13] + ... + [20]
	1	Remodelação da Rede	D.7	E	1.300.000	0	0	0			4			1.973.312						
	2	Expansão da Rede	D.7	E	24.228.200	0	8.644.896		2020	2023	2	3.842.731	1.839.405	5.450.381	57.675.692	72.891.210	66.465.604	0		208.165.023
	3	Modernização e CBTC	D.7	E/O	21.000.000	0	0		2020	2025	0	0	0	0	38.638.138	9.524.501	39.571.058	27.216.368	25.884.967	140.835.032
	4	Leasing TREM	D.7	O	50.037.184	0	0		2020	2022	n.a.	0	0	50.000.000	52.777.778	53.095.217				155.872.995
	5	Outros	D.7	E	0	25.700.000	0	0			n.a.			16.481.753						
		Total			96.565.384	25.700.000	8.644.896	0			Total			73.905.446	149.091.607	135.510.928	106.036.662	27.216.368	25.884.967	504.873.050



Demonstrações de relato individual

1 - Demonstração de desempenho orçamental - Receita

Un.: Euros

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO - 2020						n-1
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Saldo de gerência anterior							
	Operações orçamentais [1]	29.729.751					29.729.751	16.237.585
	Restituição do saldo de operações orçamentais						0	0
	Operações de tesouraria [A]						0	172.143
	RECEITA CORRENTE	86.064.811	3.963.263				90.028.073	163.053.096
R1	Receita fiscal	0	0	0	0	0	0	0
R11	Impostos diretos	0	0	0	0	0	0	0
R12	Impostos indiretos	0	0	0	0	0	0	0
R2	Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde	0	0	0	0	0	0	0
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	0	0	0	0	0	0
R4	Rendimentos de propriedade	257.345	0	0	0	0	257.345	131.220
R5	Transferências correntes	0	3.963.263	0	0	0	3.963.263	30.275.463
R51	Administrações públicas	0	3.963.263	0	0	0	3.963.263	30.227.463
R511	Administração central - Estado	0	3.963.263	0	0	0	3.963.263	3.963.263
R512	Administração central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	26.264.200
R513	Segurança Social						0	0
R514	Administração Regional						0	0
R515	Administração Local	20.299.084	0	0	0	0	20.299.084	0
R52	Exterior - UE						0	0
R53	Outras						0	0
R6	Venda de bens e serviços	62.705.203	0	0	0	0	62.705.203	126.915.426
R7	Outras receitas correntes	2.803.179	0	0	0	0	2.803.179	5.730.987
	RECEITA DE CAPITAL	1.119.519	28.328.650	3.146.042	0	0	32.594.211	1.688.077
R8	Venda de bens de investimento	485.327	0	0	0	0	485.327	2.800
R9	Transferências de capital	0	28.328.650	3.146.042	0	0	31.474.692	968.212
R91	Administrações públicas	0	28.328.650	3.146.042	0	0	31.474.692	968.212
R911	Administração central - Estado	0	28.328.650	3.146.042	0	0	3.146.042	968.212
R912	Administração Central - Outras entidades						0	0
R913	Segurança Social						0	0
R914	Administração Regional						0	0
R915	Administração Local						0	0
R92	Exterior - UE						0	0
R93	Outras						0	0
R10	Outras receitas de capital						0	0
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	634.192	0	0	0	0	634.192	717.065
	Receita efetiva [2]	87.184.330	32.291.912	3.146.042			122.622.284	164.741.173
	Receita não efetiva [3]	0	320.423.764	0	203.813.049	0	524.236.813	681.668.992
R12	Receita com ativos financeiros							0
R13	Receita com passivos financeiros	0	320.423.764	0	203.813.049	0	524.236.813	681.668.992
	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	116.914.081	352.715.676	3.146.042	203.813.049	0	676.588.847	862.647.750
	Operações de tesouraria [B]	0	0	0	0	0	0	172.143

Demonstrações de relato individual

1 - Demonstração de desempenho orçamental - Despesa

Un.: Euros

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO - 2020					TOTAL	n-1
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
DESPESA CORRENTE		70.682.684	64.401.601	22.176.335	181.636.714	0	338.897.334	348.945.340
D1	Despesas com pessoal	51.179.053	9.100.000	22.176.335	0	0	82.455.388	81.126.783
D11	Remunerações certas e permanentes	21.242.752	9.100.000	22.176.335	0	0	52.519.087	51.099.873
D12	Abonos variáveis ou eventuais	4.275.031	0	0	0	0	4.275.031	4.170.964
D13	Segurança social	25.661.270	0	0	0	0	25.661.270	25.855.946
D2	Aquisição de bens e serviços	13.707.569	8.141.470	0	26.091.532	0	47.940.571	45.463.400
D3	Juros e outros encargos	4.000.000	47.160.131	0	155.545.182	0	206.705.313	218.372.005
D4	Transferências correntes	0	0	0	0	0	0	0
D41	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0	0
D411	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0	0	0
D412	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0
D413	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0
D414	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0
D415	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0
D42	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0	0	0
D43	Famílias	0	0	0	0	0	0	0
D44	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0	0	0
D5	Subsídios	0	0	0	0	0	0	0
D6	Outras despesas correntes	1.796.062	0	0	0	0	1.796.062	3.983.152
DESPESA DE CAPITAL		16.481.753	57.423.693	0	0	0	73.905.446	12.470.084
D7	Investimento	16.481.753	57.423.693	0	0	0	73.905.446	12.470.084
D8	Transferências de capital	11.388.010	7.420.037	0	0	0	0	9.057.169
D81	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0	0
D811	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0	0	0
D812	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0
D813	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0
D814	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0
D815	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0
D82	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0	0	0
D83	Famílias	0	0	0	0	0	0	0
D84	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0	0	0
D9	Outras despesas de capital	0	0	0	0	0	0	0
Despesa efetiva [5]		87.164.437	121.825.294	22.176.335	181.636.714	0	412.802.780	361.415.424
Despesa não efetiva [6]		0	216.514.597	0	0	0	216.514.597	471.502.576
D10	Despesa com ativos financeiros	0	216.514.597	0	0	0	216.514.597	471.502.576
D11	Despesa com passivos financeiros	0	216.514.597	0	0	0	216.514.597	471.502.576
Soma [7] = [5] + [6]		87.164.437	338.339.891	22.176.335	181.636.714	0	629.317.377	832.918.000
Operações de tesouraria [C]		0	0	0	0	0	0	172.143
Saldo para a gerência seguinte		0	0	0	0	0	0	0
Operações orçamentais [8] = [4] - [7]		29.749.644	14.375.785	-19.030.293	22.176.335	0	47.271.470	29.729.751
Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]		0	0	0	0	0	0	0
Saldo global [2] - [5]		19.893	-89.533.382	-19.030.293	-181.636.714	0	-290.180.496	-196.674.251
Despesa primária		83.164.437	74.665.163	22.176.335	26.091.532	0	206.097.467	143.043.419
Saldo de capital		-15.362.234	-29.095.043	3.146.042	0	0	-41.311.235	-10.782.007
Saldo primário		4.019.893	-42.373.251	-19.030.293	-26.091.532	0	-83.475.183	21.697.754
Receita total [1] + [2] + [3]		116.914.081	352.715.676	3.146.042	203.813.049	0	676.588.847	862.647.750
Despesa total [5] + [6]		87.164.437	338.339.891	22.176.335	181.636.714	0	629.317.377	832.918.000

Demonstração de execução orçamental da receita

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período (11)	Grau de execução orçamental	
							Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10) = (5) - (7)		Períodos anteriores (12) = (8) / (2) x 100	Período corrente (13) = (9) / (2) x 100
RECEITA CORRENTE		146.186.533	0	90.028.074	0	90.028.074	0	0	0	90.028.074	90.028.074	0	-	-
R1	Receita fiscal											0		
R11	Impostos diretos											0		
R12	Impostos indiretos											0		
R2	Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde											0		
R3	Taxas, multas e outras penalidades											0		
R4	Rendimentos da propriedade	257.345	0	257.345	0	257.345	0	0	0	257.345	257.345	0	-	-
R5	Transferências correntes	3.982.702	0	3.963.263	0	3.963.263	0	0	0	3.963.263	3.963.263	0	-	-
R51	Administrações públicas	3.982.702	0	3.963.263	0	3.963.263	0	0	0	3.963.263	3.963.263	0	-	-
R511	Administração central - Estado	3.959.702	0	3.963.263	0	3.963.263	0	0	0	3.963.263	3.963.263	0	-	-
R512	Administração central - Outras entidades	23.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R513	Segurança Social											0	-	-
R514	Administração Regional											0	-	-
R515	Administração Local	20.299.093	0	20.299.084	0	20.299.084	0	0	0	20.299.084	20.299.084	0	-	-
R52	Exterior - UE											0	-	-
R53	Outras											0	-	-
R6	Venda de bens e serviços	118.338.063	0	62.705.203	0	62.705.203	0	0	0	62.705.203	62.705.203	0	-	-
R7	Outras receitas correntes	3.309.330	0	2.803.179	0	2.803.179	0	0	0	2.803.179	2.803.179	0	-	-
RECEITA DE CAPITAL		630.069.470	0	556.831.024	0	556.831.024	0	0	0	556.831.024	556.831.024	0	-	-
R8	Venda de bens de investimento	30.634.620	0	485.327	0	485.327	0	0	0	485.327	485.327	0	-	-
R9	Transferências de capital	69.463.844	0	31.474.692	0	31.474.692	0	0	0	31.474.692	31.474.692	0	-	-
R91	Administrações públicas	60.818.948	0	28.328.650	0	28.328.650	0	0	0	28.328.650	28.328.650	0	-	-
R911	Administração central - Estado	60.818.948	0	28.328.650	0	28.328.650	0	0	0	28.328.650	28.328.650	0	-	-
R912	Administração Central - Outras entidades											0	-	-
R913	Segurança Social											0	-	-
R914	Administração Regional											0	-	-
R915	Administração Local											0	-	-
R92	Exterior - UE	8.644.896	0	3.146.042	0	3.146.042	0	0	0	3.146.042	3.146.042	0	-	-
R93	Outras											0	-	-
R10	Outras receitas de capital											0	-	-
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	634.193	0	634.192	0	634.192	0	0	0	634.192	634.192	0	-	-
R12	Ativos financeiros											0	-	-
R13	Passivos financeiros	529.336.813	0	524.236.813	0	524.236.813	0	0	0	524.236.813	524.236.813	0	-	-
	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	29.729.751		29.729.749		29.729.749				29.729.749	29.729.749	0	-	-
		805.985.755	0	676.588.847	0	676.588.847	0	0	0	676.588.847	676.588.847	0	-	-



Demonstração de execução orçamental da despesa

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Despesa por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos / descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (9) = (4) - (5)	Obrigações por pagar (10) = (5) - (8)	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8) = (6) + (7)			Períodos anteriores (11) = (6) / (2) x 100	Período corrente (12) = (7) / (2) x 100
DESPESA CORRENTE		1.147.667	426.210.246	14.876.452	347.213.855	341.839.026	3.941.370	334.955.963	338.897.333	5.374.829	2.941.693	1	79
D1	Despesas com pessoal	0	114.276.335	0	82.877.633	82.455.389	0	82.455.389	82.455.389	422.244	0	0	72
D11	Remunerações certas e permanentes	0	83.721.627	0	52.669.086	52.519.087	0	52.519.087	52.519.087	149.999	0	0	63
D12	Abonos variáveis ou eventuais	0	4.506.152	0	4.275.031	4.275.031	0	4.275.031	4.275.031	0	0	0	95
D13	Segurança social	0	26.048.556	0	25.933.516	25.661.271	0	25.661.271	25.661.271	272.245	0	0	99
D2	Aquisição de bens e serviços	1.147.666	93.005.894	4.579.878	55.834.280	50.882.263	3.832.729	44.107.842	47.940.570	4.952.017	2.941.692	4	47
D3	Juros e outros encargos	18	206.835.381	0	206.705.880	206.705.313	2.371	206.702.942	206.705.313	567	0	0	100
D4	Transferências correntes										0		
D41	Administrações Públicas										0		
D411	Administração Central - Estado										0		
D412	Administração Central - Outras entidades										0		
D413	Segurança Social										0		
D414	Administração Regional										0		
D415	Administração Local										0		
D42	Instituições sem fins lucrativos										0		
D43	Famílias										0		
D44	Outras despesas correntes										0		
D5	Subsídios										0		
D6	Outras despesas correntes	-17	12.092.636	10.296.574	1.796.062	1.796.062	106.270	1.689.791	1.796.061	0	1	1	14
DESPESA DE CAPITAL		3.205.444	354.112.345	0	300.317.696	294.843.244	3.212.899	287.207.145	290.420.044	5.474.452	4.423.200	1	81
D7	Investimento	3.205.444	137.597.748	0	83.803.099	78.328.647	3.212.899	70.692.548	73.905.447	5.474.452	4.423.200	2	51
D8	Transferências de capital										0		
D81	Administrações Públicas										0		
D811	Administração Central - Estado										0		
D812	Administração Central - Outras entidades										0		
D813	Segurança Social										0		
D814	Administração Regional										0		
D815	Administração Local										0		
D82	Instituições sem fins lucrativos										0		
D83	Famílias										0		
D84	Outras despesas correntes										0		
D9	Outras despesas de capital										0		
D10	Ativos financeiros										0		
D11	Passivos financeiros	0	216.514.597	0	216.514.597	216.514.597	0	216.514.597	216.514.597	0	0	0	100
		4.353.111	780.322.591	14.876.452	647.531.551	636.682.271	7.154.269	622.163.108	629.317.377	10.849.280	7.364.893	1	80



Execução plurianual de investimentos

Un.: Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realização	Fonte de Financiamento				Datas		Montante previsto			Montante executado			Nível de execução financeira anual (%)	Nível de execução financeira global (%)
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim	Ano t	Anos seguintes	Total	Anos seguintes	2020	Total		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14] = [12] + [13]	[15]	[16]	[17] = [15] + [16]	[17]	[18]
	1	Remodelação da Rede	D.7	E	1.973.312										1.973.312	1.973.312	151,79%	
	2	Expansão da Rede	D.7	E	5.450.381		0								5.450.381	5.450.381	16,58%	
	3	Modernização e CBTC	D.7	E/O											0	0	0,00%	
	4	Leasing TREM	D.7	O	50.000.000										50.000.000	50.000.000	-	
	5	Outros	D.7	E	16.481.753		0								16.481.753	16.481.753	64,13%	
		Total			73.905.446	0	0	0		Total	0	0	0	0	73.905.446	73.905.446	56,46%	



Alterações orçamentais da receita

Un. Euros

Rubricas	Descrição	Receita				Previsões corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]	Observações
		Previsões iniciais [3]	Alterações orçamentais				
			Inscrições/reforços [4]	Diminuições/anulações [5]	Créditos especiais [6]		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]
RECEITA CORRENTE		146.820.727	23.874.540	24.508.733	0	146.186.534	
R1	Receita fiscal						
R11	Impostos diretos						
R12	Impostos indiretos						
R2	Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde						
R3	Taxas, multas e outras penalidades						
R4	Rendimentos da propriedade	0	257.346	0	0	257.346	
R5	Transferências correntes	3.982.702	0	0	0	3.982.702	
R51	Administrações públicas	3.982.702	0	0	0	3.982.702	
R511	Administração central - Estado	3.959.702	0	0	0	3.959.702	
R512	Administração central - Outras entidades	23.000	0	0	0	23.000	
R515	Administração Local	0	0	0	0	0	
R6	Venda de bens e serviços	142.838.025	0	24.499.962	0	118.338.063	
R7	Outras receitas correntes	0	3.318.101	8.771	0	3.309.330	
RECEITA DE CAPITAL		98.948.014	0	0	1.150.450	100.098.464	
R8	Venda de bens de investimento	30.634.620	0	0	0	30.634.620	
R9	Transferências de capital	68.313.394	0	0	1.150.450	69.463.844	
R91	Administrações públicas	59.668.498	0	0	1.150.450	60.818.948	
R911	Administração central - Estado	59.668.498	0	0	1.150.450	60.818.948	
R912	Administração Central - Outras entidades					0	
R913	Segurança Social					0	
R914	Administração Regional					0	
R915	Administração Local					0	
R92	Exterior - UE	8.644.896	0	0	0	8.644.896	
R93	Outras					0	
R10	Outras receitas de capital					0	
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos					0	
Receita efetiva [1]		245.768.741	23.874.540	24.508.733	1.150.450	246.284.998	
Receita não efetiva [2]		454.904.913	87.811.679	57.447.735	74.431.900	559.700.757	
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0	634.193	0	0	634.193	
R13	Passivos financeiros	454.904.913	57.447.735	57.447.735	74.431.900	529.336.813	
Saldo da gestão anterior - operações orçamentais		0	29.729.751			29.729.751	
Receita total [3] = [1] + [2]		700.673.654	111.686.219	81.956.468	75.582.350	805.985.755	

Alterações orçamentais da despesa

-1

Un. Euros

Rubricas	Descrição	Despesa				Dotações corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]	Observações
		Dotações iniciais [3]	Alterações orçamentais				
			Inscrições/reforços [4]	Diminuições/anulações [5]	Créditos especiais [6]		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]
		353.248.777	144.206.530	131.680.070	60.435.009	426.210.246	
D1	Despesas com o pessoal	83.000.000	45.831.520	14.555.185	0	114.276.335	
D11	Remunerações certas e permanentes	53.772.838	40.466.748	10.517.959	0	83.721.627	
D12	Abonos variáveis ou eventuais	4.437.456	242.696	174.000	0	4.506.152	
D13	Segurança social	24.789.706	5.122.076	3.863.226	0	26.048.556	
D2	Aquisição de bens e serviços	59.995.402	84.498.290	107.856.220	56.368.422	93.005.894	
D3	Juros e outros encargos	199.432.903	12.516.323	9.180.432	4.066.587	206.835.381	
D6	Outras despesas correntes	10.820.472	1.360.397	88.233	0	12.092.636	
		130.910.280	54.291.847	66.818.307	19.213.929	137.597.748	
D7	Investimento	130.910.280	54.291.847	66.818.307	19.213.929	137.597.748	
Despesa efetiva [4]		484.159.057	198.498.377	198.498.377	79.648.938	563.807.994	
Despesa não efetiva [5]		216.514.597	0	0	0	216.514.597	
D11	Despesa com passivos financeiros	216.514.597	0	0	0	216.514.597	
Despesa total [6] = [4] + [5]		700.673.654	198.498.377	198.498.377	79.648.938	780.322.591	
Saldo total [3] - [6]		0	-86.812.158	-116.541.909	-4.066.588	25.663.164	
Saldo global [1] - [4]		-238.390.316	-174.623.837	-173.989.644	-78.498.488	-317.522.996	
Despesa primária		284.726.154	185.982.054	189.317.945	75.582.351	356.972.613	
Saldo corrente		-206.428.050	-120.331.990	-107.171.337	-60.435.009	-280.023.712	
Saldo de capital		-31.962.266	-54.291.847	-66.818.307	-18.063.479	-37.499.284	
Saldo primário		-38.957.413	-162.107.514	-164.809.212	-74.431.901	-110.687.615	



Alterações ao plano plurianual de investimentos

Un.: Euros

Objetivo [1]	Número do projeto [2]	Designação do projeto [3]	Rubrica orçamental	Datas		Pagamentos						Modificação (+/-) [13]=[7]-[6]		
				Início [4]	Fim [5]	2020		Períodos seguintes						
						Dotação anual [6]	Dotação corrigida [7]	Ano t+1 [8]	Ano t+2 [9]	Ano t+3 [10]	Ano t+4 [11]		Outros [12]	
		1 Remodelação da Rede	D.7			1.300.000	5.143.762							3.843.762
		2 Expansão da Rede	D.7	2020	2023	32.873.096	32.873.096	57.675.692	72.891.210	66.465.604	0	0	0	0
		3 Modernização e CBTC	D.7	2020	2025	21.000.000	11.900.000	38.638.138	9.524.501	39.571.058	27.216.368	25.884.967	-9.100.000	
		4 Leasing TREM	D.7	2020	2022	50.037.184	61.116.955	52.777.778	53.095.217	0	0	0	11.079.771	
		5 Outros	D.7			25.700.000	26.563.935						863.935	
Total						130.910.280	137.597.748	149.091.607	135.510.928	106.036.662	27.216.368	25.884.967	6.687.468	

Operações de tesouraria

Un. Euros

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
RECEITA		0	0		0
R.17	Operações Extraorçamentais	0	0		0
R.17.02	Outras operações de tesouraria	0	0		0
R.17.02.00.00.00	Ots operações de tesouraria	0	0		0
DESPESA		0		0	0
D.12	Operações Extraorçamentais	0		0	0
D.12.02.00	Outras operações de tesouraria	0		0	0
D.12.02.00.00.00	Ots operações de tesouraria	0		0	0
Total		0	0	0	0





PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAIS 2020 DA METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.

1. ENQUADRAMENTO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias em vigor, em especial do Código das Sociedades Comerciais (CSC)¹ e dos Estatutos da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML)², cabe ao Conselho Fiscal (CF) exercer a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão, as demonstrações financeiras individuais da ML e a proposta de aplicação de resultados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020³, atenta a respetiva Certificação Legal de Contas (CLC), emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC)⁴, o Relatório de Auditoria do Auditor Externo⁵ e os correspondentes Relatórios Adicionais⁶.

O presente relatório e parecer têm em consideração o quadro normativo específico aplicável às empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE), bem como as orientações transmitidas pelo Estado, enquanto detentor do capital estatutário, sobre o processo de prestação de contas referente a 2020, através do ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) SAI_DGTF/2021/173-DSPE, de 12 de janeiro, competindo, nessa medida, ao CF a verificação do cumprimento das orientações legais vigentes para o SEE, bem como da apresentação do Relatório Anual de Boas Práticas do Governo Societário, do qual deve constar a informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo capítulo II do mencionado diploma legal, conforme determina o n.º 1 do artigo 54.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE)⁷.

Neste âmbito e para efeitos do presente documento, importa salientar o seguinte:

- a) A ML é uma entidade pública empresarial que se rege pelos respetivos Estatutos e pelo RJSPE;

¹ O n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, estabelece que os órgãos de fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do disposto no citado Decreto-Lei.

² Aprovados através do Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.

³ Documentos que foram remetidos, para esse efeito, a este órgão, em 22 de junho de 2021.

⁴ Em 2019, a sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. José Luís Alves da Cunha, foi nomeada através do Despacho das Tutelas Financeira e Setorial, para o exercício de funções de Revisão Legal das Contas, para o mandato 2019-2021.

⁵ Emitido ao abrigo e nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários.

⁶ Apresentados ao CF, pelo ROC e pelo Auditor Externo, nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 24.º do Regime Jurídico de Supervisão e Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

⁷ Aprovado através do já mencionado Decreto-Lei n.º 133/2013.

- b) As Demonstrações Financeiras individuais relativas a 2020, aprovadas pelo Conselho de Administração (CA), em 22 de junho de 2021, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC)⁸;
- c) As demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, de 2015, de 2016, de 2017, de 2018 e de 2019 foram objeto de aprovação pelos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e da Mobilidade, através de Despacho conjunto de 26 de fevereiro de 2021;
- d) A ML é considerada, nos termos da Lei de Execução Orçamental, como entidade pública reclassificada, integrando, assim, o perímetro da consolidação da Administração Pública.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

O CF, nomeado em janeiro de 2017⁹, acompanhou, no âmbito das suas competências, a atividade da ML ao longo de 2020, bem como os subsequentes procedimentos de encerramento e revisão das contas, destacando-se as seguintes atividades:

- a) Análise da proposta de plano de atividades e orçamento para 2021 com a emissão do respetivo parecer;
- b) Elaboração de relatórios trimestrais do CF de acompanhamento da execução trimestral de 2020;
- c) Realização do procedimento e apresentação da respetiva proposta de nomeação de ROC/SROC para o exercício de funções de auditoria externa, para o mandato 2020-2022, em conformidade com a deliberação deste órgão de fiscalização, de 9 de novembro de 2020;
- d) Acompanhamento da revisão legal e da auditoria externa das contas anuais individuais, através da realização de diversos contactos e reuniões, no âmbito dos quais foram obtidos todos os esclarecimentos considerados necessários;
- e) Apreciação dos relatórios adicionais emitidos pelo ROC e pelos Auditores Externos, elaborados em cumprimento do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, cujos conteúdos merecem a concordância deste órgão de fiscalização;
- f) Verificação da independência do ROC e do Auditor Externo;
- g) Consulta das atas das reuniões do CA;

⁸ Aprovado através do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

⁹ O CF foi nomeado para o mandato 2017-2019, através de Despacho dos então Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e Adjunto e do Ambiente, de 25 de janeiro de 2017.

- h) Análise do Relatório de gestão apresentado em conformidade com o disposto no artigo 66.º do CSC, das Demonstrações financeiras individuais de 2020 e respetivos anexos, do Relatório do governo societário e das Demonstrações não financeiras. Neste contexto, foram obtidos os esclarecimentos necessários às questões colocadas, junto da Direção Financeira, do ROC, dos Auditores Externos e do CA, relativamente a estes últimos em sede de reunião de aprovação dos documentos de prestação de contas, com a presença do ROC, do Auditor externo e do CF;
- i) Realização de 26 reuniões.

O CF contou com a total disponibilidade do CA, do ROC, dos Auditores Externos, da responsável pela Direção Financeira, bem como da generalidade dos colaboradores da ML que teve de contactar no âmbito do desempenho das suas competências, o que muito agradece.

3. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Relatório de Gestão apresentado pelo CA, em conformidade com o disposto no artigo 66.º do CSC, reflete adequadamente a atividade da ML durante o exercício de 2020, encontrando-se as análises nele efetuadas coerentes com as demonstrações financeiras individuais do referido exercício.

Dada a sua importância no desempenho global da ML, o CF realça, ainda que em síntese, os seguintes aspetos identificados naquele relatório:

- a) A pandemia COVID-19 teve impactes muito significativos na atividade da ML, nomeadamente pela forte redução da procura. Nesse contexto, a oferta foi sendo alvo de monitorização permanente a fim de se ajustar às necessidades que se iam verificando¹⁰, tendo sido transportados apenas 90,6 milhões de passageiros, o que corresponde a uma variação negativa de 50,7% face a 2019 (-93,2 milhões de passageiros);
- b) De modo a proteger os seus colaboradores, os serviços foram reduzidos ao mínimo necessário, assegurando-se, ainda assim, a continuidade dos vários trabalhos e projetos em curso, sendo de realçar: (i) a renovação das instalações sociais, dos sistemas de conforto e segurança e das instalações de apoio ao serviço público; (ii) a remodelação de diversas estações; (iii) o plano de promoção de acessibilidades; (iv) o projeto de modernização da rede e aquisição de novo material circulante; e (v) o projeto de expansão da rede;

¹⁰ Ainda assim a ML manteve os níveis de oferta próximo do habitualmente praticado, por forma a maximizar a distância social dos seus passageiros.

- c) Criação do Centro de Inovação e Desenvolvimento Sustentável tendo por objetivo desenvolver uma maior dinâmica de inovação na ML, alicerçada na garantia de sustentabilidade;
- d) Integração definitiva no efetivo da ML, com efeitos reportados a dezembro, dos trabalhadores da Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. (Ferconsult, S.A.), e criação da Direção de Coordenação de Empreendimentos, que integrou as competências existentes naquela participada, bem como das anteriores Direção de Empreendimentos e Direção da Expansão da Rede, dada a necessidade de adequar a organização aos projetos de expansão da rede;
- e) Admissão de 27 novos profissionais (9 agentes de tráfego, 3 oficiais eletromecânicos, 2 técnicos de eletrónica, 6 oficiais de via, 2 oficiais eletricistas e 5 técnicos superiores).

A 31 de dezembro de 2020, as demonstrações financeiras individuais da ML evidenciam uma melhoria da situação patrimonial da empresa face a 31 de dezembro de 2019, traduzida num capital próprio de 1.504.768.883 euros (+253.804.840 euros), ascendendo o ativo total a 5.696.459.647 euros (+179.399.486 euros) e o passivo total a 4.191.690.764 euros (-74.405.354 euros).

Porém, tal evolução resulta exclusivamente do aumento do capital social, 320,4 milhões de euros totalmente subscritos e realizados em dinheiro, dado que a empresa continua a gerar prejuízos, que em 2020 ascenderam a 57,1 milhões de euros, representando um agravamento significativo face a 2019 (prejuízo de 16,9 milhões de euros).

O resultado operacional situou-se em -32,8 milhões de euros, registando-se um agravamento de 42,8 milhões de euros face a 2019 (+10,1 milhões de euros) pela conjugação do acentuado decréscimo dos rendimentos (-42,3 milhões de euros) e do aumento dos gastos em cerca de 0,5 milhões de euros.

Esta variação muito negativa dos rendimentos traduz os efeitos da situação de pandemia COVID-19 que afetou todo o ano de 2020, com decréscimos, face a 2019, da procura em cerca de 50% (passageiros x km transportados) e, conseqüentemente, da receita de serviço público (-48,3 milhões de euros). Neste contexto, foi atribuída à ML uma compensação de 21,5 milhões de euros, valor significativamente inferior à quebra da receita de serviço público, verificando-se assim, em termos globais, -26,8 milhões de euros nestas componentes dos rendimentos face ao ano anterior.

Os encargos financeiros continuam a ser muito elevados (24,4 milhões de euros), apesar de terem diminuído 2,5 milhões de euros face a 2019¹¹.

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo remunerado da ML situou-se em 3.378,0 milhões de euros, representando uma redução de 1,8% (-62,0 milhões de euros face a 31 de dezembro de 2019), sendo de realçar que os empréstimos do Tesouro ascendem já a 57,6% do total (52,1% em 31 de dezembro de 2019)¹². Contudo, o endividamento total aumentou para 3.427,3 milhões de euros, sendo que a diferença para o passivo remunerado corresponde a empréstimos da DGTF não remunerados, no valor de 49,3 milhões de euros, para cobertura do défice de tesouraria operacional.

O investimento capitalizado em 2020 no ativo fixo da ML¹³ ascendeu a 21,4 milhões de euros (aumento de 153,7%, +7,5 milhões de euros, face a 2019), sendo de destacar:

- Prolongamento Rato/Cais do Sodré (5,6 milhões de euros);
- Remodelação e ampliação das estações Areeiro e Arroios (5,1 milhões de euros);
- Equipamento básico (2,6 milhões de euros), destacando-se a reabilitação de material circulante (1,9 milhões de euros);
- Remodelação e ampliação de espaços no complexo de Carnide (1,2 milhões de euros).

Numa ótica de fluxos financeiros, em 2020, regista-se o aumento do saldo de caixa em 17,5 milhões de euros, o que foi possível através da obtenção de um saldo positivo das atividades de financiamento (101,0 milhões de euros), dado que o valor dos aumentos de capital e dos financiamentos obtidos, embora globalmente inferior ao de 2019, excedeu o valor das amortizações da dívida¹⁴ e dos juros e gastos similares. As atividades operacional e de investimento geraram cash-flows negativos, respetivamente em 41,3 milhões de euros e 42,2 milhões de euros, sendo de realçar a grande quebra dos recebimentos provenientes do serviço público de transporte de passageiros, como já referido.

Assim, no nosso entendimento, para a sustentabilidade económico-financeira da ML, é desejável o seguinte:

¹¹ Esta evolução favorável ficou a dever-se essencialmente pela maturidade do *leasing* operacional atingida em 2019 (0,8 milhões de euros), SWAP do *leasing* operacional TREM II-2 (0,3 milhões de euros) e imputação de juros de financiamentos DGTF (1,4 milhões de euros).

¹² Registando-se uma redução significativa do peso da dívida ao BEI (de 12,7% para 6,5%) e pequenas variações do peso dos empréstimos obrigacionistas (de 26,5% para 26,9%) e do financiamento Schuldschein (de 8,7% para 8,9%).

¹³ Formação Bruta de Capital Fixo.

¹⁴ Em 2020 os pagamentos ascenderam a 206,7 milhões de euros, valor muito inferior ao de 2019 (471,5 milhões de euros).

- a) Definir os termos e as condições que regulem o relacionamento entre o Estado Português e a ML no que respeita à posse e utilização das infraestruturas de longa duração (ILD);
- b) Manter o modelo de financiamento através do detentor do capital estatutário, tendo como principais objetivos a regularização da atual situação de insuficiência dos capitais próprios e a redução do passivo remunerado;
- c) Apesar das dificuldades decorrentes da situação de pandemia provocada pela COVID-19, a qual tem causado um forte impacto negativo sobre a economia mundial e nacional, continuar a desenvolver esforços no sentido da melhoria das condições de operacionalidade e da qualidade do serviço prestado, fatores determinantes para o crescimento da procura e, conseqüentemente, da receita tarifária.

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS

As demonstrações financeiras individuais da ML, relativas ao exercício de 2020, foram objeto da revisão do ROC, o qual, de acordo com as normas legais, emitiu a competente CLC, bem como de auditoria externa. Nos documentos emitidos pelo ROC e pelos auditores externos foram expressas as reservas e ênfases julgadas adequadas, documentos que merecem, na sua generalidade, a concordância do CF e se consideram aqui como reproduzidos.

A CLC, datada de 22 de junho de 2021, expressa uma opinião com reservas (quatro reservas por limitação do âmbito e uma ênfase).

As reservas são recorrentes, estando relacionadas com situações cuja resolução não depende exclusivamente da ML, designadamente:

- a) As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados, bem como outros efeitos decorrentes do contrato de concessão celebrado com o Estado Português, em 23 de março de 2015. Acresce que, por falta de informação suficiente, não é possível concluir sobre eventuais responsabilidades não registadas relativas à anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transporte do metropolitano de Lisboa e à anulação do correspondente contrato de subconcessão;
- b) Permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre o Estado Português e a ML no que respeita à posse e utilização das ILD, não sendo possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada relativa à administração das atividades

de investimento de ILD, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras de 2020;

- c) O balanço inclui no ativo corrente, em 31 de dezembro de 2020, o montante de 29,7 milhões de euros relativo a obras efetuadas pela ML por conta de entidades do sector empresarial do Estado, relativamente às quais, até à presente data, as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora;
- d) Em 1 de abril de 2019 entrou em vigor um novo sistema tarifário comum a todos os operadores públicos e privados de transporte da Área Metropolitana de Lisboa (AML), passando a existir apenas duas modalidades de passes “Navegante”. Por forma a minorar o impacte sobre os diferentes operadores da redução das tarifas dos transportes públicos, o novo sistema tarifário é financiado através do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART), cabendo à AML o cálculo e a atribuição das compensações a que aqueles têm direito. Porém, a AML ainda não promoveu qualquer auditoria à informação disponibilizada pelos operadores para o antedito cálculo, por forma a ser possível concluir sobre a eficácia do controlo interno incidente sobre os processos de obtenção dos dados de todos os operadores e do seu tratamento e validação. Consequentemente, não foi possível avaliar com segurança o efeito de tais situações no apuramento final das compensações registadas pela ML no rédito e nos subsídios à exploração nas contas em apreço.

O Relatório de Auditoria relativo às demonstrações financeiras individuais, emitido nos termos requeridos pelo art.º 245º, n.º 1, alínea b), do Código dos Valores Mobiliários, datado de 22 de junho de 2021, expressa uma opinião com reservas (cinco reservas e duas ênfases).

A CLC e o Relatório de Auditoria são coincidentes quanto às matérias objeto de reserva, verificando-se apenas uma diferença quanto à respetiva forma de apresentação, já que à reserva da CLC identificada na alínea a) supra correspondem duas reservas do Relatório de Auditoria.

Neste contexto, urge a adoção de medidas que permitam a mitigação das insuficiências antes relatadas, nomeadamente a definição dos termos e das condições que regulem o relacionamento entre o Estado Português e a ML, a realização de auditorias que permitam concluir sobre a eficácia do controlo interno incidente sobre os processos de obtenção dos dados de todos os operadores públicos e privados de transporte e do seu tratamento e validação.

5. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES DO “ACIONISTA”

Relativamente às obrigações legais¹⁵ e orientações transmitidas pela DGTF¹⁶ aplicáveis à empresa, importa sublinhar que, através do Despacho n.º 602/2020-SET, de 8 de outubro, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, foi aprovada a proposta de plano de atividades e orçamento para 2020 (PAO 2020) e foi concedida autorização para (i) o recrutamento de 8 trabalhadores para a área de manutenção; (ii) a integração de 47 trabalhadores da FERCONSULT; (iii) o aumento dos gastos com pessoal, limitando o valor total destes gastos a 83.203,5 milhares de euros; (iv) o aumento do conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como com os associados à frota automóvel, limitando o valor total deste conjunto de encargos a 375,5 milhares de euros, e (v) o aumento dos encargos com contratações de estudos, pareceres, projetos, limitando o valor deste conjunto de encargos a 2.660,3 milhares de euros.

Neste contexto, e atenta a informação constante no anexo 8 do relatório de gestão, destacam-se as seguintes matérias:

a) Objetivos de Gestão e Orçamento para 2020

Não foram fixados objetivos de gestão para 2020, pelo que o relatório de gestão evidencia o grau de execução de indicadores de eficiência, investimento e endividamento projetados no PAO 2020, bem como o grau de execução do orçamento carregado no SOE¹⁷, justificando os principais desvios.

b) Contabilidade Orçamental

O SNC-AP é apenas aplicável à ML quanto ao cumprimento dos requisitos legais relativos à contabilidade orçamental e à utilização do plano de contas multidimensional, para efeitos de integração da informação no Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas. Neste enquadramento, a ML apresentou as demonstrações orçamentais referentes ao exercício de 2020, em anexo ao relatório de gestão, cujo processo ainda carece de alguma melhoria.

¹⁵ Designadamente as normas contidas na Lei n.º 2/2020, de 31 de março, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2020 (LOE 2020) e o Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, que estabelece as normas de execução do Orçamento para 2019 (DLEO 2019) e que se manteve em vigor em 2020.

¹⁶ Ofício circular Ref.º DGTF/2021/174, de 12 de janeiro.

¹⁷ Sistema de Orçamento do Estado.

c) Eficiência Operacional

Em 2020, registou-se um ligeiro agravamento do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios^{18;19} face ao período homólogo (+0,3 p.p.) e um desvio favorável de -18,4 p.p. face ao orçamentado para o período.

De acordo com os dados divulgados, a pandemia por COVID-19 teve um impacto de cerca de +1,0 milhão de euros nos gastos operacionais e de -48,7 milhões de euros no volume de negócios, relevando que, para afeitos do apuramento do referido rácio de eficiência, os referidos impactos COVID-19 foram deduzidos aos gastos e aumentados ao volume de negócios.

Relativamente aos gastos com pessoal (80,2 milhões de euros), registou-se um desvio favorável de 3,0 milhões de euros face ao orçamentado para o período, e um aumento de 175 mil euros face ao registado em 2019 (80,1 milhões de euros). Este aumento é essencialmente justificado pelo efeito conjugado do aumento dos gastos com remunerações²⁰ (+871 mil euros), da diminuição dos gastos com benefícios pós-emprego (-418 mil euros) e da diminuição dos gastos com seguros de acidentes de trabalho e doença profissional (-344 mil euros).

No que respeita à evolução de determinadas rubricas de gastos, observou-se o cumprimento das disposições legais existentes sobre a matéria²¹, com exceção dos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria que excederam em 429 mil euros o valor orçamentado e aprovado para o período (2,7 milhões de euros).

d) Evolução dos recursos humanos

A 31 de dezembro de 2020, a ML contabilizava um total de 1513²² trabalhadores (1.452²³ trabalhadores, em 31 de dezembro de 2019) que corresponde a um aumento de 61

¹⁸ O n.º 1 do artigo 158.º do DLEO 2019 (também aplicável em 2020) estabelece que o rácio dos gastos operacionais (GO) sobre o volume de negócios (VN) deve ser igual ou inferior ao verificado no ano anterior.

¹⁹ Para efeito do cálculo do rácio GO/VN, aos gastos operacionais correspondem os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, os fornecimentos e serviços externos e os gastos com pessoal.

No cálculo do rácio deverão ser considerados os impactos nos GO e no VN justificadamente relacionadas com a pandemia por COVID-19.

²⁰ Por via da aplicação dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, das valorizações remuneratórias ocorridas em 2020 e das novas contratações.

²¹ N.º 3 do artigo 158.º do DLEO 2019.

²² Não considerando os órgãos sociais.

²³ Não considerando os órgãos sociais.

trabalhadores face a 2019, em resultado da integração de 47 trabalhadores da FERCONSULT²⁴, do regresso de 1 trabalhador cedido à FERCONSULT e de 13 novas contratações²⁵.

e) Estatuto do Gestor Público (EGP)²⁶

Tanto quanto é do conhecimento do CF, a ML deu cumprimento ao disposto no EGP no que respeita à não permissão de reembolso de despesas de representação pessoal, à não permissão de utilização de meios de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa, ao limite dos gastos com comunicações e ao limite estabelecido para combustível e portagens (fixado em ¼ do valor das despesas de representação).

No que respeita à reposição, por parte dos Administradores da ML, da diferença entre a remuneração auferida tendo por referência a classificação A e a classificação B atribuída à empresa, este órgão releva que, até à presente data, apenas os atuais Administradores deram cumprimento integral ao determinado no Despacho do Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética, de 18 de abril de 2019.

f) Limites ao crescimento do endividamento²⁷

Em 2020, o endividamento da ML registou um crescimento de 3,93% face ao ano anterior²⁸. Releva-se que em sede de PAO 2020 havia sido projetado um crescimento de 1,9% do endividamento face a 2019, no pressuposto (entre outros) da conversão da dívida respeitante a ILD (empréstimos DGTF) por incorporação em ativo do Estado no valor global de 98,6 milhões de euros, o que não veio a ocorrer.

g) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)

A ML foi dispensada²⁹ do cumprimento da UTE, para os anos de 2020 e 2021, exclusivamente para *“os valores inerentes às operações de financiamento contratualizadas com a Banca, devendo as garantias bancárias, sempre que possível ser substituídas por depósitos caucionados em contas na tesouraria do Estado”*.

²⁴ Autorizada por Despacho n.º 602/2020-SET, de 8 de outubro.

²⁵ Autorizadas por Despacho n.º 573/2019-SET, 28 de junho, e por Despacho n.º 602/2020-SET, de 8 de outubro.

²⁶ Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro.

²⁷ O n.º 1 do artigo 60.º da LOE 2020, alterado pela Lei n.º 27-A/2020, de 24 de junho, estabelece o limite de 3% de acréscimo do endividamento (em termos globais).

²⁸ Por aplicação da fórmula consta no n.º 3 do anexo ao ofício Ref.º DGTF/2021/174, de 12 de janeiro.

²⁹ Por Despacho, de 11 de novembro de 2020, da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.

A ML não obteve quaisquer rendimentos dos fundos que se encontram fora da tesouraria do Estado.

h) Contratação Pública

No relatório de gestão, a ML, enquanto entidade adjudicante, explicita que aplicou o Código dos Contratos Públicos³⁰ que deu cumprimento a todos os normativos e regulamentos em matéria de contratação pública. Neste âmbito, o CF destaca que a ML celebrou quatro contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

i) Prazo Médio de Pagamento e Pagamentos em Atraso

De acordo com os dados divulgados pela empresa, reportados a 31 de dezembro de 2020, o prazo médio de pagamentos era de 41 dias e os pagamentos em atraso de 91,8 milhares de euros.

Embora não tenham sido celebrados contratos de gestão, este órgão releva que, para os efeitos previstos no artigo 62.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, não se verificou o agravamento dos pagamentos em atraso face a 31 de dezembro de 2019³¹.

j) Divulgação de informação

Tanto quanto é do conhecimento do CF, a ML deu cumprimento às obrigações de divulgação de informação no respetivo sítio da internet e no sítio do SEE.

6. RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Em cumprimento do previsto no artigo 54.º do RJSPE, a ML apresentou o RGS 2020, o qual obedece, na generalidade, à estrutura previamente definida pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM). Em anexo ao RGS 2020, a ML apresentou o relatório que inclui a informação exigida para as demonstrações não financeiras, prevista no n.º 2 do artigo 66.º-B do CSC.

Tendo em conta a análise que o CF fez ao conteúdo do RGS 2020, incluindo os respetivos anexos e o parecer expresso pelo ROC na CLC neste domínio, o CF é de parecer que o RGS 2020 da ML, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 22 de junho de 2021, inclui informação sobre as matérias

³⁰ Aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

³¹ Em 31 de dezembro de 2019, os pagamentos em atraso eram de 1,1 milhões de euros.

reguladas no Capítulo II do RJSPE e traduz, na generalidade, a observância das disposições legais aplicáveis e o cumprimento das orientações em vigor.

Nestes termos, e em cumprimento do n.º 5 do artigo 420.º do CSC, somos de parecer que o RGS 2020 inclui os elementos que são exigíveis à ML nos termos previstos no artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e das demais disposições legais que lhe são aplicáveis.

7. PARECER

Atento o acima exposto e tendo em consideração a Certificação Legal das Contas e o Relatório do Auditor Externo, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais da ML evidenciam com clareza e rigor a evolução da atividade da empresa durante o exercício e refletem de forma verdadeira e apropriada a sua situação económica e financeira à data de 31 de dezembro de 2020.

Face ao exposto, e em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 420.º do CSC, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais e respetivos anexos da ML, respeitantes ao exercício de 2020, atentas as reservas e ênfases expressas na correspondente Certificação Legal das Contas;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido de o prejuízo apurado pela ML no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no valor de 57.131.391,03 euros, ser integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

Lisboa, 25 de junho de 2021.

O Conselho Fiscal

Presidente

Vogal efetiva

Vogal efetiva

(José Carlos Pereira
Nunes)

(Cristina Maria Pereira
Freire)

(Margarida Carla Campos
Freitas Taborda)





RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante também designado por Metropolitano ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 5 696 459 647 euros e um total de capital próprio de 1 504 768 883 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 57 131 391 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Conforme divulgado nas notas 4 e 6 do anexo às demonstrações financeiras, o Metropolitano considera que a responsabilidade pelo financiamento das infraestruturas de longa duração (ILD) que tem vindo a construir, renovar e explorar, pertence ao Estado Português, registando assim no seu ativo não corrente todos os custos de construção e gastos associados à construção e financiamento das ILD, numa rubrica designada “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, no valor acumulado de cerca de 5 391 milhões de euros (31dez2019: cerca de 5 250 milhões de euros), incluindo ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento que não têm vindo a ser depreciados, líquidos de subsídios, no montante de cerca de 2 164 milhões de euros (31dez2019: cerca de 2 147 milhões de euros), bem como uma conta a receber do Estado de cerca de 3 211 milhões de euros (31dez2019: cerca de 3 089 milhões de euros). De igual modo, tem vindo a registar no passivo, em rubricas com a mesma designação de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, os financiamentos obtidos, outras dívidas a pagar e provisões relacionados com a construção, renovação e financiamento das ILD, incluindo cerca de 1 946 milhões de euros (31dez2019: cerca de 2 079 milhões de euros) no passivo não corrente e cerca de 1 056 milhões de euros (31dez2019: cerca de 1 041 milhões de euros) no passivo corrente. Não é claro o enquadramento legal ou contratual que tem vindo a ser assumido pelo Metropolitano da eventual obrigação do Estado de reembolsar a Empresa pela parte não subsidiada do investimento em ILD e pelos gastos associados ao seu financiamento, subsistindo assim uma importante incerteza quanto à recuperação dos valores investidos em ILD e à forma e valor de realização da referida conta a receber do Estado de cerca de 3 211 milhões de euros (31dez2019: cerca de 3 089 milhões de euros), o

que configura uma limitação ao âmbito do nosso trabalho no que respeita à valorização dos referidos ativos e ao impacto desta política contabilística nas demonstrações financeiras do Metropolitano.

2. Através de contrato de concessão celebrado em março de 2015, o Estado Português atribuiu ao Metropolitano a concessão, até 1 de julho de 2024, do transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes, compreendendo a universalidade dos bens afetos à concessão, que se encontram evidenciados no ativo da Empresa, bem como os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público. No entanto, as demonstrações financeiras de 2015 a 2020 não refletem qualquer alteração na classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos afetos à concessão, bem como outros eventuais efeitos decorrentes do contrato de concessão, não sendo possível quantificar os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras, o que constitui uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

3. Em 28 de março de 2016, a Empresa procedeu à anulação administrativa da adjudicação da subconcessão da atividade a uma outra entidade, que havia sido efetuada em 2015. Tendo essa entidade contestado judicialmente a referida anulação, desconhece-se os eventuais efeitos caso a decisão judicial venha a ser desfavorável às pretensões do Metropolitano, o que constitui uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

4. No ativo, a rubrica “Diferimentos” inclui cerca de 30,4 milhões de euros (igual montante em 31 de dezembro de 2019) de obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do sector empresarial do Estado que ainda não foram faturadas, encontrando-se pendentes de formalização de protocolos para a sua regularização. Não estão disponíveis elementos que nos permitam concluir sobre a recuperabilidade destes montantes, o que constitui uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

5. Conforme referido na nota 4.16 do anexo às demonstrações financeiras, desde abril de 2019, entrou em vigor o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), nos termos previstos na Lei do Orçamento de Estado de 2019 (Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro) e de acordo com o Regulamento nº 278-A/2019 da Área Metropolitana de Lisboa (AML) publicado no Diário da Republica, 2ª Série, de 27 de março. O PART criou um “Passe único metropolitano”, comum a todos os operadores de transporte que operam na AML, determinando, consequentemente, o fim da quase totalidade dos passes multimodais e interempresas. Os novos passes “municipal” e “metropolitano” são disponibilizados a preços significativamente inferiores, para estimular a procura do transporte público. O PART simplificou igualmente o processo de apuramento mensal do rédito, estabelecendo que: (i) as receitas da venda dos passes PART são da titularidade dos operadores que realizam a venda; (ii) a AML paga aos operadores compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público, de acordo com o modelo definido no Regulamento 278-A/2019 da AML, que garante a manutenção do equilíbrio financeiro dos operadores, assegurando que não têm perda de receita face a um valor de referência pré-estabelecido; (iii) o valor dos pagamentos por conta mensais é estabelecido trimestralmente, correspondendo à diferença entre os montantes recebidos (receitas de vendas e subsídios do Estado) e o valor de referência estimado para cada operador; (iv) o modelo define igualmente regras para distribuição dos benefícios resultantes de um acréscimo (*upside*) da receita global do sistema de transportes da AML, decorrente de um aumento sustentado da utilização do transporte público,

favorecendo os operadores com maior crescimento de procura e; (v) o cálculo do valor definitivo das compensações de cada operador, tendo em conta o montante total real das vendas e validações realizadas no conjunto dos operadores da AML, é efetuado no primeiro trimestre do ano seguinte. O Metropolitano contabilizou como acréscimo os valores provisórios das compensações a receber relativas ao ano de 2020 comunicadas pela AML. A recolha, tratamento e divulgação dos valores a repartir entre cada operador aderente, provêm da mesma entidade responsável, encontrando-se ainda em curso procedimentos de validação e de aperfeiçoamento das repartições antes referidas, o que constitui uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. Muito embora tenha ocorrido no exercício de 2020 um aumento de capital social de cerca de 320 milhões de euros, subscrito e realizado, o total do capital próprio do Metropolitano continua a apresentar-se inferior a metade do capital social, pelo que são aplicáveis as disposições do Código das Sociedades Comerciais sobre a recomposição dos capitais e sobre a necessidade de divulgação externa do montante do capital próprio segundo o último balanço aprovado. Apesar do ativo corrente (cerca de 105 milhões de euros) ser significativamente inferior ao passivo corrente (cerca de 1 736 milhões de euros), o Metropolitano tem uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado e o Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista. O Conselho de Administração, no relatório de gestão, propõe medidas a serem tomadas pelos Acionistas que permitiriam dar cumprimento aos requisitos de capital.

2. Conforme referido no relatório de gestão e na nota introdutória do anexo às demonstrações financeiras o ano de 2020 foi marcado pelo impacto causado direta e indiretamente pelo surto Covid-19, classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e que alastrou também ao nosso País. A Empresa tem vindo a atualizar os seus planos de contingência e a implementar medidas necessárias de forma a antecipar e mitigar os efeitos adversos e os impactos económicos e financeiros da pandemia na sua atividade. No entanto os resultados de 2020 foram fortemente abalados por este surto, tendo a procura registado uma diminuição superior a 50% face a 2019 e o volume de negócios um decréscimo de cerca de 44%. A perda de receita de bilhetes e passes face ao ano anterior foi de cerca de 50 milhões de euros, compensada parcialmente em 4,9 milhões

por pagamentos por conta do PART. Este apoio financeiro extraordinário, previsto em legislação específica para minimizar os efeitos de uma situação excepcional de pandemia, permitiu que o Metropolitano dispusesse de rendimento necessário para assegurar o equilíbrio financeiro da sua operação de serviço público neste contexto de pandemia. À data de fecho das contas de 2020 ainda se mantém a incerteza quanto às consequências da pandemia Covid-19, com significativa quebra de receitas compensada pelas verbas recebidas da AML, nos termos do Decreto-Lei nº 14-C/2020, de 7 de abril.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Para além das matérias mencionadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Valorização de instrumentos financeiros	
<p>Na sequência das operações de financiamento, o Metropolitano subscreveu instrumentos financeiros derivados, de mensuração complexa, relevados no ativo por cerca de 13,6 milhões de euros (31dez2019: cerca de 14,5 milhões de euros) e no passivo por cerca de 281,6 milhões de euros (31dez2019: cerca de 355,5 milhões de euros).</p> <p>Estes instrumentos financeiros foram registados de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.11, 6.4, 22 do anexo às demonstrações financeiras.</p>	<p>A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: (i) análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados nas respetivas mensurações; (ii) indagações junto do órgão de gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas; (iii) a análise comparativa das várias avaliações efetuadas com referência a 31 de dezembro de 2020; (iv) consideração dos potenciais impactos decorrentes da pandemia da Covid-19; e (v) conferência das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p>

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
2. Mensuração de provisões e das responsabilidades por benefícios pós-emprego	
<p>A mensuração das provisões para processos judiciais em curso e das responsabilidades por benefícios pós-emprego reveste-se de grande complexidade, tendo em consideração o volume e natureza dos processos judiciais em curso, os pressupostos atuariais utilizados na mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego e a exposição da Empresa, envolvendo um grau de incerteza elevado e um elevado nível de julgamento por parte do órgão de gestão. Assim, a validação dos pressupostos e cálculos subjacentes aos passivos reconhecidos é uma área significativa de auditoria.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4, 19 e 21 do anexo às demonstrações financeiras.</p>	<p>A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: (i) a compreensão e análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados na mensuração das provisões; (ii) indagações junto do órgão de gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas e quanto à documentação que suporta os pressupostos; (iii) verificação detalhada dos cálculos dos especialistas externos relacionados com os encargos pós-emprego; (iv) análise das respostas dos advogados externos aos pedidos de informações efetuados e indagações adicionais junto dos responsáveis da Empresa; (v) consideração dos potenciais impactos decorrentes da pandemia da Covid-19; e (vi) conferência detalhada das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (ii) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do “Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras”, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 4 do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do “Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras”, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Empresa preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a demonstração não financeira, conforme previsto no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o relatório de gestão.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Fomos contratados como auditores externos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E, pela primeira vez em 1 de janeiro de 2017 para o exercício de 2016 e desde essa data somos os seus auditores externos.
- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Empresa nesta mesma data.
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Empresa durante a realização da auditoria.
- (v) Informamos que não prestámos à Empresa e às entidades sob o seu controlo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 22 de junho de 2021



António Pina Fonseca, em representação de
BDO & Associados, SROC, Lda.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* (a Entidade ou ML), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 5.696.459.647 euros e um total de capital próprio de 1.504.768.883 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 57.131.391 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Na sequência da “atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML”, através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa. Este contrato compreende os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo da Entidade em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. No entanto, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos referidos ativos, bem como outros eventuais efeitos decorrentes da celebração do contrato de concessão. Saliente-se ainda que, em 28 de março de 2016, o ML procedeu, em simultâneo, à anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transportes do ML e à anulação do correspondente contrato de subconcessão, atos esses que estão a ser contestados judicialmente. Não obtivemos informações suficientes que nos permitissem concluir sobre os ajustamentos e eventuais responsabilidades não registadas pelo ML decorrentes dos factos mencionados e, conseqüentemente, sobre os efeitos destas matérias nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

2. Conforme divulgado nas notas 4.2 e 6 do anexo, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração (“ILD”) do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Não obstante a celebração, em 23 de março de 2015, entre o Estado Português e o ML, de um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes no que respeita à posse e utilização das ILD. Deste modo, o ML continua a registar todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas de balanço denominadas “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de dezembro de 2020, o ativo não corrente compreende o montante de 5.390.701.851 euros referente a (i) créditos a receber do Estado (3.210.869.766 euros), (ii) créditos a receber de clientes (2.041.708 euros), (iii) a derivados mensurados ao justo valor (13.650.808 euros) e a (iv) ativos fixos tangíveis, intangíveis ou propriedades de investimento, os quais totalizam 2.164.139.569 euros e correspondem a custos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (líquidos de subsídios recebidos); o passivo engloba financiamentos, provisões e outras contas a pagar relacionados com os ILD, num total de 3.002.493.569 euros, do qual 1.946.015.681 euros está considerado como não corrente. De salientar ainda que, em consequência da referida



omissão contratual, os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados, respetivamente. Desta forma, face à indefinição contratual que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada pelo ML relativa à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras em apreço.

3. Conforme divulgado na nota 16 do anexo, o balanço inclui em 31 de dezembro de 2020, na rubrica “Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros”, o montante de 29.738.382 euros, líquido de perdas por imparidade, relativo a obras efetuadas no passado pelo ML por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à adequada mensuração daqueles ativos.

4. Conforme referido na nota 4.16 do anexo, com a aprovação do Regulamento n.º 278-A/2019, de 19 de março, a partir de 1 de abril de 2019 entrou em vigor um sistema tarifário comum a todos os operadores públicos e privados de transporte da Área Metropolitana de Lisboa (AML), tendo passado a existir apenas duas modalidades de passes “Navegante”. Por forma a minorar o impacto sobre os diferentes operadores da redução das tarifas dos transportes públicos, o novo sistema tarifário é financiado através do Programa de Apoio à Redução Tarifária (“PART”), cabendo à AML o cálculo e a atribuição das compensações a que aqueles têm direito. Pela análise que efetuámos ao reconhecimento do rédito desde a vigência deste diploma, verificámos que a AML recorreu à informação contida na plataforma de gestão e integração de sistemas de bilhética de todos os operadores, cuja gestão estava a cargo da OTLIS, na qual se encontravam em curso procedimentos de validação e aperfeiçoamento das repartições, sob a supervisão e fiscalização daquela. No entanto, a AML não promoveu uma auditoria aos serviços prestados pela OTLIS, faculdade prevista no art.º 22.º do referido regulamento, por forma a ser possível concluir sobre a eficácia do controlo interno incidente sobre os processos de obtenção dos dados de todos os operadores e do seu tratamento e validação, os quais se consideram essenciais no apuramento do rédito, incluindo no apuramento da partilha de benefícios “upside” prevista no referido regulamento. Acresce ainda que, em consequência da diminuição da receita tarifária provocada pela situação de pandemia Covid-19, foi publicado o Despacho n.º 8459/2020, de 26 de agosto, que visou assegurar o financiamento, durante o segundo semestre de 2020, do défice de exploração provocado pela manutenção dos serviços mínimos de transporte essenciais e ao reforço gradual da oferta, definidos no Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril (na sua redação atual). A metodologia utilizada na determinação da referida compensação, que foi apelidada de “PART Variável”, assentou num conjunto de pressupostos que, no essencial, fixaram a receita a atingir por forma a ser garantida 90% da oferta habitual), tendo por base a estimativa de receita total de 2019. Quer o valor da compensação final (acerto) do PART relativo ao ano de 2019, no montante de 2.076.055 euros, reconhecido como rédito, quer o valor do “PART Variável”, relativo ao ano de 2020, no montante de 2.443.874 euros, reconhecido como subsídio à exploração, ambos ainda por receber à data de referência das contas, foram contabilizados como “acréscimo de rendimento”, tendo por base os valores provisórios reportados pela AML. Consequentemente, não nos é possível avaliar com segurança o efeito das situações acima descritas no apuramento final das compensações registadas no rédito e nos subsídios à exploração nas contas em apreço.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

As operações do ML têm vindo a gerar prejuízos anuais consecutivos - agravados pela situação de pandemia Covid-19 que em 2020 provocou uma significativa quebra das receitas - sendo o seu financiamento assegurado pelo Estado Português através de financiamentos, suprimentos, indemnizações compensatórias e dotações de capital, para além de que o ativo corrente é substancialmente inferior ao passivo corrente. Dado estarmos perante uma Entidade



Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações da Entidade, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia nacional para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Para além das matérias incluídas na secção “Bases para a opinião com reservas”, definimos as seguintes matérias relevantes de auditoria:

1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

O ML contratou instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD. A mensuração destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício, efetuada de acordo com a valorização determinada pelas instituições financeiras com as quais foram contratados.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor, o qual é determinado com base em técnicas de valorização que envolvem a utilização de estimativas, julgamentos e pressupostos.</p> <p>Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliação das metodologias e pressupostos considerados na determinação do justo valor;• Análise das avaliações realizadas, designadamente pelo IGCP;• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações nas notas 4.11, 6.4 e 22 do anexo são adequadas.

2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

A Entidade tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades do ML relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no período.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>As responsabilidades com benefícios pós-emprego são mensuradas pelo justo valor, o qual é determinado através de julgamentos e estimativas relativamente a diversos pressupostos, nomeadamente taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo;



Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego é significativo.	<ul style="list-style-type: none">• Avaliação da competência, independência e integridade do atuário contratado;• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações nas notas 4.15 e 21 do anexo são adequadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- preparação de demonstrações financeiras orçamentais de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário e demonstração não financeira, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhes todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 676.588.847 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 629.317.377 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte: i) O sistema contabilístico da Entidade não está organizado de acordo com o Plano de Contas Multidimensional, nem o subsistema de contabilidade orçamental encontra-se organizado de acordo com a Classe "0" desagregada segundo as classificações económicas vigentes, conforme previsto na NCP 26, que permita obter e validar de forma automática e rigorosa as demonstrações orçamentais ou obter um balancete da classe "0", bem como observar o cumprimento das regras de movimentação contabilística aplicáveis ao reconhecimento e mensuração das transações e outros acontecimentos inerentes à contabilidade orçamental, sendo o processo de preparação das referidas demonstrações efetuado de forma manual e tendo por base um conjunto de mapas de



suporte ao controlo da execução orçamental; e ii) não foram preparados e incluídos no Anexo às demonstrações orçamentais, tal como dispõe a NCP 26, elementos informativos relativos a “Contratação administrativa” e “Transferências e subsídios”.

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão, apresentado sob a forma de relatório único tal como previsto no artigo 508.º-C, n.º 6 do mesmo diploma legal, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo. Conforme referido no artigo no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de governo societário.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída no relatório de governo societário, a publicar juntamente com o relatório de gestão.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados como Revisor Oficial de Contas do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.*, pela primeira vez, por despacho de 18 de março de 2015 das tutelas setorial e financeira para um mandato compreendido entre 2015 e 2017. Na sequência de concurso público desencadeado pela Entidade e sob proposta, nos termos legais, do Conselho Fiscal, fomos nomeados Revisor Oficial de Contas para o triénio 2019-2021 pelo Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade de 15 de outubro de 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 22 de junho de 2021

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585)